



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 690 - DE 4 A 17 DE JUNHO DE 2023 - R\$ 5,00

I 6º mês da guerra na Ucrânia **Anunciada contraofensiva da Ucrânia**

**A classe operária e os demais explorados
devem se colocar pelo fim imediato da
guerra, por uma paz sem anexação**

Abaixo a CPI do MST e o Marco Temporal

Que a CUT, demais centrais sindicais, movimentos e correntes de esquerda organizem uma campanha contra a ofensiva dos latifundiários, da agropecuária e do agronegócio contra os camponeses e as nacionalidades indígenas. Que convoquem a classe operária e demais trabalhadores a saírem em luta em defesa dos empregos, salários e direitos. Pelo fim da terceirização, por emprego a todos. Pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária.

Que a CUT e as demais organizações convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!



34 anos da fundação do Partido Operário Revolucionário (POR)

Nossa tarefa é a da revolução proletária, superação da crise mundial de direção e reconstrução da IV Internacional

16º mês de guerra

Anunciada contraofensiva da Ucrânia

A classe operária e os demais explorados devem se colocar pelo fim imediato da guerra

O anúncio, desde o início de maio, de que as Forças Armadas da Ucrânia estão preparando uma ampla e fulminante contraofensiva, para recuperar a parte de seu território sob o poder da Rússia, criou a expectativa de uma possível abertura de discussão sobre os termos de paz. Tudo indica que se tratará de mais um episódio da longa guerra que entrou no 16º mês. A classe operária e os demais explorados da Ucrânia, da Rússia, da Europa e de todo mundo constituem as únicas forças sociais interessadas no fim da guerra de dominação, que tem servido para a escalada militar impulsionada pelo imperialismo norte-americano.

É sintomática a declaração dada pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Anthony Blinken, feita em um discurso na Finlândia: “Continuar a armar e a fortalecer a Ucrânia é a única forma de alcançar a verdadeira paz.” “Precisamente porque não temos ilusões sobre as aspirações de Putin, acreditamos que o pré-requisito para uma diplomacia sensata e uma paz genuína é uma Ucrânia mais forte, capaz de dissuadir e defender-se em caso de agressão futura”, “O Kremlin sempre afirmou ter o segundo exército mais poderoso do mundo, e muitos acreditaram nisso. Hoje, muitas pessoas consideram que o exército russo é o segundo mais poderoso da Ucrânia”.

O tom de prepotência e zombaria de uma das mais altas autoridades norte-americana, depois do Presidente da República, mal esconde que tal certeza da derrota da Rússia está na razão direta de os Estados Unidos terem transformado o povo ucraniano em bucha de canhão dos interesses imperialistas. O fato é que os dominadores do mundo precisam fazer de tudo para convencer os trabalhadores e os povos oprimidos que a OTAN é um instrumento da paz e que está acima de qualquer interesse das potências que a criaram e a manejam. Os Estados Unidos estão por manter e impulsionar a guerra à espera de uma rendição de Putin. Se não for assim, mais armas poderosas serão testadas na guerra, de forma a comprovar a superioridade militar das potências em relação aos defasados armamentos das Forças Armadas russas.

A reunião do G7 foi montada para mostrar a férrea unidade imperialista em torno ao objetivo de derrotar a Rússia. Para isso, foi anunciada pelos Estados Unidos a liberação dos caças F-16. É a indicação de que diminuiu o temor de que Putin cumpriria a ameaça de uso de “armas nucleares táticas”. A posição de que a aliança ocidental armaria a Ucrânia até o ponto em que não levasse à confrontação da OTAN com as Forças Armadas russa já não é motivo de cuidados. O que aumenta o risco de a guerra extrapolar as fronteiras da Ucrânia para a Europa.

Segundo analistas, o armamento e treinamento dos militares ucranianos fizeram com que Zelensky estivesse no comando de um exército ultramoderno e altamente capacitado para os padrões da Europa. Está aplainado o caminho para a Ucrânia se tornar membro da União Europeia e da OTAN. A Inglaterra cedeu um sistema de mísseis – Storm Shadow –, capaz de atingir alvos na distância de 250 km, portanto com um alcance maior que os Himars. Aparelhadas também com os tanques alemães e norte-americanos, e, agora, logo mais fortalecidas pelo F-16, espera-se que as forças ucranianas realizem uma vitoriosa contraofensiva.

As incursões da Ucrânia em território russo, disfarçadas por braços armados – Corpo Voluntário Russo e Legião da Liberdade da Rússia – chegaram ao ponto de um atentado diretamente ao Kremlin. O governo norte-americano considerou impropriedade o envolvimento dos Estados Unidos. Nos ataques que se sucederam em território russo na fronteira com a Ucrânia, houve evidência de que armamentos enviados pelo Pentágono, como veículos blindados, foram utilizados pelos milicianos. O que obrigou John Kirby, do Conselho de Segurança, a declarar que não há autorização para o uso de armas norte-americanas em território russo. Cingidamente, justificou que os Estados Unidos não querem ver a “guerra escalar”. Seguiram a esse comunicado, os governos inglês e francês. O presidente da Lituânia, ao contrário, foi claro: “A sociedade russa está percebendo que a guerra está chegando em seu território.”

O porta-voz da China, Li Hu, expressou o seguinte posicionamento: “A China acredita que, se levarmos a sério o fim da guerra, salvando vidas e construindo a paz, é importante pararmos de enviar armas para o campo de batalha, caso contrário, as tensões aumentarão.” O plano de paz lançado recentemente por Xi Jinping não mereceu a menor consideração de Biden, que exige a rendição da Rússia para o imperialismo ditar a paz que lhe interessa. É nessa situação de escalada militar que se agrava a crise mundial. Está bem clara a relação entre a guerra na Ucrânia, guerra comercial dos Estados Unidos contra a China e o impulso ao armamento na Ásia.

A classe operária e a maioria oprimida se acham em atraso diante da tarefa de pôr fim à guerra de dominação. Essa situação expressa a profunda crise de direção. Mas, é questão de tempo para as massas se rebelarem contra o avanço da barbárie capitalista. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de lutar contra a guerra que despedaça a Ucrânia e a escalada militar. O proletariado tem sua política própria e somente com ela poderá combater por uma paz sem as imposições do imperialismo e da OTAN, uma paz sem anexação e que permita a Ucrânia alcançar a autodeterminação.

As contradições do governo Lula

É obrigatório deixar claro que a definição de um governo começa por seu caráter de classe. A orientação política, certamente, é muito importante, mas não é o que o define em sua essência.

Lula foi eleito pela maioria dos votos dados pelos explorados, pelos pobres e miseráveis. Mas, a qualificação social da divisão eleitoral também não define a natureza do governo. Lula está à frente, como presidente eleito pelo voto popular, de um Estado capitalista-oligárquico, portanto, exerce um governo burguês. Esse é o conteúdo de classe que o caracteriza em seu principal fundamento social e histórico.

A principal figura do PT, um ex-operário, fez carreira burocrática no sindicato metalúrgico do ABC, o mais importante do País. E, por essa via, esteve à frente da constituição do PT em 1980, quando ainda havia a ditadura militar. As greves no ABC e a onda de mobilização operária que se ergueram desde 1980 projetaram Lula e um conjunto de sindicalistas em direção à política eleitoral, que é um dos pilares da democracia burguesa.

Nesse trajeto, foi de grande importância a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Armou-se um edifício que serviu à estruturação de uma poderosa casta burocrática, que aparelhou os sindicatos em geral para servir à política burguesa, na forma de conciliação de classes. Assim, a CUT foi sendo deformada em sua democracia, tornando-se incapaz de evitar uma enorme divisão e proliferação de centrais, cuja direções servem a partidos da burguesia ou da pequena-burguesia. Há uma visível influência da política burguesa e pequeno-burguesa no divisionismo sindical.

Não se destacou, porém, em tal trajetória, nenhum burocrata sindical que pudesse rivalizar com Lula, que se mostrou capaz de aproveitar sua origem de político vinculado às lutas operárias, à reconstrução dos sindicatos pós ditadura e à organização da CUT. Capacidade que se nutre da vitalidade de sua carreira sindical e eleitoral em promover a política de conciliação de classes. Em seus dois mandatos iniciais como presidente da República, de 2003 a 2010, ganhou notoriedade o fato de proteger os interesses gerais da burguesia e do imperialismo, sob a máscara das “políticas públicas” de redução progressiva da brutal desigualdade, da inclusão social e superação da fome de milhões de brasileiros.

O breve ciclo positivo da economia mundial e da reanimação interna permitiu-lhe atravessar a turbulência política, escapando de um impeachment. As mesmas condições e sorte não teve sua sucessora, Dilma Rousseff. Acabou sendo derrubada por um golpe institucional, que havia sido gestado sob o governo Lula e hibernado para emergir mais tarde. O Brasil entrou em uma profunda recessão em 2016, quando Dilma foi execrada e posta para fora da presidência.

A prisão de Lula, como consequência da Operação Lava Jato, claramente montada para arrebentar com o PT, como se vê, tem seus antecedentes quando Lula presidia o País. De conjunto, esse embate em torno à governabilidade evidenciou a impotência da política de conciliação de classes e do reformismo em destravar os bloqueios às forças produtivas internas e, sobretudo, em conter o processo crescente de polarização entre a minoria capitalista e a maioria nacional. Polarização que se

evidencia no aumento exponencial da concentração de riqueza em poder da ultraminoria detentora do grande capital e da imensa maioria que se defronta com a crescente pobreza e miséria, cuja marca mais profunda é da fome estrutural.

Lula foi retirado da prisão já como único candidato à altura de derrotar eleitoralmente Bolsonaro, homem da ultradireita umbilicalmente ligado à fração das Forças Armadas que conservam a posição de que a ditadura instalada em 1964 foi e é o caminho para acabar com a instabilidade política que tomou conta do Brasil após o esgotamento dos vinte anos de governos dirigido por juntas militares. A vitória de Lula por uma pequena margem de voto e seu amparo em uma frente burguesa impulsionada por setores do grande capital indicaram que, dificilmente, o novo governo conseguiria estabilizar o quadro institucional, abalado pelos fracassos da ultradireita em responder à polarização, que se agravou com a quebra econômica e a tragédia social ampliada com a pandemia.

A fracassada tentativa de provocar um levante golpista diante da derrota de Bolsonaro expôs a gigantesca cisão no seio da política burguesa, o avanço de posições da ultradireita sobre as camadas mais ricas da classe média e a incapacidade de Lula, PT e da esquerda oportunista de recorrerem à classe operária e às massas empobrecidas. Essa impotência política se revelou plenamente durante do movimento golpista, que foi se articulando desde 2013, que se consolidou em 2016 e que levou à prisão de Lula em 7 de abril de 2018.

Está patente e assentado um fator da crise política: o governo Lula tem a função de proteger os interesses gerais dos capitalistas e de se valer da política de conciliação de classes para descarregar a crise sobre a classe operária e os demais trabalhadores. A política do proletariado deve responder a essa contradição, que é de classe.

O reformismo petista, o burocratismo sindical e os aliados de esquerda não se dispuseram – ou não puderam – recorrer às massas, portanto, à luta de classes, para reagir ao golpismo e atingir a espinha dorsal da direita e ultradireita burguesas, que se fortaleceram sob o governo de Bolsonaro e se organizaram entre frações da burguesia e camadas da classe média, arrastando, inclusive, uma parcela da classe operária, ainda que minoritária. É nesse marco que constituiu o governo de frente ampla burguesa-oligárquica, em cujo núcleo se encontram homens do PT e que representam a sua ala mais à direita.

A presença da esquerda arrivista e oportunista, como PSOL e PCdoB, nas bordas do governo de frente ampla tão somente evidencia a que ponto essas posições do estalinismo e do reformismo pequeno-burguês se acham integrados à política burguesa oligárquica. As demais correntes que não se integraram ao governo e que ajudaram a eleger Lula em nome da derrota do fascismo se acomodaram a uma aparente independência, necessária para ocultar o seu seguidismo ao reformismo decadente do PT e ao burocratismo sindical.

Não era imprevisível que Lula organizaria um governo débil e fortemente dependente da oligarquia partidária que comanda o Congresso Nacional. Depois de eleito, Lula e o governo não dependem das massas exploradas, muito menos da classe operária. Ao contrário, dependem em grande medida

das disputas interburguesas, movidas por interesse concretos de suas frações, que se batem sobre a base dos obstáculos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas. É o que acaba de ser evidenciado na aprovação do novo arcabouço fiscal, nas discussões sobre a reforma tributária, nas discordâncias com a taxa Selic ditada pelo Banco Central, no conflito em torno ao marco temporal de demarcação de terras indígenas, na exploração da Amazônia, na prospecção de petróleo em áreas consideradas de proteção ambiental e na política industrial.

Esse conjunto de questões e decisões, que envolvem amplos interesses das frações capitalista, se colocou para um governo que tem por função conciliar as divergências interburguesas - potenciadas pela crise mundial do capitalismo - e responder ao avanço da precarização das relações trabalhistas, dos terríveis efeitos da terceirização, da informatização, do desemprego estrutural e da expansão da miséria. As contradições nas entranhas da burguesia e nas relações desta com a maioria oprimida se agravaram sob os governos de Temer e Bolsonaro. O golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff serviu para o patronato impor as almeçadas contrarreformas trabalhista e previdenciária, e avançar o plano de privatizações. Essa obra antioperária livrou Lula de uma terrível pressão, uma vez que tranquilamente pôde rejeitar a reivindicação de revogação.

Lula voltou à presidência impulsionado por um emaranhado de conflitos e de choque. Herdou a tarefa de acalmar o mar de contradições, mas não pôde armar um governo com forças políticas hegemônicas da burguesia, que pudessem impor um curso político estável. Os sinais de abalo nesses cinco meses foram suficientes para que porta-vozes da burguesia que se desencantaram como o bolsonarismo diagnosticassem o

governo de frente ampla de débil. O que exige a formação de um bloco político no Congresso Nacional de centro-direita, que influencie e até dite a Lula as medidas a serem tomadas. Já se fala em semiparlamentarismo, guiado pelos presidentes do Senado e da Câmara Federal, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira.

Está patente e assentado um fator da crise política: o governo Lula tem a função de proteger os interesses gerais dos capitalistas e de se valer da política de conciliação de classes para descarregar a crise sobre a classe operária e os demais trabalhadores. A política do proletariado deve responder a essa contradição, que é de classe. Deve compreender as contradições internas à burguesia, mas não se sujeitar ou se perder em seus meandros, que é o que tem sido feito, via de regra, pelas correntes de esquerda que formalmente pretendem aparecer como independentes diante do governo petista.

A diretriz voltada à defesa do programa de reivindicações próprias dos explorados, à organização de movimentos de massa e à independência política diante do Estado e dos partidos burgueses permite desenvolver no seio do proletariado a tática de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula e de combate às manifestações da direita e ultradireita golpistas que fazem a oposição reacionária. É notório o fato de que a classe operária permanece recuada e acuada pelo fechamento de fábricas, demissões em massa e proliferação da terceirização e informalidade. Mas, também é perceptível o crescente descontentamento dos explorados, que já começam a pressentir que suas condições materiais não serão revertidas para melhor. O cerco de ferro da burocracia sindical está firme. O que depende de o governo Lula fazer concessões. Nada indica que essa possibilidade venha a conter, por muito tempo, as pressões das massas golpeadas de todas as formas e lados.

Reveses do ministério do Meio Ambiente e dos Povos Originários

Difícilmente, ou quase impossível, é garantir a convivência entre ministérios como o da Agricultura, controlado pelo agronegócio, na figura de um homem do PSD, e os ministérios, como o do Meio Ambiente e Mudança Climática e dos Povos Originários, controlados por partidos pequeno-burgueses, como Rede e PSOL. A comissão mista encarregada de emitir um parecer sobre a Medida Provisória (MP), referente à reorganização ministerial, alterou pontualmente as atribuições dos dois ministérios recriados por Lula, que contrariam os interesses dos latifundiários e do agronegócio.

A Frente Parlamentar da Agropecuária vem se despontando como a mais importante trincheira da oposição de direita e ultradireita, haja vista a montagem da CPI do MST. Há uma clara ligação dessa ofensiva oposicionista com a decisão do relator Isnaldo Bulhões (MDB) de “esvaziar” as funções precípuas dos dois ministérios, respectivamente dirigidos por Marina Silva (Rede) e Sonia Guajajara (PSOL). Esfumaram-se os controles do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que passou para a alçada do ministério da Gestão e da Agência Nacional de Águas (ANA), que foi parar nas mãos do ministro da Integração e Desenvolvimento Regional. Isnaldo conseguiu, no dia 29, também aprovar o regime de urgência para o Projeto de Lei (PL), conhecido como “marco temporal”, que “restringe a demarcação de terras indígenas àquelas já ocupadas pelos povos originários em outubro de 1988, data da promulgação da Constituição”, bem

como a “flexibilização na Lei da Mata Atlântica”, enquadrada no Código Florestal. Logo em seguida, no dia 30, por 283 votos a favor e 155 contra a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL), que regulamenta o marco temporal. As mãos da Frente Parlamentar da Agropecuária estabeleceram um critério arbitrário, mostrando que mais cedo ou mais tarde se acabará com todas as demarcações.

Essas mudanças provocaram protestos da Rede e do PSOL, sobretudo. Lembrou-se que Marina Silva, que era ministra do governo Dilma Rousseff, se afastou do PT e se tornou uma raivosa opositora, diante da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Para complicar a situação nesta área ambiental, o Ibama reprovou a solicitação da Petrobrás de avançar nas pesquisas de prospecção de petróleo na foz do rio Amazonas. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ao contrário, é um ardoroso defensor.

Marina Silva declarou que não se pode desconhecer que se trata de “um presente de Deus” e que seria uma “ingratidão com o criador”. Valeu-se da oratória evangélica. Lula, que se encontrava na reunião do G-7, contrariado com a posição do Ibama, e pondo-se de acordo com o ministro Silveira, usou um argumento terreno: “Quem mora na Amazônia tem o direito a ter os bens materiais que todo mundo tem”. Passado o vendaval, Lula procurou tranquilizar Marina e Sônia, convencendo-as de que seu governo está comprometido com a causa

ambiental, basta ver que a COP-30 será realizada precisamente em Belém do Pará, um dos estados amazônicos.

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), não tem como conter as pressões da oligarquia do estado para que se revogue a proibição da mineração na Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca), que fica entre o Pará e o Amapá. A extração mineral na região e em áreas de preservação ambiental é um dos conflitos potencialmente convulsivo.

As potências, que devastaram seu meio ambiente e na maior parte do mundo, criaram um movimento de preservação segundo seus interesses econômicos, que se chocam com os interesses dos países semicoloniais, como é o caso do Brasil, cuja potencialidade natural corresponde a uma vasta riqueza, desde que seja explorada. O saque caótico e desenfreado realizado pelo capitalismo dos recursos do globo terrestre age sensivelmente sobre as leis da natureza, provocando desequilíbrios destrutivos.

É contraditório com o capitalismo e com o imperialismo a conclusão de que é preciso racionalizar e planejar o uso exploratório dos recursos naturais. O fundo amazônico e o crédito carbono são meios utilizados pelas potências para interferirem politicamente no funcionamento das economias nacionais das semicolônias, mesmo daquelas que alcançaram um nível de desenvolvimento considerável, como é o caso do Brasil.

Está mais do que comprovado que as Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP) fracassaram em suas resoluções, umas após outras. O plano de transição de matrizes energética como condição para evitar catástrofes climáticas ainda maiores mascara a contradição fundamental do capitalismo, que se encontra no choque entre as forças produtivas e as relações capitalistas de propriedade. Não há plano que evite a necessidade do capital se valorizar e ampliar a sua acumulação. Colocada neste marco das leis econômicas que regem a sociedade capitalista e da sua forma mundial imperialista, a preservação da Amazônia é uma idealização burguesa que não tem como se sustentar por muito tempo. As forças produtivas movidas pelas relações capitalistas de produção não têm como ser planejadas, racionalizadas e enquadradas rigorosamente às necessidades humanas.

Nota-se que os reformistas das semicolônias deixaram de lado o nacionalismo burguês e se adaptaram ao imperialismo, que lhes oferece as COPs, os fundos de proteção, a moeda carbono etc. Os nacionalistas da atualidade são de direita e ultradireita, que não podem se conformar com as limitações à exploração daquilo que seus capitais encontram pela frente. Esse nacionalismo não se coloca pela defesa dos interesses gerais da nação oprimida, mas tão somente a determinados interesses particulares, setoriais, como é o caso da agropecuária. O que causa divisões no seio da burguesia nacional, perante as quais Lula procura equilibrar o seu governo.



Eis por que todos dizem que é necessário proteger a flora, a fauna, os rios e os mares. Mas, como realizar essa tarefa tão premente sem limitar a acumulação de capital? Como evitar que parte dos capitalistas ganhe em função da perda de outra parte de espaço na economia? Como limitar a exploração das riquezas da Amazônia, se o Brasil é um país de economia relativamente atrasada em seu desenvolvimento industrial e estruturalmente dependente da agropecuária e do extrativismo? A agroindústria deu saltos na produtividade. É certo que produz muito mais hoje em menos hectares do que nas décadas passadas. Mas, o processo geral de acumulação de capital não pode ser limitado a esse avanço técnico e tecnológico. A grilagem de terras, o desmatamento ilegal, a mineração clandestina, o tráfico de animais e a invasão de territórios indígenas são manifestações desse processo geral de exploração e acumulação capitalista.

A reforma ministerial de Lula procurou dar uma fisionomia distinta da estrutura ministerial de Bolsonaro, que expressou em certa medida o nacionalismo de direita e ultradireita. A recuperação de espaço aos ambientalistas foi uma das alterações significativas do ponto de vista da preservação ambiental. No entanto, não corresponde às forças reais da oligarquia agrária, que aumentou sua capacidade política no último período, com o avanço da agroindústria, impulsionado pelas necessidades do mercado mundial de commodities.

A revisão da estrutura administrativa na reforma ministerial de Lula, que incidiu nas funções de Marina Silva e Sonia Guajajara, se deu em função de uma correlação de força no Congresso Nacional em que impera a oligarquia agropecuária e extrativista. Qualquer ministério que tenha a função de disciplinar o capital e, assim, criar obstáculo para a sua expansão, está fadado ao fracasso. A interferência da comissão mista na organização dos dois ministérios indesejados se deu inclusive com anuência de parte do governo, como apurou o noticiário mostrando que parte dos representantes da base parlamentar do governo votou a favor do relator. Somos forçados a concluir que Rede e PSOL não passam de instrumento e joguete do governo burguês de Lula, que maneja a política ambiental de acordo com as pressões do imperialismo.

A luta contra a exploração caótica e o saque da natureza é parte da luta contra a brutal exploração do trabalho pela burguesia, bem como da luta contra o saque da nação oprimida pelo imperialismo. Está objetivamente colocada a tarefa de organizar uma frente única anticapitalista e anti-imperialista, que tenha como destacamento avançado o proletariado como dirigente da maioria oprimida. Qualquer proposição de proteção da natureza fora ou à margem do enfrentamento com a burguesia e o imperialismo não passa de impostura das forças políticas que estão pela preservação do capitalismo, que combatem ferozmente o socialismo, ou que o falsificam como socialdemocratas.



O brilho de Nicolás Maduro na reunião de cúpula da UNASUL

O “Consenso de Brasília” expressou o fracasso em reerguer a Unasul, concebida, na esteira do Mercosul, criado em 1991, impulsionado pelo governo de transição de Itamar Franco, que ocupou a presidência em função do impeachment e renúncia de Collor de Mello, hoje condenado por corrupção. Lula, que chegou à presidência em 2003, no ano seguinte trabalhou pela constituição de uma Comunidade Sul-americana de Nações, que em 2008, juntamente com Hugo Chávez, da Venezuela, deu origem à criação da Unasul. O Mercosul se limitou à função de um bloco econômico.

A ideia de unidade latino-americana era mais ambiciosa, e poderia ganhar vida a partir da América do Sul, de forma que a Unasul abrangesse 12 países. Transcorridas quase duas décadas e meia, no entanto, não se afirmou, como uma verdadeira unidade. O Mercosul pelo menos estabeleceu algumas regras comerciais como taxa de importação comum, que já não se sustenta. A Unasul não deu passos significativos na almejada integração latino-americana, embora a necessidade objetiva continue vigente. Em 2019, Bolsonaro e os governos de direita da Argentina e Chile romperam com a Unasul, e criaram o bloco Prosul, um natimorto. A cúpula de reerguimento da Unasul em 30 de maio foi convocada com o objetivo de deixar para trás a ação desintegradora da direita e ultradireita.

A pergunta que se coloca é: por que concluiu com o reconhecido fracasso a tentativa de Lula de incentivar os representantes de Estado da América do Sul a retomarem a Unasul, cujo último golpe certo foi desfechado pelo governo de Bolsonaro em conluio com Mauricio Macri e Sebastián Piñera? É preciso lembrar que a Venezuela foi “suspensa” do Mercosul em 2016, sob a justificativa de não cumprir os requisitos democráticos. O que inevitavelmente refletiu no funcionamento da Unasul. A Venezuela, não por acaso, esteve recorrentemente no foco das crises, tanto do Mercosul quanto da Unasul.

Já foi um ganho para a causa petista ter conseguido trazer a Brasília 12 chefes de Estado, nas condições de profunda crise mundial, agrava pela pandemia, pela guerra na Ucrânia e pelo embate comercial dos Estados Unidos com a China. Esse ganho seria confirmado caso o “Consenso de Brasília” tivesse obtido algum êxito prático no sentido da unidade latino-americana, por pequeno que fosse. Tudo indica que a noção de “Consenso de Brasília” foi escolhida em contraponto ao “Consenso de Washington”, que aprovou as diretrizes do neoliberalismo, ditadas pelos Estados Unidos.

Desgraçadamente, o “Consenso de Washington” serviu em grande magnitude para as potências imporem seus interesses sobre os países semicoloniais e continentes inteiros, como o da América Latina. O “Consenso de Brasília” não passou de uma impostura de governos e de Estados nacionais submissos ao



capital imperialista, que refletiu a suas incapacidades de erguer a Unasul.

O motivo fundamental do descarrilamento da intenção de Lula reviver a Unasul se encontra no fato de os Estados Unidos e a União Europeia continuarem se impondo por cima dos Estados nacionais. O lulismo e o chavismo criaram a ilusão sobre a viabilidade de criar um mercado comum e uma relação política unitária e harmoniosa na América do Sul, para se contrapor aos ditames dos

Estados Unidos, principalmente. Esse momento foi de auge do nacionalismo chavista – “do Socialismo do Século XXI”, que foi se espatifando diante do cerco econômico, político e ideológico do imperialismo norte-americano. Conflito que evidenciou a caixa vazia do nacionalismo burguês e pequeno-burguês travestido de anti-imperialista.

O ex-militar e comandante, Hugo Chávez, assumiu o poder em meio a uma sucessão de crises convulsivas. Depois de pouco mais de 13 anos no poder, o caudilho veio a falecer, e o vice-presidente Nicolás Maduro o sucedeu. A crise política voltava a se recolocar em alto patamar. A estatização da indústria do petróleo, sob indenização, – da PDVSA – foi a grande obra do nacionalismo chavista. Embora as relações capitalistas de produção não fossem ameaçadas, o simples controle do Estado sobre a maior riqueza natural da Venezuela – fonte mundial de monopólio exercido principalmente pelos Estados Unidos – levou o imperialismo norte-americano a impor duras sanções econômicas e políticas ao regime nacionalista.

Trump, em 2018, lançou um novo rol de sanções econômicas e agiu no sentido de potenciar a oposição liderada pelo serviço, Juan Guaidó, que se autoproclamou presidente, em um claro gesto golpista. Trump esteve perto de intervir diretamente na Venezuela para acabar com o governo de Maduro. Faltou-lhe um apoio necessário dos principais países latino-americanos, que temeram pelas consequências convulsivas que poderia despertar uma ação contrarrevolucionária dessa ordem. Apesar das enormes pressões de Washington e do auxílio da Colômbia, Maduro sobreviveu e Guaidó afundou na desmoralização de um fantoche guiado desde a Casa Branca e a CIA. Afundou agarrado na bandeira da democracia e dos direitos humanos que o imperialismo lhe pôs nas mãos para derrubar a “ditadura” de Maduro.

Recentemente, os Estados Unidos decidiram suspender parte das sanções à Venezuela e arrefecer o bombardeio político-ideológico ao regime chavista. Essa decisão de Biden se deveu ao fato de os Estados Unidos estarem em uma cruzada para impor as sanções à Rússia e assegurar apoios à Ucrânia. Para isso, o petróleo tem importância decisiva. O que a Venezuela mais tem a oferecer é essa matéria prima. Maduro respondeu positivamente e permitiu o aumento da influência das

petroleiras sobre a PDVSA. Essa “concessão” do imperialismo à “ditadura” de Maduro aliviou as pressões sobre o país vizinho pelos governos latino-americanos mais afeitos a seguir os Estados Unidos como seus cães de guarda. Contribuiu para isso a substituição de governos de direita e ultradireita por governos burgueses de centro-esquerda na Colômbia, Chile e Brasil. Eis por que nesse novo marco criou-se a esperança de reerguer a Unasul.

Lula não apenas aproveitou para trazer de volta Maduro à “unidade latino-americana”, como o fez com tamanha deferência que provocou um alvoroço completamente desproporcional ao seu significado político real. A CNN, que é um canal de televisão implantado pelos Estados Unidos no Brasil, aproveitou a indignação generalizada para dar ao impostor Juan Guaidó um enorme tempo, muito bem aproveitado para traduzir a posição do imperialismo contra a “ditadura” de Maduro, como sendo a grande causadora da quebra econômica da Venezuela, do crescimento da miséria, da migração de milhares de venezuelanos etc. A cínica indignação da centro-direita e ultradireita brasileiras aproveitou muito bem o pronunciamento do presidente do Uruguai e do Chile, respectivamente, Luis Lacalle e Gabriel Boric, que rejeçaram a declaração de Lula, de que há uma “narrativa” dos Estados Unidos para demonizar o governo da Venezuela.

Depois de os Estados Unidos terem afrouxado o cerco à Venezuela, ficou mais fácil a aceitação de retorno de Maduro à Unasul pelos partidos burgueses mais afeitos a rezar o terço do imperialismo. Todos estavam conformados com o chamado à Venezuela, mas desde que se mantivesse a condenação montada pelos Estados Unidos e potências europeias à “ditadura” do chavista Maduro. É com se a crise econômica, a inflação, os desequilíbrios fiscais, as dívidas públicas, os juros altos, a miséria, a fome, a criminalidade e a migração resultassem da “ditadura” chavista (nacionalista) e não da decomposição do capitalismo, e nessas condições no recrudescimento da opressão nacional sofrida pelas semicolônias latino-americanas. É como se nada desses males, em maior ou menor escala, não marcassem tão profundamente países considerados democráticos, como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai etc. O significado do levante da burguesia brasileira contra as acusações objetivas de Lula, de que as sanções impostas à Venezuela têm muita responsabilidade pelas dificuldades econômicas e pelos desastres sociais, evidenciou a principal causa de a Unasul ter se desintegrado e da inviabilidade de se reestruturar sobre novas bases. O imperialismo e os interesses particulares ligados ao domínio dos monopólios dividem as nações latino-americanas, e colocam uma contra outras, ora mais aberta, ora mais disfarçadamente, seja mais conflituosa, seja menos conflituosamente. A condenação das críticas de Lula, que, na realidade, não têm tanta transcendência para os interesses da burguesia brasileira, expôs a mão do imperialismo na garganta da Unasul.

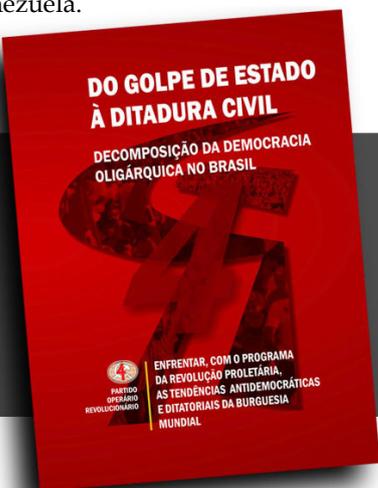
A importância desse acontecimento está em que revela, de um lado, a necessidade de se alcançar a unidade latino-americana, para potenciar as suas forças produtivas e realizar as tarefas democráticas comuns, historicamente pendentes, entre elas a libertação do domínio imperialista, e, de outro lado, a inviabilidade de alcançar a unidade no âmbito da política burguesa e da utópica convivência pacífica com o imperialismo. O na-

cionalismo chavista, que está esgotado e degenerado, serve de mais uma experiência particular para dimensionar a questão da unidade latino-americana. É o que se pode dizer também do reformismo petista no Brasil, do persistente nacionalismo peronista na Argentina e do frente-populismo do Chile, entre outros.

As crises políticas estão entranhadas em todos os países latino-americanos. Em sua base, se processa um poderoso choque entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção. As fronteiras nacionais se levantam como um obstáculo a ser vencido. De conjunto, são responsáveis pelos retrocessos econômicos e sociais das últimas décadas. As dívidas internas (públicas) e externas pesam em grande medida no atrasamento do desenvolvimento econômico-social em todo o continente. Os governos, sendo de direita, de ultradireita, de centro-esquerda ou de esquerda, estão obrigados a descarregarem a crise sobre a maioria oprimida por meio de contrarreformas e de redução do valor da força de trabalho. Não há como optar por reformas democrático-populares, como pretensamente adrogaram no passado os reformistas, como os do PT.

A tarefa de superar o estilhaçamento e o divisionismo latino-americano é de ordem histórica, e não meramente conjuntural. O sentido geral é o do rebaixamento e da abolição das fronteiras nacionais, de forma que os países mais fortes não se aproveitem dos mais fracos, e que o imperialismo não possa colocar uns contra os outros. Esse objetivo não pode ser cumprido pelas burguesias latino-americanas. Tentativas não faltaram em vários momentos da história do continente. As experiências fracassadas comprovam que não basta a necessidade, é preciso a classe que tomará a tarefa em suas mãos. Essa classe é o proletariado, que é internacional. Embora esteja dividido pelas fronteiras nacionais, não tem pátria. Tem um valor muito superior, que é o da sociedade sem classes e dos países sem fronteiras nacionais que os separem e os oponham.

O programa estratégico da unidade anti-imperialista latino-americana – a luta pela libertação do jugo do imperialismo é o ponto de partida da unidade – se encontra na tarefa histórica da luta proletária pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Em todo o continente, os países estão maduros para a revolução proletária, que por sua forma é nacional e por seu conteúdo, internacional. É com essa diretriz que o Partido Operário Revolucionário rechaça e denuncia aos explorados a infame campanha imperialista contra o governo nacionalista da Venezuela.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

☎ (11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

Ano II – Nº 09 – Junho / 2023

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Lula na UFABC:

Que atenda as reivindicações de estudantes e trabalhadores!

2 de junho de 2023

O Presidente Lula (PT) vem, neste dia 2 de junho, ao campus São Bernardo do Campo da UFABC. Muitos estudantes e trabalhadores votaram em Lula nas últimas eleições com a esperança de que seu governo substituiria Bolsonaro e suas medidas regressivas, atendendo aos anseios dos trabalhadores, o que não vem se confirmando. A visita inesperada deve servir de oportunidade para a exigência do atendimento às reivindicações mais sentidas pelos estudantes, professores e funcionários.

O motivo oficial da visita é o anúncio da expansão da infraestrutura física. Em breve deve ser inaugurada a Unidade Tamanduateí, no campus Santo André. Mas sabemos que a expansão institucional não ocorre com o devido aumento do número de funcionários da UFABC. Além disso, uma antiga reivindicação dos estudantes, que em 2008 Lula e Haddad se comprometeram a atender, continua sendo totalmente negligenciada: a moradia estudantil. É preciso exigir que o governo federal se comprometa a atender junto à expansão da universidade às demandas de trabalhadores e estudantes.

Devido ao contexto de desvalorização e arrocho salarial, muitos servidores, principalmente TAEs, continuam saindo da UFABC. Os Técnico-Administrativos em Educação estão em campanha salarial. A FASUBRA reivindicava um reajuste salarial emergencial de 27%, para repor as perdas inflacionárias do período do governo Bolsonaro. O governo federal concedeu um reajuste de apenas 9%, que foi aceito com a promessa de que a campanha salarial de 2024 começaria em seguida. Exijamos então que Lula atenda à reivindicação dos trabalhadores de **reposição integral diante das perdas salariais acumuladas e de imediata instalação da Mesa de Negociação Setorial com a FASUBRA**.

No mesmo dia, estava marcada para as 17h30 no campus Santo André uma mobilização contra o Marco Temporal, convocada pela União Plurinacional dos Estudantes Indígenas. A Câmara dos Deputados acaba de aprovar o maldito projeto de Lei dos latifundiários, da agropecuária e do agronegócio. Dentre as reivindicações contrárias aos interesses dos capitalistas, estão a demarcação de terras e a “saúde pública específica para os povos da terra”. Exijamos de Lula **que atenda as reivindicações dos povos indígenas!**

Degradação das condições de estudo e trabalho na UFABC

Não é de hoje que o funcionamento de parte das ações e serviços da UFABC está comprometido pela falta de recursos, seja de verba, infraestrutura ou funcionários. Há problemas gerais de infraestrutura, a ponto de muitas turmas terem aulas em auditórios superlotados, e da enfermaria funcionar dentro de um espaço construído para ser um banheiro. Já o déficit e/ou falta de profissionais inviabiliza a garantia do apoio administrativo integral às atividades acadêmicas, assistenciais e esportivas, como é o caso da enfermaria, academia, piscina, desenvolvimento dos funcionários etc.

Desde 2015, os sucessivos ajustes, bloqueios e cortes financeiros, degradaram ainda mais as condições de estudo e trabalho. Os primeiros a arcar com as consequências foram os terceirizados, com a demissão de zeladores, vigilantes etc. Esse contexto favoreceu o avanço da precarização com a falta de manutenção e reposição de equipamentos, sobrecarga de trabalho, ausência da garantia do pleno funcionamento das atividades, restrição do acesso aos campi, do horário de funcionamento da Instituição e do fretado intercampi etc.

Pelo financiamento integral da UFABC

O Governo Federal precisa garantir o financiamento de um orçamento que permita não só a consolidação das obras de infraestrutura, inclusive da moradia estudantil, mas também o pleno funcionamento e manutenção da infraestrutura construída; a assistência estudantil; desenvolvimento de ações e projetos etc.

O funcionamento pleno da UFABC só será possível com a recomposição orçamentária integral da educação, cultura, ciência e tecnologia; valorização do funcionalismo público; garantia da autonomia e democracia universitárias; e constituição de um sistema único de educação vinculado à produção social.

A defesa da educação passa pela defesa de um sistema único de educação, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social. Pelo fim do Ensino a Distância! Pela revogação imediata do Novo Ensino Médio! Pelo fim do ENEM e vestibulares e acesso universal a todos em todos os níveis! Exigimos também a federalização do Centro Universitário FSA e a revogação da legislação contrária à criação de creches universitárias!

Em defesa dos trabalhadores e do funcionalismo público

Em defesa do trabalho do funcionalismo, exigimos que o governo Lula garanta a equiparação e isonomia nos salários e benefícios (Auxílio-Alimentação, Transporte e Saúde; Férias, etc.) entre os Servidores dos Três Poderes, visto que hoje os Servidores do Executivo recebem bem menos! Também exigimos o cumprimento do Art. 37, inciso X da Constituição Federal, sobre a data base anual do funcionalismo.

Há tempos o serviço público vem passando por um intenso processo de desmonte com precarização e as privatizações. Um ataque iniciado pelo governo FHC e mantido e ampliado até hoje é a terceirização. Além das condições de trabalho altamente precárias, com baixos salários, os trabalhadores terceirizados estão sujeitos às arbitrariedades dos patrões, que fazem o que querem, atrasam salários, promovem demissões arbitrárias, não pagam direitos trabalhistas etc.

Exigimos que o governo Lula se comprometa a revogar toda legislação permissiva à terceirização; recriando cargos como vigilante, porteiro, segurança, recepcionista, zelador, motorista, cozinheiro, salva-vidas, secretário, tradutor intérprete de LIBRAS, atendente de creche, dentre outros; incorporando todos os terceirizados das IFEs no quadro de servidores sem a necessidade de concurso público; criando amplamente vagas para servidores; e acabando com a gestão privada dos Restaurantes Universitários. Pela ampla e imediata abertura de vagas do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) nas IFEs; Redução da jornada de trabalho dos TAEs para 6 horas diárias e 30 horas semanais, sem condicionantes e sem redução da remuneração; Pela revogação das medidas antissindicalistas e da lei antigreve, fim das multas aos sindicatos e das punições aos grevistas; Pela revogação da Instrução Normativa do MPOG N° 02/2018 sobre o controle eletrônico de frequência e atividades sindicais! Pela revogação da Instrução Normativa do ME N° 54/2021 sobre paralisação decorrente do exercício do direito de greve!

Abaixo a contrarreforma administrativa. Pela revogação do PGD!

Os poderosos não desistiram de aprovar a contrarreforma administrativa (PEC 32/2020), que ataca a jornada de trabalho e a estabilidade do servidor público. No Serviço Público Federal, a flexibilização capitalista do trabalho, prevista na contrarreforma administrativa, já está em andamento, a exemplo do Programa de Gestão de Desempenho (PGD), decretado pelo governo Bolsonaro. Trata-se de uma medida extremamente prejudicial ao funcionalismo, que divide os trabalhadores, prejudica o funcionamento das instituições e seu caráter de serviço público; e desresponsabiliza o Estado em fornecer todos os meios necessários à realização do trabalho, aprofundando o sucateamento dos órgãos públicos, inclusive das IFEs. O Governo Lula deve revogar o PGD (Decreto N.º 11.072/2022) e ampliar as condições de trabalho dos servidores.

Em defesa da autonomia e democracia universitárias

É urgente o fim da ingerência estatal sobre as IFEs. O Estado deve financiar as IFEs, garantindo o seu funcionamento, sem ingerir sobre a gestão e democracia universitárias. O controle das instituições educacionais deve ser feito por quem estuda e trabalha. Por isso, reivindicamos a revogação imediata do entulho legislativo sobre a estrutura das IFEs e a composição dos órgãos colegiados; assim como o fim da lista tríplice nas eleições à Reitoria, e da discriminação dos Técnico-Administrativos em Educação em relação aos Docentes (representação nos órgãos colegiados; orientação ou supervisão de bolsistas; assumir cargo/função de Reitor e Vice-Reitor, Diretor e Vice-Diretor, etc.), a exemplo do Decreto 1916/1996. Que os estudantes, funcionários e professores elejam diretamente um governo tripartite das IFEs e que esteja sujeito à revogabilidade do mandato por quem o elegeu. Para que a democracia universitária seja plena e real, é preciso que se institua a assembleia geral com soberania.

Não à Sanção Presidencial do Arcabouço Fiscal!

Se a situação já não está fácil para a maioria oprimida, será ainda pior com a aprovação do arcabouço fiscal (PLP 93/2023). Trata-se de uma medida de limitação dos gastos sociais e precarização dos serviços públicos para garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. O arcabouço fiscal também significa atacar a Universidade Federal do ABC, retirando a garantia de seu financiamento para garantir os lucros do capital financeiro. Não aceitamos arcar com a responsabilidade do pagamento da dívida pública, que serve ao parasitismo financeiro.

Certamente, os estudantes e trabalhadores que votaram em Lula não imaginaram que o governo promoveria esse ataque. Por isso, devem exigir: Lula defenda a educação pública, vetando integralmente o arcabouço fiscal!

Onda de demissões em massa destrói empregos no ABC!

Temos visto, aqui no ABC, o fechamento de uma fábrica atrás da outra. Mal acabou uma demissão em massa, vem outra. A região tem se desindustrializado. Não podemos aceitar tal estado de coisas. Não devemos aceitar os acordos de demissão e fechamento de fábrica, que só beneficiam as multinacionais. Exigimos que Lula estatize sob controle operário e sem indenização as fábricas fechadas e que ameacem fechar. Nenhuma demissão! Pela garantia da estabilidade no emprego para todos os trabalhadores; Por um salário-mínimo vital que garanta o sustento de todas as necessidades da família trabalhadora; Pela escala móvel de reajuste: que os salários sejam ajustados com o aumento do custo de vida!

15º MÊS DE GUERRA NA UCRÂNIA

A continuidade da guerra na Ucrânia está se transformando em uma grande conflagração mundial. A Corrente Proletária na Educação levanta a bandeira de fim da guerra. Estudantes e trabalhadores em geral devem se unir com a classe operária em luta para acabar com a guerra de dominação. Pelo fim da guerra, por uma paz sem anexação e sem nenhuma imposição dos Estados Unidos e da OTAN!

10 anos das Jornadas de Junho de 2013: assimilar criticamente essa experiência

É preciso superar a crise de direção revolucionária do proletariado

Como se sabe, em junho de 2013 o Brasil foi tomado por uma onda de protestos que tiveram início com reivindicações pontuais e localizadas em relação aos aumentos nas passagens do transporte público. O início se deu em 6 de junho, na capital de São Paulo, com uma manifestação de aproximadamente 3 mil pessoas, onde ninguém poderia



supor a proporção que tomaria em seguida. O movimento se projetou nacionalmente principalmente devido à repercussão da violência do Estado contra os manifestantes por meio da polícia. A amplitude foi tal que não faltaram protestos que reuniram algumas centenas de milhares de pessoas, de tal forma que somando os números de diferentes cidades a contagem chegava aos seis dígitos. Esse primeiro protesto foi reprimido com bastante violência pela polícia do então governador Geraldo Alckmin, com dezenas de prisões.

Existe um corte nos 4 primeiros protestos (6, 7, 11 e 13 de junho), para os 3 seguintes (17, 18 e 20). Alguns marcadores nos permitem definir esse corte, como a posição da grande mídia em relação às primeiras manifestações, que era de condenação, para os últimos, quando passou ao apoio; às reivindicações ligadas ao transporte nos primeiros atos e as reivindicações difusas nos últimos; a composição social dos primeiros, com maioria de jovens de classe média ou oprimidos, principalmente aqueles ligados aos movimentos sociais e universidades e uma composição social de classe média mais geral nos atos finais etc. Um destaque deve ser dado à quarta manifestação, no dia 13, onde a violência policial chegou a níveis inimagináveis mesmo pelos manifestantes já acostumados com ela. A própria imprensa foi atacada, com uma jornalista do jornal Folha de SP sendo atingida e um fotógrafo, Sérgio da Silva, que perdeu a visão com uma bala de borracha.

A profusão dessa onda de protestos levou a uma confusão no campo das reivindicações, que deixaram para trás a questão das passagens, e passaram a expressar bandeiras dispersas e diversas, incluindo a reivindicação de alguns grupos para que não se levantassem bandeiras, ou seja, reivindicavam um movimento apertidário. Em muitos estados, os governos e prefeituras foram obrigados a recuar. É emblemático o pronunciamento conjunto de Geraldo Alckmin (PSDB) e Fernando Haddad (PT), no dia 19 de junho, anunciando que não haveria aumento de passagens naquele momento.

Esse movimento deixou marcas profundas na luta de classes no Brasil, o que levou também a uma diversidade de análises dos partidos políticos e intelectuais da academia. Entre elas estão as mais estapafúrdias, como a que diz que 2013 gestou a extrema direita no país.

Só é possível compreender os acontecimentos de junho de 2013 se se parte de uma análise materialista, que busca nas condições econômicas e sociais, as raízes para uma mobilização tão complexa. As condições econômicas que impactaram

os trabalhadores e influenciaram, direta ou indiretamente, os acontecimentos de junho de 2013 foram a crise econômica mundial iniciada em 2007/2008, que se refletia no país na queda tendencial do PIB brasileiro; o PL 4330, que instituiu legalmente a terceirização no país; o aumento generalizado nos transportes; a alta nos preços dos combustíveis; alta da taxa

de juros (Selic) que chegava à 8,5%; os gastos astronômicos com a Copa do Mundo, que naquele ano se expressava na Copa das Confederações; entre outros fatores de menor importância. Isso nos permite concluir que uma insatisfação popular tão ampla não se limitava à questão das passagens, ainda que tenha partido desse ponto.

Assim, o movimento expressou da forma mais transparente possível a profunda crise de direção que atravessa o proletariado brasileiro e internacional. O Movimento Passe Livre (MPL), um pequeno grupo de política pequeno-burguesa, foi projetado às alturas por convocar as primeiras manifestações, mas rapidamente perdeu o controle sobre o movimento e numa atitude covarde abandonou o campo de batalha no auge da luta, dois dias depois do anúncio de Haddad/Alckmin disseram que não convocariam nem participariam mais das manifestações. Não foram capazes sequer de transformar aquela luta “pelos 20 centavos”, em luta pela estatização do transporte público no país. Assim, o MPL se mostrou não estar à altura das necessidades das massas de uma direção classista e revolucionária, que saiba conduzir um movimento partindo das necessidades mais sentidas dos trabalhadores, para levar as tarefas mais gerais da classe, para a luta política contra a burguesia e seus governos.

É certo que não se deve dar ao MPL mais importância do que de fato tem, basta ver que o grupo praticamente desapareceu nos anos seguintes. O verdadeiro problema não foi a covardia e pequenez desse grupo, mas sim a ausência do proletariado organizado enquanto classe nos protestos. Por um lado, os partidos que se reivindicam do marxismo se prostraram ao não levantar a bandeira de salário mínimo vital, reajustado de acordo com a alta do custo de vida. Essa bandeira seria capaz de unificar o movimento, respondendo ao aumento dos transportes e demais reivindicações que eram levantadas, como saúde, educação etc. Por outro, as direções sindicais ficaram a reboque das massas nas ruas. Não foram capazes de fazer as assembleias e organizar greves por todo o país para impor as necessidades da maioria oprimida. No dia 11 as Centrais chamaram um Dia Nacional de Paralisação que fracassou devido a sua própria política que vinculou esse chamado a projetos que tramitavam na Câmara (fim do fator previdenciário, PL 4330 etc.) e não para defender as condições de vida e reivindicações próprias da classe, com seus métodos próprios. O motivo dessa verdadeira traição das direções sindicais foi o fato do governo federal ser do PT (Dilma). Na ausência de uma direção revolu-

cionária foi inevitável que as massas se sujeitassem a política burguesa e recuassem desarmadas ideologicamente.

O problema do governo das direções dos trabalhadores se impõe como uma muralha da China. A ausência de independência de classe foi decisiva há 10 anos, como está sendo neste momento. Nestes 10 anos, as condições de vida das massas só piorou. Tivemos de enfrentar dois anos de recessão (2015/16); um governo de ditadura civil que atacou profundamente os direitos dos trabalhadores (Reforma Trabalhista, Terceirização, Teto de Gastos); o governo ultradireitista de Bolsonaro que realizou a Reforma da Previdência entre outros ataques; uma onda de fechamento de fábricas e demissões; e uma pandemia que matou milhares de pessoas e destruiu as condições de existência da maioria da população. Como se vê, nestes 10 anos as massas sofreram derrota em cima de derrota, mas isso não parece ser suficiente para as direções abandonarem o campo das disputas interburguesas e do governo. A frente ampla burguesa formada em torno de Lula, no ano passado, arrastou atrás de si a maioria absoluta das direções sindicais e partidos de esquerda. De conjunto, isso mostra que

o proletariado brasileiro retrocedeu econômica, social e organizativamente. A tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário, penetrado na classe operária e demais camadas exploradas dos trabalhadores, se ergue como uma necessidade de primeira importância.

O POR, por sua condição embrionária, não pôde se colocar à cabeça do movimento, expressando a política classista e revolucionária. No entanto, trabalhou intensamente para transformar o instinto em consciência de classe. Em 25 de junho, publicamos o folheto “As massas nas ruas mostram toda sua força e a necessidade da direção revolucionária”, e em julho realizou Conferências Regionais para fazer um balanço do movimento e assimilar suas lições, as resoluções estão no folheto “Conferências regionais do POR - Manifestações de junho: as massas impõe sua soberania nas ruas”. Nestes dois materiais é possível encontrar toda a elaboração que o partido fez ainda no calor dos acontecimentos. Os acontecimentos posteriores nos deram razão, mas a tarefa fundamental permanece: superar a crise de direção revolucionária do proletariado brasileiro e mundial.

Mães que cuidam de filhos sozinhas

Denominou-se mães “solo” as que não têm marido e cuidam sozinhas de filhos. É bem conhecido o drama de milhões de mulheres que sobrevivem em situação como essa. Mas, os recentes dados publicados da pesquisa de Janaína Feijó, da FVG Ibre, evidenciam mais uma face da barbárie capitalista. Trata-se não apenas do pesado fardo da mãe trabalhadora de ter de cuidar do filho ou dos filhos sem ajuda de ninguém, como também de enfrentar a discriminação salarial imposta pelos empregadores. Pesada jornada de trabalho e salário menor que o do homem.

Para agravar ainda mais, pesa sobre a maioria das mulheres que se encontram nessa condição social a discriminação racial. Ser mulher “solo” e ser preta, aumenta o peso existencial. Há ainda outro agravante, se a mulher for casada recebe um pouco mais. Nota-se que a mulher é discriminada por ser mulher, e ainda por cima é discriminada se for preta e se não for casada. Finalmente, incide sobre a discriminação da mulher o grau de escolaridade.

Em síntese, vejamos os números apurados pela pesquisadora Janaína Feijó, referentes ao quarto trimestre de 2022. 1) “(...) o rendimento das mães solo no Brasil foi estimado em R\$ 2.105 por mês. O valor ficou quase 39% abaixo da renda dos homens casados e com filhos (R\$ 3.438);” 2) “(...) a renda média do trabalho das mães solo negras foi estimada em R\$ 1.685, 39,2% abaixo das mães solo declaradas brancas ou amarelas (R\$ 2.772);” 3) “(...) a renda das mães solo (R\$ 2.105) foi menor que o rendimento das mulheres casadas e com filhos (R\$ 2.626);” 4) (...) em torno de 21% do total das mães solo brancas ou amarelas tinham o curso superior, enquanto que entre as mães solo pretas ou pardas a porcentagem caía para 9%.

Bastam esses números para se demonstrar o quanto de discriminação sofre a mulher como força de trabalho e como progenitora. Mas há detalhes que ressaltam ainda mais as particularidades da opressão Eis: 1) “(...) quando a gestação ocorre na fase escolar (entre 14 e 25 anos) pode dificultar ou inviabilizar a continuidade dos estudos (...);” a pesquisa mostra que “entre as mães solo que tiveram o primeiro filho com 15 anos, apenas

3% contavam com o ensino superior completo, enquanto as que tiveram o primeiro filho com 30 anos, 22% apresentavam ensino superior completo”; 2) “as mães solo que tiveram filhos mais tarde tendem a apresentar um rendimento médio em torno de R\$ 1.700, enquanto a mãe de 15 ou menos anos recebe R\$ 800”; 3) “(...) 29,4% das mães solo estavam fora da força de trabalho, no quarto semestre de 2022; se tivessem filho até 5 anos, o percentual era de 32,4%; se fossem negras, o percentual fora da força de trabalho era de 31%; para com filhos de diferentes idades era de 34,6%; para aquela com filhos de até 5 anos entre as brancas e amarelas a proporção era de 26,6% e 27,5%, respectivamente”.

A pesquisa mostra que há uma tendência ao agravamento desse fenômeno social. É o que indica a comparação do quarto

R\$5



O marxismo
e as primeiras
formulações
sobre a Mulher

August Bebel

Adquira
com o
distribuidor
de Massas:



POR

Partido
Operário
Revolucionário

MASSAS

trimestre de 2011 com o de 2022. Houve um crescimento de 17,8% de mães solo, passando de 9,6 milhões para 11,3 milhões. Em uma década, houve um aumento de 1,7 milhão de mães solo no Brasil. A maior incidência ocorreu entre as mulheres pretas e pardas, em número absoluto 90% e relativo, 1,5 milhão.

Um último dado estarrecedor: 72,4% das mães solo vivem em lares monoparentais, ou seja, mãe e filho.

Seguindo o artigo da Folha de São Paulo de 13 de maio, temos as seguintes observações: 1) “O que acontece é que a maternidade impõe um custo alto para a mãe. Para conciliar maternidade e trabalho, ela muitas vezes vai para uma ocupação informal; 2) “(...) a melhoria das condições para a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho passa por uma junção de esforços. Um deles viria da adequação da oferta e dos horários de creches às necessidades das trabalhadoras; 3) “(...) capacitação para as mães solo que tiverem de interromper os estudos; 4) “(...) as empresas deveriam flexibilizar horários de chegada e saída de trabalho para que mães pudessem conciliar seus compromissos”.

Duas considerações conclusivas que mostram a importância da pesquisa. Primeira, os dados revelam não só a opressão sofrida pela mulher trabalhadora, mas também o caráter bárbaro das condições da mulher que tem de cuidar sozinha do filho ou filhos. Segunda, expõe a opressão em seu conteúdo de classe, que portanto é estrutural no capitalismo. As soluções propostas pela pesquisadora Janaina Feijó seriam aliviadoras das condições bárbaras. No entanto, é ilusório supor que o Estado burguês e o empresariado podem acatar tais soluções. Isso por que o capitalismo se encontra em estágio avançado de esgotamento e de degeneração. As contradições econômicas chegaram a uma situação em que não há outra via para a burguesia manter seus negócios e seus lucros a não ser descarregando a crise sobre a maioria oprimida, e, portanto, agravando a discriminação geral da mulher e particular das mães “solo”.

Basta ver que o governo Lula se mostra incapaz de revoagar a reforma trabalhista e lei da terceirização. O projeto de lei aprovado pela Câmara de Deputados que iguala o salário do homem e da mulher que exercem a mesma função não será rigorosamente aplicado. Há o perigo, inclusive, das empresas mais fortes de aplicarem a lei, mas rebaixando o valor da força de trabalho. Quanto às creches, nem mesmo os estados mais ricos têm cumprido a legislação. A ideia de os capitalistas adequarem a jornada e os horários de entrada e saída das mães ajudaria a amenizar as condições bárbaras de opressão sobre

as mães “solo”. Trata-se, sem dúvida, de uma solução lógica, mas que o capitalismo não comporta, ainda mais estando em decadência histórica. Seria muito importante, certamente, se os sindicatos e movimentos organizassem e mobilizassem as mulheres trabalhadoras por redução da jornada sem reduzir os salários, horários especiais de acordo com a maternidade e creches que de fato atendam às necessidades de todas as mães trabalhadoras.

Esse estudo deve servir precisamente para pôr em pé um movimento de defesa da mulher explorada em geral e das mães “solo” em particular. Está colocada essa luta nas fábricas, no comércio, nos serviços e no campo. Ocorre que as direções sindicais e políticas vinculadas aos problemas da exploração e da opressão sobre a mulher se acham amplamente adaptadas ao capitalismo. Reclamam das discriminações, mas apenas em palavras. Os movimentos feministas, por sua vez, estão condicionados pela orientação burocrática e de conciliação de classes das direções sindicais e políticas. Trata-se de um feminismo voltado para as mulheres da classe média e imerso na política burguesa e pequeno-burguesa eleitoral.

A bárbara realidade das mães “solo” é a que expressa o fundamento de classe da opressão sofrida pelas mulheres trabalhadoras. A luta pela redução da jornada sem redução dos salários, por uma jornada compatível com a maternidade, por salários iguais para funções iguais entre homens e mulheres, por creches, por refeitórios coletivos, pela garantia de escola e continuidade dos estudos e pelo fim da discriminação racial faz parte do programa da revolução proletária, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

As reivindicações que de fato acabem com todas as formas de discriminação da mulher obrigatoriamente se chocam com a discriminação racial e, portanto, com a escravidão capitalista.

Na estrutura social do Brasil, há uma interdependência entre a opressão sobre a mulher e a opressão sobre os pretos. Essa interdependência somente é reconhecida na prática pelo programa de combate às múltiplas manifestações das discriminações como reflexo do combate à exploração capitalista do trabalho. Eis por que esse programa se assenta na compreensão de que é preciso unir as mulheres e os homens que constituem a classe operária e as demais camadas de trabalhadores. O objetivo e as tarefas de eliminar a opressão do homem pelo homem e de construir a sociedade socialista condicionam e guiam a luta pelo fim da opressão sobre a mulher.

A bárbara realidade das mães “solo” é a que expressa o fundamento de classe da opressão sofrida pelas mulheres trabalhadoras. A luta pela redução da jornada sem redução dos salários, por uma jornada compatível com a maternidade, por salários iguais para funções iguais entre homens e mulheres, por creches, por refeitórios coletivos, pela garantia de escola e continuidade dos estudos e pelo fim da discriminação racial faz parte do programa da revolução proletária, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Publicado o livro:

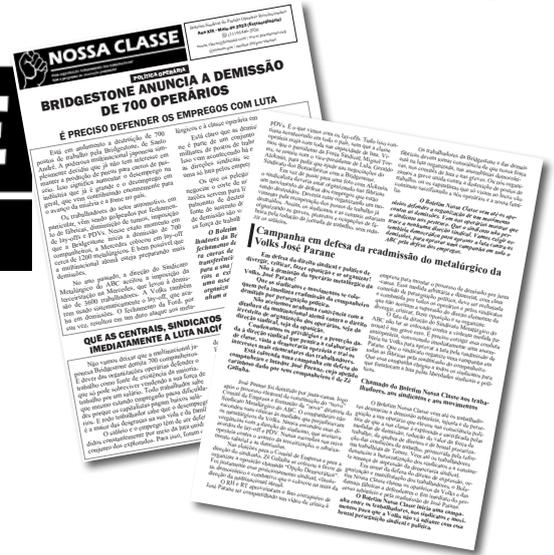
REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR



São Paulo Trechos da intervenção feita pelo militante do POR, durante a entrega do Boletim Nossa Classe, contra as demissões na Firestone e na Volkswagen

“Boa tarde aos companheiros e companheiras que estão chegando. Estamos aqui com o Boletim Nossa Classe, do POR, fazendo a campanha contra as demissões. A Firestone anunciou a demissão de 700 operários. Aqui na Volkswagen, a empresa demitiu por justa-causa o companheiro José Parane, mais conhecido como “Zé galinha”. Nós sabemos que se trata de uma perseguição política. A fábrica está perseguindo os trabalhadores, que se organizam para combater seu plano de reestruturação, de demissão, de terceirização, de lay-off, de PDV's e de retirada de direitos, que vem fazendo com a direção do sindicato. O companheiro Zé galinha, tentou juntamente com outros trabalhadores constituir uma chapa de oposição “Opção Democrática”, com o objetivo de recuperar o sindicato para a luta de classes, defender a democracia operária, a soberania das assembleias, que todos os trabalhadores possam se lançar candidatos para a comissão de fábrica e lançar chapas de oposição para a direção do Sindicato.

A direção do sindicato acabou com a democracia operária, acabou com a eleição direta para a direção do sindicato e passou a constituir uma direção burocrática, eleita de forma indireta pelos diretores sindicais dos CSE's. Devemos recuperar o sindicato para a luta de classes e a democracia operária. A direção do sindicato fala sobre democracia no local de trabalho, mas na prática, no chão de fábrica, está perseguindo os trabalhadores que são críticos a sua política de conciliação e traição, e que se organizam para defender os empregos, salários e direitos.

É necessário, portanto, organizar a luta, constituir uma oposição sindical classista e revolucionária, em todas as fábricas, uma oposição que defenda a democracia operária, um sindicato independente dos patrões, dos governos e dos partidos burgueses. Essa é a tarefa colocada para os metalúrgicos e todos os trabalhadores do país.

Contra as demissões: Defender a Redução da Jornada de trabalho, sem redução de salários.

Companheiros, o patrão na Firestone anunciou a demissão de 700 operários. A burocracia do sindicato borracheiro está negociando acordos de lay-off e PDV's, que significam a demissão de operários. Que significa trocar o emprego dos trabalhadores por uma indenização, que nós sabemos vai acabar rapidamente, e o que vai ficar, companheiros, é o desemprego, a miséria e a fome para

a classe operária. Devemos exigir que a direção sindical convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, para lutar contra as demissões, contra a perseguição política, pela reintegração imediata do companheiro Zé galinha, e de todos os trabalhadores demitidos, na Volks e demais fábricas.

A luta contra as demissões não é só na Firestone, não é só na Volks, é uma luta nacional. A classe operária deve exigir que as centrais e sindicatos, convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, manifestações e bloqueios. Preparar uma greve geral companheiros, porque somente com a greve geral, parando o país é que a classe operária vai conseguir colocar fim às demissões, e defender os empregos, salários e direitos.

A luta da classe operária é internacional. O capitalismo se encontra em profunda decomposição. A burguesia está atacando a classe operária em todos os países. Portanto, é necessário levantar a bandeira do internacionalismo proletário, da frente única anti-imperialista, para colocar abaixo as reformas antinacionais e antipopulares - da previdência, a trabalhista, a lei da terceirização - dos governos Temer e Bolsonaro. É preciso defender a independência dos sindicatos diante do governo burguês de Lula, defensor do grande capital, da burguesia nacional e do imperialismo. A resposta da classe operária contra as demissões é a da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, é a escala móvel das horas de trabalho - divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores, aptos ao trabalho, sem redução nos salários. Devemos rechaçar o apoio dos sindicatos e das centrais ao governo burguês de Lula e defender a luta independente da classe operária. Levantar a bandeira de oposição revolucionária ao governo Lula. Pela constituição de um governo próprio, operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado, que só será possível por meio de uma revolução social.

O Boletim Nossa Classe faz a campanha pelo fim da guerra na Ucrânia. Denuncia a política de intervenção dos Estados Unidos e da OTAN, que está há muitos anos fazendo um cerco a Rússia. Levanta, companheiros, que somente o proletariado organizado e em luta, por meio de uma revolução proletária, pode derrotar e colocar fim à guerra de dominação e impor uma paz, sem anexação. Defesa da integralidade territorial da Ucrânia. Fora as tropas russas da Ucrânia. Por uma Ucrânia socialista e soviética. ”

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Rio Grande do Sul

Sindicato Metalúrgico de Gravataí a serviço dos patrões

A GM de Gravataí, há uma semana, promovia a comemoração da produção de 4,5 milhões de veículos e agora anuncia que está com o estoque cheio e sem previsão de vendas, o que levará 5 mil operários a férias coletivas. O governo Lula tem a pretensão de aprovar medidas para reduzir o imposto do ICMS em 11%, a fim de ajudar as montadoras, que estão enfrentando a crise de superprodução a escoar seus estoques.

A situação da GM é uma manifestação da crise capitalista, que tem promovido o fechamento de centenas de fábricas nos últimos anos e é a mesma situação de várias montadoras em todo o país neste momento.

A direção do sindicato dos metalúrgicos de Gravataí, controlado pela Força Sindical, convocou uma assembleia para aprovar a adesão dos operários às férias coletivas. Assim têm atuado as direções sindicais em todo o país, sejam estas controladas pela Força, CUT, CTB e CSP-Conlutas.

A passividade das direções e seus acordos com o patronato

só têm servido para aumentar o contingente de desempregados, ou seja, de miseráveis e famintos. E o Estado, balcão de negócios dos capitalistas, tenta salvar os lucros dos capitalistas, dando-lhes subsídios e tirando cada vez mais o pão da boca dos miseráveis, atacando as condições de vida dos trabalhadores através da aprovação de contrarreformas que retiraram direitos trabalhistas, a exemplo da trabalhista e previdenciária, da imposição de um salário mínimo de fome, dos ataques às terras indígenas e camponesas e de medidas de contenção de gastos públicos etc.

A resposta da classe operária diante da crise capitalista, que está levando ao fechamento das fábricas, às medidas de demissões, lay-offs etc., deve ser uma resposta coletiva. É preciso que uma única luta nacional seja travada impondo a estatização das montadoras sob controle operário da produção, a redução da jornada sem redução dos salários, a escala móvel das horas de trabalho e de salários.

Rio Grande do Sul

A luta pela terra no Rio Grande do Sul coloca indígenas e pequenos agricultores em guerra

É preciso voltar as armas para os barões do agronegócio e constituir uma aliança operário-camponesa contra o latifúndio em defesa das terras indígenas

Nos anos 1960, o aclamado governador trabalhista Leonel Brizola realizou uma suposta “reforma agrária”, que concedeu aos colonos europeus terras que pertenciam aos povos indígenas. Entre a Constituição de 1988 e o início dos anos 2000, tais terras começaram a ser devolvidas aos indígenas. Desde então, se iniciou uma guerra entre os povos indígenas e os agricultores descendentes dos colonos que receberam as terras nos anos 60, assim como outros pequenos-agricultores e microempresários que adquiriram legalmente terras nestas regiões. Todos vivem da terra em questão e o impasse parecia não ter solução, levando a confrontos armados entre as comunidades indígenas, as famílias agricultoras e a comunidade em geral, que resultaram em mortes, emboscadas, torturas e todo tipo de atrocidades nos últimos 20 anos.

O Marco Temporal, para o Rio Grande do Sul, significa em grande medida resolver o conflito, dando a vitória para os agricultores nessa disputa histórica pelo direito à terra. Porém, o grande latifúndio no sul do estado, assiste e gargalha diante dessa briga entre dois grupos sociais oprimidos no Norte.

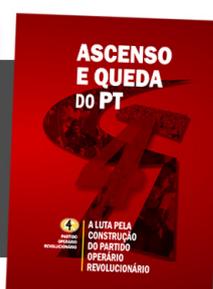
O Rio Grande do Sul foi cenário da primeira ocupação de terra bem sucedida no período da ditadura militar, em 1979, quando colonos foram expulsos de Nonoai por povos indígenas que retomaram à força suas terras perdidas com a “reforma agrária”. Estes colonos partiram então para a luta contra o

latifúndio e ocuparam a grande fazenda Sarandi em uma luta histórica. Apenas cinco anos depois seria fundado o MST.

O MST hoje se abstém diante das disputas entre os pequenos-agricultores e os povos indígenas, mas a CUT participa no conflito através da FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), e juntamente com setores conservadores da igreja e sindicatos patronais se posiciona contra as reivindicações indígenas. Isso evidencia o cinismo de Lula ao homologar, no fim do mês de abril, as terras de Rio dos Índios como terras indígenas, após 20 anos de reivindicações dos Kaigangs da região, justamente na véspera da votação que aprovaria o Marco Temporal, que poderá revogar a homologação.

A resposta dos povos indígenas à aprovação do Marco Temporal, assim como a resposta dos pequenos-agricultores não pode ser a continuidade da guerra entre eles, mas sim uma aliança na luta contra a proteção do Estado às imensas propriedades rurais e ao agronegócio que devasta o bioma riograndense e remove tanto os indígenas de suas terras, quanto esmaga economicamente os pequenos-agricultores. O direito à autodeterminação dos povos indígenas deve ser o ponto de partida nesta luta, que conduz à realização de uma revolução agrária, expropriando o grande latifúndio e resolvendo o conflito da terra.

ADQUIRA ▶
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



São Paulo

Governo Lula é incapaz de proteger os povos indígenas da sanha capitalista

O bolsonarista Tarcísio reprime a manifestação dos indígenas

Faz apenas 6 meses que Lula/Alckmin tomaram posse, numa cerimônia que foi reproduzida a exaustão, com um conjunto de “representantes do povo brasileiro” subindo a rampa do Planalto ao lado do novo presidente. Entre eles estava o cacique Raoni, um indígena Kayapó. A cena alimentou grandes ilusões de que a partir dali os indígenas teriam outro destino no país. Foi a forma do novo governo dizer que o tempo dos ataques aos indígenas do governo Bolsonaro, tinha ficado para trás. Bastou meio ano para que a realidade mostrasse que aquilo não passou de um teatro.

Na última terça-feira, os indígenas Guarani da região do Jaraguá em São Paulo fizeram uma manifestação na rodovia dos Bandeirantes, que liga a capital ao interior. A manifestação contrária ao PL 490/07 do Marco Temporal, que seria votado na Câmara dos Deputados naquele mesmo dia, foi duramente reprimida pela polícia militar do estado de São Paulo, incluindo sua tropa de choque. As cenas de mulheres e crianças correndo para se esconder das balas e bombas, enquanto o braço armado do Estado executava sua ação, remete a uma história muito longa de ataque do Estado brasileiro aos povos originários do país.

O projeto do Marco Temporal de demarcação das terras indígenas visa a estabelecer a data da Constituição, em 1988, como o corte para demarcação das terras ocupadas pelos indígenas até então. Trata-se de um projeto completamente artificial, que ignora a realidade das ocupações de terra no presente momento e tem como real intenção auxiliar a exploração extrativista das regiões ocupadas pelos povos indígenas e favorecer as mineradoras, os grileiros, as madeiras etc.

O Marco Temporal foi votado e aprovado na Câmara no dia 30 de maio, por 283 votos favoráveis a 155 contrários. Essa foi mais uma derrota do governo Lula para o Centrão, numa votação que contou inclusive com votos favoráveis da base de apoio do governo (PSB e PDT). Os bilhões de reais liberados pelo Planalto em emendas parlamentares na semana da votação não modificou o quadro geral que já vinha se desenhando. A aprovação com folga indicou que Lira e o Centrão tem o governo Lula nas mãos.

Soma-se a esse problema, a MP que modifica a estrutura dos ministérios do governo Lula foi aprovada no Congresso Nacional, com votos do próprio governo. Essa MP, entre outras mudanças, esvazia os ministérios dos povos indígenas e do meio ambiente. A responsabilidade pela demarcação das terras indígenas retorna para o ministério da Justiça e Segurança. Já o Ministério do Meio Ambiente deixa de ser responsável pelo Cadastro Ambiental Rural, que passará para o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. De conjunto esses projetos expõem a fragilidade do governo Lula, diante da burguesia latifundiária ruralista e extrativista. Seu objetivo é ter um controle total sobre as ricas regiões ocupadas por indígenas, ribeirinhos e outras comunidades locais.

Os povos indígenas seguem isolados em sua luta, suas direções políticas, majoritariamente, se situam no campo da oposição burguesa disputando, ou tentando disputar, qualquer migalha que caia da mesa dos partidos burgueses, que

controlam o Congresso Nacional. Um exemplo está na psolista Sonia Guajajara, que convocou a sociedade para pressionar os deputados para que votem contra o Marco Temporal. Este é o caminho da derrota.

Os indígenas do Pico do Jaraguá, em São Paulo, se utilizaram do método correto, que é a ação direta coletiva, paralisando uma importante rodovia de São Paulo, no entanto o fizeram apenas no dia da votação. Um novo chamado de manifestação está sendo feito para o domingo, dia 4.

Como se vê, o governo burguês de Lula se mostra cada vez mais incapaz de atender às reivindicações mais elementares dos explorados, além de ser o agente direto dos ataques aos trabalhadores como no caso do novo teto de gastos, o chamado Arcabouço Fiscal. O essencial está em que as direções políticas do movimento social seguem defendendo o governo e abrindo mão da independência de classe.

A única forma de combater de maneira consequente o Marco Temporal e outros ataques aos indígenas é a luta de classes, ou seja, com as massas nas ruas tendo a sua cabeça o proletariado organizado. Isso implica que as direções políticas dos sindicatos e centrais rompam com o governo e convoquem as assembleias para organizar a luta.

Diante da realidade, ganha força a bandeira levantada pelo POR desde o 1º dia deste ano, que é a de formar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, que tenha como principais reivindicações as necessidades mais urgentes das massas, capazes de as colocar em movimento, os empregos, os salários e os direitos. Abaixo a repressão policial aos povos indígenas! Pelo direito de manifestação, de bloqueios e de ocupações! Rechacemos o PL do Marco Temporal!





Campanha da Corrente Proletária na Educação/POR pela revogação do Novo Ensino Médio

O texto abaixo é parte da campanha da Corrente Proletária na Educação/POR pela revogação do Novo Ensino Médio e demais contrarreformas burguesas. Sintetiza os debates da formação feita pela Frente Única Andes-SN Classista (CPE e ART) em 25 de abril, foi base para a formação na Paraíba e foi enviado como contribuição de 20 docentes, inclusive integrantes de outros coletivos sindicais, ao caderno de textos do CONAD do Andes-SN, que será realizado de 14 a 16 de julho, na UFCG-PB.

Pela revogação do Novo Ensino Médio e de todas as contrarreformas burguesas

Criar os comitês de luta e retomar os métodos das ocupações, greves e grandes atos de rua

1. Raízes econômicas da destruição da educação

Para compreender a crise da Educação no Brasil, na conjuntura atual, partimos da premissa materialista de que há raízes econômicas para a imposição do Novo Ensino Médio. São elas que explicam as necessidades da burguesia em destruir a educação pública. Compreender os interesses das classes dominantes é fundamental para organizar a luta consciente em torno dos interesses das classes dominadas, definir suas reivindicações e métodos de combate.

O modo de produção capitalista, desde os fins do século XIX, entrou em sua fase de declínio e decomposição (a etapa monopolista). A ciência e educação se desenvolviam de acordo com as necessidades das forças produtivas. Na fase de domínio dos monopólios e do capital financeiro, que é a imperialista, já não podem ocupar esse lugar e função. Isso por que as forças produtivas se encontram altamente desenvolvidas e em choque frontal com as relações capitalistas de produção. A ciência e a tecnologia, presas aos monopólios, estão submetidas ao processo de decomposição geral do capitalismo. Segundo Trotsky: "A tecnologia moderna ultrapassou finalmente o sistema de propriedade privada, os meios de produção e os limites do Estado nacional. As forças produtivas da humanidade se encontram presas por esses grilhões. (...) Nosso planeta não encontrará paz enquanto as forças produtivas e os meios de produção não se transformarem em propriedade social e não se organizarem de acordo a um plano científico, inicialmente em escala nacional, logo europeia e finalmente mundial. Mas tal reorganização é inconcebível sem a expropriação dos capitalistas, isto é, sem uma revolução social". É fundamental a luta proletária contra o controle ideológico da classe dominante sobre as classes dominadas. Está posta a necessidade de responder às crises econômicas de superprodução e o parasitismo financeiro, que precisa da abertura de novos campos de valorização do capital, por meio da privatização de serviços sociais, dentre eles a educação. Na formação social brasileira, a burguesia não foi capaz de solucionar as tarefas democráticas, a exemplo da superação do analfabetismo. Nosso sistema educacional se desenvolveu acompanhando as necessidades econômicas de industrialização limitada, subordinada ao capital estrangeiro.

Na conjuntura atual, nota-se a aceleração da decomposição do capitalismo. Ampliam-se os conflitos bélicos, principalmen-

te a guerra da Ucrânia e, a guerra comercial entre EUA e China vem acompanhada do armamentismo na região. As massas sofrem, em todo o mundo, com a alta do custo de vida. As tendências recessivas na economia mundial se manifestam nas quebra de bancos e fechamento de fábricas. Na busca incessante de lucros, a burguesia explora com maior voracidade a natureza, ameaçando a existência da humanidade.

2. A mercantilização da educação

O Ensino Superior já está amplamente privatizado. Desde 2006, foi dada a permissão para as instituições privadas abrirem seus capitais nas Bolsas de Valores, o que levou também à desnacionalização. O capital financeiro dominou o setor e impôs os ritmos da monopolização. Os governos Lula e Dilma, por meio do FIES e PROUNI, alimentaram corporações gigantes. A expansão do Ensino a Distância expressou a entrada de grandes empresas de tecnologia no meio educacional. Ante a crise econômica de 2014, no Brasil, o mercado do ensino superior chegou ao limite e os capitalistas da área de educação e tecnologia exigiram a abertura de uma nova fronteira para seus negócios: a educação básica. A condição de pobreza e miséria da grande parcela das crianças e jovens leva a uma privatização distinta da que ocorre no ensino superior. Predominam as movimentações no interior da rede pública, com a oferta de apostilas, plataformas e sistemas de gestão.

3. O NEM e a desproteção do trabalho

O NEM corresponde, portanto, integralmente aos interesses do capital monopolista no contexto de decomposição acelerada do capitalismo. Esvazia o processo de educação como transmissão do conhecimento de uma geração a outra e sua expansão. Muitas vezes se denuncia o NEM como forma de produzir mão de obra barata, mas para a ampla maioria da juventude, nem mesmo um emprego mal remunerado será garantido no futuro. Para os que conseguirão ser operários industriais, a incorporação da tecnologia na indústria, além de expulsar força de trabalho, também separa mais radicalmente as forças intelectuais da produção em relação à força de trabalho. Aprofunda-se a separação entre teoria e prática. A burguesia também pouco se importa com a formação educacional dos que viverão

de empregos precários, subempregos, desemprego e da exploração sem limites dos aplicativos. O NEM é o tipo de formação destinada ao trabalhador precário e desprotegido, que se defronta com os efeitos da flexibilização capitalista do trabalho, da reforma trabalhista, previdenciária e da lei da terceirização.

4. Estado policial e o controle repressivo e ideológico da juventude

Se depender dos planos da burguesia, parte significativa da juventude, principalmente negra, nem mesmo chegará à vida adulta, será exterminada nas disputas entre frações da burguesia narcotraficante e pela violência policial. Diante do aumento da violência nas cidades, cresce a criminalização da pobreza e da juventude, o Estado policial e o encarceramento em massa. Nesse sentido, a ampliação da jornada escolar, com as escolas de tempo integral servem como um tipo de depósito da juventude pobre. Repete-se que é para não se envolverem com “coisas erradas”, como se a escola fosse uma bolha. Mesmo antes do NEM, a escola estava de costas para a produção social, fruto da divisão social do trabalho. Mas com o NEM isso se acentua. O ensino decorativo, memorístico, esvaziado de sentido, em espaços educacionais, em geral, sem estrutura adequada, sem alimentação adequada, acentuam a mutilação física e mental dos jovens em formação. Criam o cenário propício para todo tipo de violência.

Após a onda de ocupações de escolas de São Paulo, em 2015, contra a reorganização escolar de Alckmin e no Brasil, em 2016, contra a Reforma do Ensino Médio, Escola Sem Partido e Proposta de Emenda Constitucional do teto dos gastos, os governos coordenaram ações para neutralizar qualquer iniciativa de organização estudantil independente. Foi reforçada a militarização das escolas e a penetração das Igrejas. Ganham espaço as ideologias que responsabilizam o jovem, individualmente, por seu sucesso ou fracasso, conforme seu “plano de vida”.

5. Derrubar integralmente o NEM

Nada se salva na proposta do NEM. A promessa de tornar a escola mais atrativa não tem amparo na realidade. Os itinerários correspondem a um esvaziamento de conteúdos das disciplinas. A escolha é uma farsa. O Ensino em Tempo Integral é torturante para os que permanecem, voltados ao disciplinamento ou à obtenção de melhores resultados nos rankings de avaliação escolar. Ao mesmo tempo, o jovem trabalhador é expulso da escola por não conseguir conciliar os estudos com sua jornada extenuante de trabalho. Para os professores, exige-se dar aulas que nada têm a ver com sua formação. Formação esta, em grande medida, já precarizada, realizada majoritariamente a distância.

Os protestos estudantis e de professores, até o momento, apesar das divisões e ausência de mobilização das bases, obrigaram o governo a dar uma resposta. A suspensão da imple-

mentação e a consulta pública são apenas uma forma de arrefecer a revolta da comunidade escolar. As direções burocráticas dos sindicatos e entidades estudantis, para blindar o governo, fazem de conta que lutam, sem recorrer à ação direta coletiva das massas. Separam artificialmente a luta pela revogação do NEM, das lutas mais amplas para derrubar todas as contrarreformas, defender os empregos, salários e direitos. Aprofunda-se a estatização e burocratização das direções das centrais sindicais, sindicatos e das entidades estudantis e a priorização do eleitoralismo.

O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin é comprometido até a medula com os propósitos do NEM. Com a “consulta”, pretende revestir de democracia a medida imposta goela abaixo pelo golpista Temer. Após a consulta fajuta deve propor “ajustes”, correções nos itinerários em unidade com as corporações educacionais e de tecnologia, que não hesitarão em oferecer apostilas, plataformas e pacotes de gestão.

6. Resposta proletária à crise da Educação

Para derrubar o NEM é urgente constituir os comitês de lutas, que envolvam a comunidade nas escolas, universidades e institutos federais. A luta pela revogação do NEM se dá em unidade com a defesa de fim do EaD e expropriação de todas as empresas que exploram esse lucrativo negócio.

A luta contra a mercantilização da Educação básica é parte do combate à privatização do ensino em todos os níveis. A Frente Única Andes-SN Classista (integrada pela Corrente Proletária na Educação- CPE/POR e Aliança Revolucionária dos Trabalhadores-ART) defende a estatização, sem indenização da rede privada de ensino e constituição de um sistema único, público, gratuito e sob o controle dos que estudam e trabalham. Nem os militares, nem as igrejas, nem os capitalistas e seu Estado devem controlar a educação. Seus rumos devem ser definidos pelos que fazem parte do processo: comunidade escolar e comunidade universitária, com base nas assembleias escolares e universitárias, com voto universal.

A defesa da vinculação da escola com a produção social implica a luta para que todo jovem possa estudar e trabalhar, com jornada compatível com os estudos e remuneração de acordo com suas necessidades. Há uma imensa parcela da juventude que nem estuda e nem trabalha. A destruição de forças produtivas se encarna na destruição física e mental dos jovens.

Certamente essas bandeiras que respondem aos problemas do Ensino Médio se chocam com a propriedade privada dos meios de produção, somente com a socialização será possível colocar a riqueza produzida pela humanidade a serviço do desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Essas bandeiras se confrontam com o capital financeiro e a opressão do imperialismo sobre a nação semicolonial, o que se manifesta com suas receitas de “austeridade”, favorecimento ao parasitismo da dívida pública e às corporações monopolistas de educação e tecnologia. →



Revista Proletária na Educação

n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

É necessário construir as oposições sindicais e estudantis nas entidades da educação. Toda ilusão de que reformas progressivas são possíveis torna-se um fator a mais para retardar a conquista de independência de classe por parte da classe operária e demais explorados. Desvia as massas de seus instintos de revolta e de seus métodos próprios, com greves, paralisações e ocupações, para o terreno do Estado burguês. Uma nova educação só pode ser fruto de uma nova sociedade. Dependerá de uma revolução social.

Propostas de Resolução

1) **Orientar a criação de comitês de luta nas escolas, institutos e universidades para organizar a luta direta pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM), das contrarreformas trabalhista, previdenciária e lei da terceirização.**

2) **Articular a luta pela revogação do NEM com:**

- a) a defesa da expropriação de todas as empresas que exploram o Ensino a Distância e garantia do ensino presencial;
- b) a luta contra a mercantilização da Educação básica com a defesa da estatização, sem indenização da rede privada de ensino e constituição de um sistema único, público, gratuito e sob o controle dos que estudam e trabalham;
- c) a defesa da democracia no ambiente educacional: nas escolas e universidades, respectivamente por meio das assembleias da comunidade escolar e comunidade universitária, com voto universal;
- d) a defesa da vinculação da escola com a produção social, unindo a teoria e a prática;
- e) a defesa de que todo jovem possa estudar e trabalhar, com jornada compatível com os estudos e remuneração de acordo com suas necessidades.

Rio de Janeiro

A assembleia do SEPE votou pela continuidade da greve da categoria

No dia 23, foi realizada a assembleia dos profissionais da educação, no Circo Voador, onde foi votada a continuidade da greve. Desde o dia 17 de maio, a categoria está em greve, reivindicando melhores condições salariais, tanto para os professores quanto para os funcionários, além de outras demandas relacionadas ao Plano de Carreira, que não foram cumpridas pelo governador Cláudio Castro. Soma-se às reivindicações, a luta pela revogação do Novo Ensino Médio. Nesse movimento de luta, foi anunciada a greve das cozinheiras da rede pública de Niterói, a partir do dia 29, reivindicando a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais.

Após a assembleia, foi realizado um ato em direção à Alerj, que contou com representantes do SEPE de várias localidades da cidade do Rio de Janeiro, além de outras cidades da Baixada Fluminense e interior. Além disso, foi votado um outro

ato para o dia 26 de maio na prefeitura. Nesta manifestação, houve repressão violenta da PM, na tentativa de dispersar os manifestantes.

O POR interveio na assembleia por meio de um Manifesto, enfatizando nosso apoio e trabalho para a construção do movimento dos profissionais da Educação do Rio de Janeiro, defendendo a continuidade da greve e sua ampliação, para retirá-la do isolamento. E mostrando a necessidade da construção de um só movimento dos explorados que seja combativo para colocar abaixo todas as contrarreformas trabalhista e previdenciária, o Novo Ensino Médio e o Arcabouço Fiscal do governo Lula/Alckmin. Concluiu com as bandeiras: Por só um movimento combativo, de todas as categorias em luta, para colocar abaixo as contrarreformas! Viva a luta dos trabalhadores da educação do Rio de Janeiro!



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

(011) 95446-2020 | pormassas.org | cpe-pr@pormassas.org

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

Membro do Comitê de
Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional

Maio/2023

Paraná

Todo apoio à greve docente das universidades estaduais do Paraná

Desde o dia 22 de maio, todos os docentes das sete universidades estaduais do Paraná estão em greve. A reivindicação que unifica o movimento é o pagamento de 42% de perdas salariais acumuladas desde 2016, mesmo índice de perdas de todo o funcionalismo estadual vinculado ao poder executivo.

Embora todo o funcionalismo amargue as mesmas perdas salariais, somente os docentes das universidades estão em greve. Isto se deve fundamentalmente ao bloqueio das direções das outras categorias contra a mobilização e enfrentamento com o governo. Predomina entre elas uma orientação de colaboração de classes, que se traduz na permanente busca de

atalhos para evitar enfrentamentos, ilusões nos parlamentares e no judiciário ou na possibilidade de “acordos” com o governo à margem de qualquer luta.

Quanto aos professores das universidades, a razão da mobilização unificada ora em curso pode se explicar não só pela defasagem monumental dos salários, mas ao conjunto de pressões que decorrem da deterioração das condições de trabalho impostas pelo governo Ratinho Jr., desde a pandemia, condições que se agravaram com a aprovação e aplicação da LGU – Lei Geral das Universidades. Essa lei, apoiada e implementada pelas reitorias, tem agravado brutalmente as condições de tra-

balho já precárias, impedindo a realização de concursos para substituição das aposentadorias, aumento consequente do volume de trabalho e adocimentos, ingresso de um exército de professores temporários em situação ainda mais precária e pressões sobre os cursos com pouca demanda.

O mérito da greve docente consiste na recusa a permanecer passivos diante dos sucessivos e crescentes ataques do governo e encarar o caminho da luta, afastando-se da política colaboracionista do FES – O Fórum das Entidades Sindicais, que tem mantido o funcionalismo na passividade desde 2015.

O desafio posto ao movimento de greve é se estender até obrigar o governo a cumprir a lei e pagar o que deve. Também é importante manter o movimento pela reposição integral, pois esta reivindicação é comum ao conjunto do funcionalismo que, em algum momento, pode romper o bloqueio das suas direções se espelhando no movimento dos docentes. Por isso, é decisivo manter a caracterização da proposta feita pelas reitorias de alteração do Plano de Cargos Carreira e Salários como uma manobra para evitar e socavar a greve docente.

A greve docente tem uma dimensão política implícita, pois

se choca com a política do governo Ratinho Jr. que deliberadamente ataca os servidores públicos e os serviços sociais. É a primeira greve que esse governo enfrenta, pois no primeiro mandato foi favorecido pela pandemia e pela política das direções sindicais que mandavam os servidores ficarem em casa. Entretanto, assim como a greve de 2001-2002 contra o arrocho salarial imposto pelo governo Jaime Lerner tinha subjacente a resistência contra as propostas de privatização das universidades, esta greve tem também embutida a rejeição à LGU, imposta pelo Ratinho Junior e a ALEP. Por isso, se impõe a necessidade de combinar nas ações da greve a organização da resistência contra a LGU e a luta pela sua revogação.

Nessa media, se coloca a urgência dos estudantes e técnicos das universidades se engajarem na luta geral não apenas em apoio à greve docente, mas no enfrentamento à LGU.

Defendemos a constituição de comitês unificados, para organizar a luta pela revogação da LGU em todas as universidades e a retomada do movimento unificado que enfrentou a tramitação da LGU em 2019.

Todo apoio à greve docente pela reposição de 42% das perdas acumuladas!

São Paulo - Municipais | **Burocracia sindical enterra a campanha salarial com um reajuste rebaixado**

No dia 1º de junho, foi encerrada a campanha salarial conjunta do SINPEEM e demais entidades do funcionalismo municipal. Foram realizados quatro dias de paralisação e assembleia, nos dias 12, 16 e 23 de maio, e a última no 1º/6. O que demonstrou disposição de luta dos servidores municipais, em particular dos trabalhadores da educação. No entanto, havia um bloqueio da burocracia sindical, que dependia da força unitária do movimento para quebrá-lo. Condição essa que o movimento não pôde alcançar.

Os principais pontos atendidos pelo governo foram os seguintes: 5% de reajuste geral anual a todo o funcionalismo a partir de maio (será pago retroativamente); reajuste de 5% no vale-alimentação e vale-refeição; aumento, na forma de abono complementar para piso (primeiras referências na carreira), de 5,72% no caso dos docentes/gestores, 30,5% para os ATEs (auxiliares técnicos de educação) e 7,8% para os agentes escolares; antecipação de 50% do PDE (prêmio de desempenho educacional, que é política de bônus) até final de julho; retirada da proposta de transformação do regime salarial em subsídio (o que eliminaria direitos históricos, como quinquênios, sexta-parte etc.); pagamento dos dias parados, com compromisso de reposição; entre outros pontos.

Era possível conquistar mais. O caminho para isso era a greve. O problema é que essa via foi obstaculizada pela direção do chamado Fórum de Entidades, que congrega os sindicatos do funcionalismo municipal. Os trabalhadores lotaram o Viaduto do Chá, principalmente no dia 23, com disposição para ir à greve. Acontece que a direção do Fórum não queria a greve, se mostrou satisfeita com os 5% de revisão geral anual que tinham sido apresentados pelo governo. Setores de oposição, como a Corrente Proletária, foram impedidos autoritariamente de subir no carro de som para defender a proposta de greve, mesmo estando inscritos para falar. Isso, sem dizer que vários trabalhadores nem conseguiram ouvir o encaminhamento, que foi votado naquele dia. A confusão foi generalizada. A falta de clareza, sabe-se bem, não foi por acaso. Como consequência, no dia 1º, a disposição para a greve já havia arrefecido, muitos nem foram à assembleia, pois entendiam que não havia mais motivo, dado que a proposta do governo já havia sido aceita.

A continuidade da luta resultou no avanço tímido em alguns pontos, principalmente para o Quadro de Apoio da Educação.

Caso a greve fosse aprovada no dia 23, a correlação de forças teria sido alterada em favor dos trabalhadores. Sem a greve, a Prefeitura pôde manejar com as migalhas – vale lembrar que os informes deram conta de mostrar que havia dinheiro em caixa para ceder mais. Ou seja, mesmo do ponto de vista rebaixado dos reformistas, que geralmente limitam as reivindicações àquilo que o governo supostamente “pode pagar”, o resultado foi aquém.

A Corrente Proletária na Educação/POR conseguiu furar o bloqueio da burocracia no dia 1º, mas somente após pressão desde o chão da assembleia no momento dos encaminhamentos. Tendo a palavra, o companheiro apresentou duas propostas: a primeira foi de uma campanha unificada de defesa do movimento camponês, contra a CPI do MST, e contra o PL do Marco Temporal, que consiste em um ataque aos indígenas, proposta que foi aceita por consenso; a segunda proposta foi de não levar o movimento para o beco sem saída da pressão sobre os vereadores na Câmara Municipal, como estava propondo a direção do Fórum, e terminar aquele ato/assembleia com uma marcha à Av. Paulista. A segunda proposta não foi aprovada. Vale ressaltar que a linha de deslocar a mobilização para a Câmara correspondia, na verdade, a um eufemismo para o encerramento da campanha salarial.

O balanço é de que o pouco que foi conquistado foi resultado da luta, das paralisações, mas era possível ir além, caso o movimento não tivesse sido sufocado pelas direções burocráticas. Como se vê, está na ordem do dia derrotar essas direções e colocar no lugar novas, que sejam classistas e democráticas. A vanguarda tem de voltar às escolas e demais locais de trabalho, fazer o balanço político dessa campanha salarial e demonstrar o quão nocivo é o processo de burocratização de suas entidades. A defesa do princípio da democracia operária deve comparecer lado a lado da defesa do método da ação coletiva dos trabalhadores. Existem ainda muitos pontos da pauta de reivindicações que não foram atendidos, a exemplo da incorporação dos abonos complementares, a retirada do confisco sobre os aposentados, melhores condições de trabalho etc. As difíceis condições de ensino e trabalho, certamente, obrigarão a retomada da luta. As lições dessa campanha salarial devem servir para superar os erros e potencializar o combate à burocratização do Sinpeem.



O Boletim inicia colocando a necessidade de retomar o caminho da luta independente. Mostra que o governo Lula, através de seu Ministro da Educação, suspendeu o calendário de aplicação do Novo Ensino Médio como uma manobra para desmobilizar estudantes e professores, que foram às ruas contra a reforma. Rechaça a política da direção da UBES de discutir pontos de “ajuste” e faz a defesa da revogação imediata da reforma.

Denuncia que o governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas está fechando mais de 300 salas de aula. Mostra que os governos criam a evasão escolar e depois a utilizam como justificativa para fechar salas. Também se refere à decisão do governo Lula de expandir a farsa da escola de tempo integral, que expulsa o estudante trabalhador da escola. Levanta que é preciso um movimento unitário de estudantes e trabalhadores nas ruas contra o conjunto de contrarreformas.

Relata o debate sobre a reforma do ensino médio ocorrido em uma escola de Franco da Rocha/SP, onde levanta a importância da defesa da educação pública, da participação ativa dos estudantes na luta e da independência de classe frente aos governos burgueses.

Traz uma matéria sobre os grêmios estudantis, onde mostra as tentativas dos governos e seus instrumentos de desvirtuá-los completamente, transformando o grêmio em uma correia de transmissão da política do governo. Os governos precisam ocultar os problemas da escola, escondendo que a falência da escola é expressão da decomposição do capitalismo. Conclui com a defesa dos grêmios independentes dos governos “que organizem a luta em defesa de suas reivindicações, que combata o privatismo nas escolas, que se contraponham às reformas capitalistas e que façam a defesa da educação pública!”.

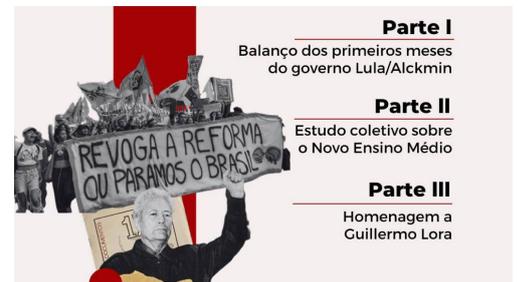
Por fim, inicia uma seção intitulada “porque a juventude deve ser socialista”, que expõe que “o regime capitalista não pode trazer nada de bom para a juventude e para o conjunto da população trabalhadora”. Explica que “no capitalismo a produção de riqueza é social, mas a apropriação da riqueza é privada”. Conclui dizendo que “a fome, a criminalidade, o desemprego e a miséria que a maioria passa cotidianamente é fruto da lógica capitalista”; e que “somente colocando abaixo o capitalismo e erguendo o socialismo é que toda gigantesca capacidade humana será posta a favor da humanidade”.

Paraíba

Atividade do POR na Paraíba teve análise das lutas no campo, formação sobre o NEM e homenagem ao dirigente do POR-Bolívia, Guillermo Lora

No dia 20 de Maio, realizamos uma primeira atividade na capital paraibana. Fomos recebidos na Associação Quilombola de Paratibe. Após a abertura, a liderança quilombola fez uso da palavra contando a trajetória de lutas pela terra. Criticou os politiquês que tentam usar a causa quilombola para finalidades eleitorais.

Nossa análise de conjuntura partiu justamente da questão da terra. Desde a crise de 2008, amplia-se a desnacionalização das terras e ofensiva sobre territórios com limites à exploração do capital (terras indígenas, quilombolas, assentamentos, reservas ambientais e áreas de conservação). Mostramos como os burgueses são incapazes de solucionar o problema da terra. Analisamos os primeiros meses do governo Lula, ante forte crise política fruto da divisão interburguesa. Já se abrem conflitos dentro do governo pela exploração de petróleo e potássio na Amazônia. Já sabemos que a prioridade do governo será defender os interesses das classes dominantes. No passado, as obras no Xingu e a cumplicidade com as violações do Quilombo dos Macacos, na Bahia, confirmam que não se pode ter nenhuma ilusão. O novo Arcabouço Fiscal também terá efeitos na política de demarcação de terras, mesmo que haja algumas ações simbólicas, exaltadas em oposição às profundas violações sob os governos Temer e Bolsonaro.



Na segunda parte, tivemos uma rica formação sobre o Novo Ensino Médio e os ataques da burguesia à juventude. Com a participação de professores, estudantes e trabalhadores. Por fim, fizemos uma homenagem a Guillermo Lora, militante do POR boliviano que dedicou sua vida à construção da revolução proletária. Sua morte física ocorreu em 17 de maio de 2009, mas seu legado segue vivo em sua extensão obra e na edificação das seções do POR e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

A atividade concluiu com todos de pé, com os punhos erguidos e bradando: Viva a luta do Quilombo de Paratibe! Viva a Construção do POR na Paraíba! Viva Guillermo Lora!



São Paulo - Nota do Boletim da Corrente Proletária – Afuse

Recuperar o sindicato para organizar a luta por nossas reivindicações

A direção do sindicato dos funcionários de Escola (Afuse), que é do PT, há muito abandonou a organização dos trabalhadores da educação. Não convoca as assembleias estaduais presenciais e deixou de comparecer às escolas para discutir os graves problemas que afetam os funcionários, entre eles o miserável salário, a perda de direitos, o autoritarismo das direções de escolas e as precárias condições de trabalho. Portanto, se limita a enviar ofícios ao governador e ao Secretário da Educação bolsonaristas. O governo aproveita essa situação para não atender a nenhuma das reivindicações. E os funcionários, por sua vez, não vêm sentido em continuar filiados a um sindicato de fachada.

Diante dessa realidade, a Corrente Proletária divulga a nota “Recuperar o sindicato para organizar a luta por nossas reivindicações”. Eis:

A defesa do emprego, salário e direitos só pode acontecer com a independência do sindicato, com a unidade entre os trabalhadores e com os métodos da ação direta. A defesa da força de trabalho diante da exploração capitalista obrigou a classe operária a construir os sindicatos. Portanto, em seu nascimento esteve presente a independência perante os patrões e os governos. Ao mesmo tempo, teve de expressar o instinto de luta dos trabalhadores, que é de combate para conquistar as reivindicações. O que implica as decisões coletivas, que só poderiam ser alcançadas pelas assembleias e pela democracia sindical. Hoje, a grande maioria dos sindicatos abandonou a independência de classe e aboliu a democracia sindical. Os sindicatos passaram a ser dirigidos por uma burocracia e estão estatizados. É o que ocorre com a Afuse.

A tarefa urgente é a de recuperar os sindicatos, que como dissemos são organismos criados pelos trabalhadores, para a luta. A Corrente Proletária vem trabalhando nesse sentido, por meio do Boletim da Corrente Proletária e das discussões no interior das escolas. Para isso, combate sistematicamente a direção burocrática que se apossou da Afuse, defendendo a convocação de assembleias, para que os funcionários coletivamente tomem em suas mãos o poder de decidir sobre as reivindicações e o caminho para conquistá-las. Sem as assembleias, a direção reformista da Afuse continua com a política de envio

de ofícios e de “pressão” aos deputados, que não leva a nada. Ao contrário, alimenta a ilusão de que é possível conquistar as reivindicações sem a organização da luta direta. A experiência já mostrou que é por meio da luta que os trabalhadores vão se politizando e se separando da política e dos métodos burgueses, como o da “pressão parlamentar” etc. É na luta coletiva que os trabalhadores rompem com o individualismo e ganham a força necessária para impor as reivindicações.

Como vemos, agravaram os problemas nas escolas públicas. O PSDB ficou por mais de três décadas no comando do estado e os ataques foram gigantescos. As condições de trabalho pioraram, a jornadas se tornaram estafantes e a falta de funcionários se tornou um tormento em todas as escolas. Com a chegada do bolsonarista Tarcísio de Freitas a tendência é de piorar o que já é terrível. Prevalece, assim, o plano de avançar a privatização na educação básica e de manter o salário de fome. A terceirização tem sido o caminho para impor a privatização e dividir os funcionários, entre efetivos e terceirizados. O governo usa a terceirização para rebaixar o valor da força de trabalho em geral, é o que se passa na educação. Os terceirizados exercem a mesma função com salários menores e sem nenhum direito. Ao manter a terceirização, o governo não vê razão para elevar o piso dos funcionários efetivos. A direção da Afuse, por sua vez, não move uma palha contra essa barbárie instalada nas escolas.

A Corrente Proletária ao denunciar essa situação vem se posicionando em favor da luta coletiva pela unidade dos funcionários de escola, seja efetivo, contratado e terceirizado. Tem levantado um programa de reivindicações em defesa dos salários, dos direitos, pelo fim da terceirização e pela efetivação de todos os terceirizados. Tem exigido que o sindicato convoque as assembleias para que os funcionários coletivamente decidam o caminho da luta. Faz uma dura campanha contra a burocratização da Afuse, em defesa da independência política diante do governo burguês de Lula e da mais ampla democracia sindical. Para isso, chama os funcionários a confiarem em suas próprias forças coletivas e se integrarem nessa batalha de erguer um poderoso movimento de oposição para recuperar a Afuse para a luta.

XXIV ConFASUBRA: Congresso antidemocrático expõe profundidade da crise de direção revolucionária

Realizado em Brasília, entre os dias 17 e 21 de maio, com a presença de 1043 delegados de 49 entidades de base, o XXIV ConFASUBRA não aprovou um programa próprio de reivindicações e manteve a direção majoritária governista. Sem um plano de lutas e diretrizes políticas à carreira e à campanha salarial, o Congresso não respondeu aos problemas centrais dos trabalhadores técnico-administrativos em educação.

A condução burocrática se mostrou já no período pré-congressual quando a Direção Nacional (DN) dificultou a inscrição de teses ao não publicizar seus critérios; e não esclareceu se a eleição de delegados exigia a vinculação com uma tese nacional. Ou seja, dificultou a intervenção daqueles que não estavam vinculados às forças políticas que atuam na FASUBRA.

No Congresso, a política da DN foi de incentivar a desorganização e evitar as discussões políticas. Houve desorganização desde a hospedagem e credenciamento até a eleição da próxima DN, na qual os delegados enfrentaram fila de 3 horas para votar nas urnas eletrônicas do TRE-DF. Não houve mobilização à participação dos delegados no Ato do FONASEFE de lançamento da campanha salarial de 2024, em Brasília.

A programação do ConFASUBRA basicamente se resumiu a exposição de painelistas representantes das chapas eleitas no último Congresso ou de saudações de parlamentares e partidos institucionais. Foram inúmeras e extensas falas que esvaziavam o plenário ao final de cada mesa. Mesmo organizações como PSTU e MST não tiveram direito de fala. O único

momento aberto à expressão e contribuição de delegados foi o Grupo de Trabalho (GT). Ocorreram dez GTs simultaneamente em um único dia com cerca de cinco horas. Cada GT foi composto por mais de 100 pessoas e pautou todo o temário do Congresso: Conjuntura; Carreira; Democratização das IPÉs; Alterações Estatutárias; Aposentados; Hospitais Universitários; e Plano de Lutas.

No GT, dentre outras propostas, a Corrente Proletária/POR defendeu uma campanha nacional contra a CPI do MST; a luta pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares dos EUA na Europa e no mundo; pelo fim da Guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexações; o fim das desonerações fiscais aos capitalistas; a luta pela reestatização dos setores estratégicos da economia nacional; um Congresso de Unificação das Centrais Sindicais; o fim do Reitorado e pela constituição de um governo tripartite (estudantes, professores e funcionários), baseado na soberania das assembleias gerais universitárias com sufrágio universal e revogabilidade dos mandatos; um salário-mínimo vital que garanta o sustento de todas as necessidades da família trabalhadora; a revogação das contrarreformas e das normativas sobre o PGD, controle eletrônico de frequência e restrição de atividades sindicais; a realização de uma campanha pelo fim da terceirização com a defesa da recriação de cargos extintos, a exemplo de motorista, vigilante, porteiro, tradutor e intérprete de LIBRAS, dentre outros, junto à incorporação imediata de todos os terceirizados, inclusive da EBSEERH, no quadro de servidores, sem a necessidade de concurso público; e a construção de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. Houve uma objeção em relação às nossas propostas: um delegado pontuou que se a votação do governo tripartite for universal os estudantes sempre decidirão sozinhos. Esclareceu-se que se trata de um raciocínio depreciativo, exemplificando com o caso do Amazonas onde já houve duas eleições com voto universal.

Todas as propostas apresentadas foram aprovadas no GT e, portanto, seriam levadas ao Plenário. No entanto, a Comissão de Sistematização formada por representantes das teses excluiu praticamente todas as contribuições da Corrente Proletária/POR. Devido a isso, anotamos as propostas aprovadas no GT e entregamos à mesa. Mesmo assim, os burocratas não incluíram as propostas, repetindo o que fizeram na Plenária Nacional, realizada em março, conforme denunciemos no Jornal Massas nº 685.

Principais discussões políticas

Durante o Congresso, as principais polêmicas se deram em torno dos temas: novo marco fiscal; gratificações; relação com as centrais sindicais. Apesar da defesa do novo marco fiscal pela CTB e pela CUT, venceu a posição contrária. Quanto às gratificações, considerando a divisão do Congresso sobre esse tema, as direções majoritárias (PT/CUT e Travessia-TAEs na Luta/PSOL) fizeram um acordo para o Congresso não se posicionar quanto às gratificações, cabendo às direções iniciarem a discussão sobre o aprimoramento do PCCTAE nas entidades locais a partir das teses do Congresso. Para tanto, as direções construíram uma resolução pretensamente consensual para substituir TODAS as propostas relacionadas à carreira aprovadas nos GTs, e contaram com a conveniência das delegações ligadas a elas. A rejeição do plenário em incluir na resolução a posição contrária a qualquer gratificação produtivista, assim como a necessidade de reuniões presenciais, mostrou que nos momentos decisivos prevalecem os interesses burocráticos. Quanto à relação com as centrais sindicais, contra a proposta

de convocação da CUT, CTB, FONASEFE e FONACATE para a luta unificada contra o Arcabouço Fiscal, os cutistas afirmaram que se a entidade não tem filiação e não contribui com a central não pode convocá-la e que a FASUBRA só poderá contar plenamente com a CUT após se filiar a ela. Uma medida claramente burocrática e imobilista, que visa a evitar o enfrentamento ao governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin. Após diversas votações, formou-se maioria em torno à proposta de iniciar a discussão nas entidades locais sobre a filiação da FASUBRA a uma central sindical com decisão a ser tomada em congresso futuro. A proposta da Corrente Proletária de defender um Congresso de Unificação das Centrais Sindicais sequer foi colocada à apreciação do plenário.

Além destas polêmicas, destacaram-se as aprovações do impedimento de que membros da DN e do Conselho Fiscal (CF) assumam Cargos de Direção em quaisquer órgãos dos governos, incluindo as universidades e a EBSEERH; do reconhecimento de assembleias virtuais e híbridas à eleição de delegados às instâncias da FASUBRA; e as supressões das propostas de apoio à resistência ucraniana e de que os próximos Congressos da FASUBRA tivessem para além das teses contribuições que pudessem ser incluídas no Caderno de Teses e Contribuições.

Durante todo o Congresso, a Frente Única dos HUs (Hospitais Universitários) compareceu como um polo de luta contra o sucateamento da carreira e dos serviços públicos, por meio da exigência de revogação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEERH) criada no governo Dilma. As denúncias realizadas por ela expuseram a natureza reacionária da divisão da carreira, da terceirização e das direções sindicais que aceitaram a criação e aceitaram o avanço da EBSEERH, agora sob o pretexto de defender os trabalhadores contratados pela empresa. A criação da Coordenação de HUs e Saúde do Trabalhador na DN da FASUBRA foi uma conquista deste movimento.

A intervenção do Bloco de Lutas, que reuniu a Frente Base/PSTU, o Combate/CST, o Pensamento Sindical Livre e independentes, serviu em especial à aprovação da posição contrária ao Arcabouço, pautado pelo Bloco no Plenário e nos GTs. Também foi importante a unidade do Bloco de Lutas com o Bloco Ousadia e Luta, formado pelo Vamos à Luta, TLS/MES e Fortalecer o PSOL, pois permitiu a defesa da independência política frente ao governo, a defesa contra o Arcabouço Fiscal e as gratificações e possibilitou a conformação da chapa Unidade pra Lutar – FASUBRA independente dos governos e da Reitoria, de oposição de esquerda às direções majoritárias (PT e Travessia/PSOL). No entanto, possui uma contradição, afinal o PSOL está integrado ao governo de frente ampla e em alguns sindicatos, como no SinTUFABC e na Apeoesp, estão aliados à burocracia petista.

A Corrente Proletária somou força neste Congresso com o Bloco de Lutas, porém não deixa de expor algumas das suas divergências: comemoração da vitória eleitoral da frente ampla, chegando a dizer que “não elegemos Lula para fazer Arcabouço Fiscal” e expressando a tese de que tínhamos que votar no Lula para termos como lutar; reivindicação de que os órgãos da burguesia punam todos os participantes do movimento golpista de 8 de janeiro, o que reforça o aparato de repressão; e apoio à “resistência ucraniana” financiada pelo imperialismo estadunidense. Tratam-se de táticas opostas ao princípio da independência de classe.

Por fim, destacamos que o Manifesto da Corrente Proletária serviu como um guia para combater as condutas distracionistas à medida que respondeu às questões políticas fundamentais: a falsificação de que a vitória eleitoral do governo burguês

de frente ampla representou o retorno da democracia e a interrupção de um ciclo de derrotas (o principal exemplo disso foi o Arcabouço Fiscal, aprovado junto à liberação de emendas parlamentares, e agora o Marco Temporal); a natureza estrutural e mundial da crise; e a necessidade de romper com o governismo e o corporativismo, de constituir um polo classista e de erguer um movimento unitário em torno de um programa e métodos próprios.

Tragicamente, em um contexto de crise, destruição da carreira e dos serviços públicos, aprovação do Novo Marco Fiscal, criação da CPI do MST, tentativa de mudança ministerial da prerrogativa de demarcação de terras indígenas, retorno do Marco Temporal, dentre outras medidas de ataques às massas oprimidas, o ConFASUBRA concretizou a política antidemocrática da direção governista de usar as reivindicações como

penduricalho. O tema “Defender a democracia e avançar nas conquistas” indicou que a defesa de um programa próprio de reivindicações estaria em detrimento da defesa da democracia burguesa, em particular da frente ampla burguesa. Está aí por que o Congresso não serviu para organizar a luta, a ponto de não se questionar porque o “governo democrático” ainda não recebeu e instalou a Mesa de Negociação Setorial com a FASUBRA.

A Corrente Proletária/POR chama a vanguarda que se posiciona pela independência política e organizativa diante do governo burguês de Lula e pela democracia sindical a se colocar pela constituição de um polo classista e de luta contra a burocratização da FASUBRA, bem como a defender um programa próprio de reivindicações a ser conquistado pelo método próprio dos trabalhadores, que são as greves, ocupações e bloqueios.

Rio Grande do Norte

Governo Lula tenta expropriar reajuste de 9% de uma parcela dos servidores federais

Sorrateiramente, o governo Lula/Alckmin (PT/PSB) está realizando uma manobra para anular o reajuste salarial de 9% para uma parte dos servidores federais. Trata-se de uma parcela dos servidores mais antigos, muitos já aposentados, que recebem um valor fruto da incorporação, via decisão judicial, de horas-extras na remuneração.

A manobra do governo consiste em “absorver” o reajuste salarial, subtraindo-o do valor das horas-extras. Exemplo: um servidor que tem um vencimento básico de R\$ 2000,00 e recebe R\$ 500,00 de horas-extras incorporadas, com o reajuste de 9%

passaria a ter um vencimento básico de R\$ 2180,00, no entanto suas horas-extras reduziriam para R\$ 320,00, de modo que, na prática, o servidor não obterá nenhum reajuste.

É urgente que a FASUBRA, SINASEFE, FENASPS e demais entidades organizem a luta em defesa desse direito que está sendo arrancado. A Corrente Proletária defende a convocação de um Dia Nacional de Paralisação, no sentido de barrar mais essa manobra do governo que implica, na prática, no descumprimento do acordo dos 9% firmado no final de março entre as entidades do funcionalismo federal e o governo Lula.

Rio Grande do Norte

Constituído o Comitê em defesa dos terceirizados na UFRN

Nos últimos meses, têm sido frequentes os atrasos nos salários dos terceirizados e casos de demissões arbitrárias na UFRN. Há alguns dias, a empresa D&L, que já atrasou salários cinco vezes em 8 meses de contrato, decidiu demitir um motorista terceirizado que há 19 anos trabalha na universidade, com uma esposa com deficiência visual e uma filha com deficiência física. Este motorista, após descarregar todos os dias caixas pesadas de alimentos no Restaurante Universitário, adquiriu um problema na lombar e uma lesão em um tendão do braço, o que levou a colocar dois atestados de 5 dias, um em novembro e outro no final de março. Um mês depois do último atestado, a empresa anunciou a sua demissão.

A partir da campanha em defesa do emprego desse terceirizado, com abaixo-assinado, passagem em sala e chamado de ato na Reitoria, a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) defendeu a constituição do Comitê em defesa dos terceirizados, junto com o SINTEST, mandato do professor Robério e correntes estudantis como Faisca (MRT), Correnteza (PCR) e Juntos (MES/PSOL).

A campanha não foi suficiente para barrar a demissão do motorista terceirizado. A falta de mobilização, por parte do SINTEST e das organizações estudantis, contribuiu para não conseguir impor à empresa a anulação da demissão. A reitoria

da UFRN, por outro lado, assumiu uma posição de se isentar da responsabilidade, dizendo que não poderia interferir diretamente nas empresas terceirizadas na admissão e desligamento de empregado, sob pena de incorrer em suposto delito de improbidade administrativa.

Como se vê, a terceirização é um mecanismo que serve como cobertura para que a real contratante, a universidade, possa lavar suas mãos sobre o destino destes trabalhadores. Além disso, serve como forma de enriquecimento de empresários, que vivem do parasitismo privado no serviço público.

A campanha do Comitê seguirá defendendo a reintegração do motorista terceirizado, assim como denunciar as arbitrariedades das empresas terceirizadas e apoiar a luta dos terceirizados pela garantia de seus direitos e salários.

A Corrente Proletária (CPE/POR) impulsionará o Comitê, defendendo que as entidades estudantis e, em especial, o Sindicato dos Técnico-Administrativos (SINTEST) assumam a defesa política desses trabalhadores. Também faz a campanha para que os sindicatos e centrais sindicais organizem uma luta geral por emprego a todos, aumento salarial e pela bandeira da efetivação imediata de todos os terceirizados, sem necessidade de concurso público.

São Paulo

Eleições na APEOESP

A conquista de subsedes importantes e a eleição de conselheiros em várias regionais representou uma importante vitória política para a Oposição Combativa, chapa 2

É necessário seguir lutando no campo da independência de classe e em defesa da democracia operária, para fortalecer o sindicato e erguer as reivindicações da categoria, contra os ataques do Tarcísio, Lula e da burguesia.

A situação objetiva dos trabalhadores e a necessidade de um sindicato classista

As eleições da APEOESP ocorreram em uma situação de profundo ataque à Educação e às condições de trabalho, com o arrocho salarial, a falsa “Nova Carreira”, o falido “Novo Ensino Médio”, o alastramento da excrescência do ensino a distância, a contrarreforma da Previdência, o aprofundamento da privatização e da terceirização, a aprovação de pontos da contrarreforma administrativa (com a retirada de conquistas históricas, a exemplo das faltas abonadas), entre outros problemas, vêm golpeando duramente o professorado. Na realidade, são medidas adotadas pelos governantes diante da crise do capitalismo, que recaem sobre os ombros dos oprimidos em geral, e dos trabalhadores da educação, em particular.

Nessas condições, era e continua sendo necessário um sindicato forte, para defender os trabalhadores e a educação pública. É o papel histórico que cabe aos sindicatos como ferramenta política, de organização coletiva. Acontece que a APEOESP é dirigida desde os anos 1981 pela mesma corrente política, a Articulação Sindical/ PT (e aliados). É a mesma corrente que dirige a CUT, o MST, a CNTE, parte do movimento estudantil, além de sindicatos estratégicos, como o dos metalúrgicos do ABC, bancários etc. Constituiu-se como uma burocracia, completamente apartada dos interesses dos trabalhadores. Hoje, situa-se como uma força governista, isto é, que apoia o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

Essa burocracia tem sido um obstáculo para a mobilização e organização pela base dos professores, enfraquecendo a APEOESP como instrumento de luta política. Trata-se da manifestação particular do fenômeno mais amplo da crise de direção revolucionária. É uma casta que atua como correia de transmissão dos interesses da burguesia entre os trabalhadores.

Nesse momento, a burocracia petista necessita da direção do sindicato para sustentar a governabilidade de Lula. O conflito de interesses em relação à reforma do ensino médio, por exemplo, é flagrante. Diante do levante instintivo de estudantes, suas famílias e educadores, tendo em vista o escândalo dos itinerários, com conteúdos absurdos, a direção da CNTE, APEOESP e demais entidades tratou de, formalmente, levantar a bandeira de “revogação”, enquanto, na prática, trabalhava para blindar o governo e arrefecer a rebelião que se formava, alimentando a ilusão na pseudo consulta armada pelo ministro da Educação, Camilo Santana, e na suposta suspensão da aplicação da medida. Ao mesmo tempo, o estado de SP vem sendo governado pelo bolsonarista Tarcísio de Freitas/Republicanos, que tem como programa a privatização em larga escala dos serviços públicos, a imposição do PEI e do Novo Ensino Médio etc. Tudo isso tem passado sem uma real resistência por parte

das direções sindicais, que criticam em palavras, mas rejeitam organizar a luta para rechaçar mais esse ataque à educação.

Pesam negativamente ainda outros fatores: o governo profunde a enorme fragmentação do professorado, obstaculizando a resistência coletiva; tem-se ampliado o número do professorado jovem, com contratos precários, despolitizado e sem a experiência/tradição das mobilizações passadas (a última greve foi em 2015); são muito poucos os docentes filiados à APEOESP; há ainda a predominância do autoritarismo das direções de escolas, como forma de manter sob controle o movimento estudantil e dos professores. Enfim, a correlação de forças entre o governo e os trabalhadores pende favoravelmente àquele, exigindo uma ruptura, uma mudança.

O magistério desconfia, com razão, dessa direção sindical, devido ao seu histórico de traições, fraudes, autoritarismo e afastamento em relação aos interesses dos trabalhadores. Daí a enorme importância do combate oposicionista no seio da APEOESP. O enfrentamento a essa burocracia é uma tarefa imprescindível, para dar uma resposta à altura dos desafios colocados pela situação objetiva.

A particularidade das eleições deste ano na APEOESP

Parte das correntes de Oposição se juntaram à chapa governista do PT

Essas eleições se dão depois da prorrogação do mandato da direção em 2020. Uma direção que tinha sido eleita em 2017, e que se apoiou na política burguesa de Dória do “fique em casa”, portanto, de fechamento das escolas e imposição do ensino a distância, uma clara política de conciliação de classes, imposta de cima para baixo, justamente quando a grande maioria dos trabalhadores teve de enfrentar a pandemia, porque não pôde desfrutar do isolamento social. Após a pandemia, a educação ainda viveu as suas consequências desastrosas: expansão da política privatizante dos governos, evasão escolar e queda acentuada dos já baixos índices de aprendizagem.

As eleições burguesas de 2022 e o início do governo Lula interferiram nas eleições do sindicato. Desde a pandemia, acentuou-se a política de unidade de setores que constituíam a Oposição, particularmente o PSOL e PCO, com a burocracia da Apeoesp. Durante toda a “Campanha do Fora Bolsonaro” e a eleição de Lula, espalhou-se o discurso da “democracia contra

o fascismo". Nas reuniões do sindicato e nas poucas assembleias, esses setores da Oposição fizeram coro com a política da direção da Apeoesp. Após a vitória de Lula, essa unidade tomou corpo no sentido de constituir uma chapa que pudessem derrotar os setores oposicionistas, que insistiam em manter uma chapa apoiada no programa de independência de classe diante dos governos e na democracia sindical.

Dessa forma, boa parte das correntes do PSOL (Resistência, Apeoesp na Escola e na Luta, TLS, Unidos pra Lutar, FOS), o MEOB, PCB e o PCO se deslocaram da Oposição e se juntaram à chapa governista. No último momento, a UP lançou chapa própria, chapa 3. A Chapa 2 – Oposição Unificada Combativa, por sua vez, se constituiu a partir de uma Convenção, que aprovou o programa e a composição da chapa. Coube ao PSTU a cabeça da chapa, de acordo com a votação dos delegados. A Corrente Proletária, MRT, LOI, GOI, independentes e alguns agrupamentos do PSOL fizeram parte da chapa.

A burocracia, fortalecida pela debandada de setores da Oposição, aproveitou a crescente despolitização do professorado, em particular do interior do estado, para fazer uma extensiva campanha eleitoral, objetivando obter os 80% e, assim, impedir que a chapa oposicionista tivesse representação na direção do sindicato (de acordo com o critério da proporcionalidade). Para isso, impediu que a Chapa 2 tivesse representação na Comissão Eleitoral, que foi constituída apenas por membros da Chapa 1. O conjunto das manobras empregadas concluiu exitosa, afinal, a Chapa 1 saiu vitoriosa na eleição para a Diretoria Estadual, obtendo 82,75% dos votos; a Chapa 2, 12,28%; a Chapa 3, 2,84%; 1,48% votou em branco e 0,65% nulo.

A Chapa 2 teve dificuldade de comparecer no interior do estado, para a divulgação do programa. Tratou-se de uma chapa da capital, Grande São Paulo e municípios próximos da capital. No entanto, a vitória em subdesdes importantes, como a Lapa, Santo André e Mauá, além da eleição de conselheiros em várias subdesdes (superando o corte burocrático de 20%, imposto arbitrariamente), como se deu em Itapeceira da Serra, Itaquera, Poá/Ferraz de Vasconcelos, Caraguatubá etc. constituiu uma considerável vitória política da oposição. Foi o resultado de uma aguerrida militância, sem o aparato sindical nas mãos, com poucos recursos etc., enfrentando do outro lado da trincheira uma burocracia poderosa e com todos os recursos à disposição.

Há outra particularidade dessas eleições que merece destaque. A eleição do Conselho de Representantes, pela primeira

vez, foi também por chapa (antiga reivindicação da Oposição), e não por nomes. Essa novidade foi positiva, pois facilitou a campanha de desmascaramento da Chapa 1, feita pela Oposição. Esta conseguiu, onde foi possível montar chapa, denunciar aos professores a debandada da ex-oposição (PSOL, PCO, PCB), revelando o vínculo com a Maria Izabel e a burocracia sindical. O voto oposicionista, desse modo, acabou expressando o ódio da parcela mais consciente à figura da presidente do sindicato e ao próprio processo de burocratização da entidade. Esse fenômeno progressivo deve ser acompanhado bem de perto e impulsionado pela vanguarda classista reunida na Chapa 2.

A atuação da Corrente Proletária na Educação/POR

A Corrente Proletária atuou desde antes do processo eleitoral, chamando as correntes de esquerda a comporem uma chapa unitária em torno a um programa de independência diante da burguesia e dos governos, de defesa da democracia operária e das reivindicações dos trabalhadores. Alertou as correntes e as bases quanto ao erro da debandada das correntes que compunham a Oposição anteriormente. Quando essa virada em favor da burocracia sindical se consolidou, trabalhou para desmascarar o oportunismo dessas correntes, enquanto dedicava suas energias na construção da Chapa 2. Compôs a Chapa oposicionista estadual e teve um papel decisivo na construção das Chapas Regionais. Em suma, realizou um árduo trabalho político e de organização, tendo em vista a necessidade de confrontar a burocracia sindical, fortalecer a APEOESP e mobilizar os trabalhadores através de sua ferramenta política, que é o sindicato.

Essa intervenção política se orientou desde o início pela necessidade de formar as frações revolucionárias no interior dos organismos de massa dos explorados. Os revolucionários têm o dever de atuar onde estão os oprimidos, de acordo com a necessidade de elevar a sua consciência classista, partindo das reivindicações mais sentidas, e fazendo a ligação com o programa de superação do capitalismo, e construção do socialismo. A vitória política obtida nesse processo, em que pese a derrota geral em número de votantes para a Diretoria Estadual, deve servir de ponto de apoio para o fortalecimento da oposição, ressaltando o caráter classista e combativo de sua política.

Nota da Corrente Proletária - Eleições na regional da Lapa

Aos professores e demais trabalhadores da educação

Durante o mês de maio, as escolas receberam muitos boletins tanto da Chapa 1, quanto da chapa 2. A chapa 1 reunia grande parte dos agrupamentos que há muitos anos está na direção da Apeoesp (PT e PCdoB) e, pela primeira vez, contou com grupos que sempre fizeram parte da Oposição (maioria dos agrupamentos do PSOL e PCB). A chapa 2 foi constituída pelas correntes oposicionistas, que se colocaram contra a unidade com os governistas. Compuseram a chapa 2 - Oposição Combativa, o PSTU, POR, MRT, grupos do PSOL e outros coletivos. Nasceu da Convenção realizada em 1 de abril, que aprovou o programa da independência política e organizativa diante dos governos burgueses, da defesa das reivindicações vitais do professorado (fim das PEIs, APDs, Novo Ensino Médio, do Plano de Carreira de Doria, reposição das perdas salariais,

abertura das salas e turnos fechados, estabilidade aos contratados, entre outras), do combate à burocratização da Apeoesp e da mais ampla democracia sindical em todas as instâncias da Apeoesp.

É preciso destacar o controle burocrático que foi imposto pela direção da Apeoesp, constituindo uma Comissão Eleitoral Estadual com membros somente da chapa 1. Todo o curso da campanha contou apenas com as decisões dessa chapa, número de urnas, roteiros, recursos, listas de filiados etc. É fundamentalmente com a imposição do critério burocrático da CUT de que a chapa que obtivesse 80% dos votos assumiria todos os cargos na direção do sindicato. Assim, a Chapa 2 só pode contar com a militância, que se esforçou para que sua campanha chegasse às escolas. Nessas condições, a Chapa

2 não teve como estar presente na grande maioria das cidades do interior do estado. Não conseguiu indicar mesários e fiscais, o que levou a Chapa 1 a comparecer com o discurso mentiroso de que havia uma única chapa e que a oposição se juntou a chapa 1 contra as “ameaças bolsonaristas”.

Nessas difíceis condições, como era esperado, a Chapa 1 obteve 82,75% dos votos; a Chapa 2, 12,28%; a Chapa 3, 2,84%; 1,48% votou em branco e 0,65% nulo.

Pela primeira vez, as eleições regionais foram por chapa, uma antiga reivindicação de setores da oposição, isso porque os professores tinham de votar numa lista de nomes, sem distinção de posições políticas. Nesse ano, concorreram três chapas para a direção estadual e, dependendo da região, podia ter uma, duas ou três chapas. Na regional da Lapa, concorreram duas chapas, a um e a dois. Na comissão eleitoral regional, a chapa 1 tinha 4 representantes e a chapa 2, apenas 1. Assim, todo o processo foi conduzido pela chapa 1. As discordâncias eram votadas na comissão, aprovando a decisão do setor majoritário. Dois exemplos: o caso dos motoristas que conduziram as urnas votantes, a chapa 2 não teve direito a nenhum motorista; e dos abonos, a chapa 1 ficou com 29 e a chapa 2, com 14, embora cada urna tivesse um professor mesário de cada chapa.

A chapa 2 fez uma campanha visitando todas as escolas da região, reunindo com os professores para expor as ideias da Oposição, bem como, explicando as razões de não compor com

a chapa da burocracia da Apeoesp. Contou com um Manifesto e um cartaz com os nomes dos professores da região. Realizou algumas reuniões com membros da chapa para avaliar o trabalho e decidir a tática a ser empregada. Como eram 21 urnas fixas e 25 volantes, não reuniu forças suficientes para acompanhar todas essas urnas com mesários e fiscais. O fundamental estava em que havia uma enorme disposição de recolher os votos de todos os filiados, expressando uma militância ativa, convencida do programa aprovado na Convenção.

A apuração dos votos regionais ocorreu no sábado. Para surpresa de todos, a chapa 2 obteve 486 votos e a chapa 1, 438, dando direito a 10 conselheiros estaduais. Na subsede Lapa, de acordo com a proporcionalidade, a chapa 2 ficará com a coordenação. Esse é um fato importante, porque há muitos anos a subsede vinha sendo dirigida pela Oposição e a vitória da chapa 2 reafirma essa vontade do professorado de ter a oposição na direção da subsede Lapa.

Os professores que compuseram a chapa 2 fazem um chamado a todos os trabalhadores da educação para que participem ativamente das reuniões, assembleias e manifestações em defesa das reivindicações e contra os violentos ataques dos governantes. Elejam os representantes de escolas e se integrem nessa luta em defesa de um sindicato classista e de luta. Portanto, que a regional Lapa seja um polo classista contra a burocratização da Apeoesp.

Formação Política

POR Pernambuco realiza formação sobre a privatização das estatais e a crise de seus fundos de pensão

No dia 25 de maio foi realizada uma formação política aberta com temas trazidos por contatos petroleiros e metroviários quanto à continuidade da luta contra a privatização, sobretudo dos metrô, e o descontentamento dos trabalhadores com as recorrentes crises nos fundos de pensão, que levam a grandes prejuízos aos trabalhadores. Na primeira parte, fizemos a leitura e debate de um texto com as informações sobre a continuidade da política privatista, sob o novo governo (publicaremos parcialmente abaixo).

Depois os trabalhadores relataram como a sedução da previdência complementar com aporte paritário entre o trabalhador e a empresa, na prática vira uma forma de roubo da aposentadoria. As crises no Petros e a transferência do Refer para a BB Previdência têm gerado grande descontentamento. Debates como a burocracia sindical petista se entrelaçou com o mercado financeiro desde os fins dos anos 1990, sob o governo FHC, tendo na sua dianteira os quadros do sindicato dos bancários de São Paulo. Desde seu primeiro governo, Lula se empenhou em ampliar a previdência complementar, seja estabelecendo o teto à previdência do funcionalismo, como também remodelando o sindicalismo. A promessa era moralizar o mercado financeiro, com trabalhadores na gestão dos fundos, escolhendo negócios mais responsáveis socialmente e ambientalmente, patrocinando investimentos produtivos e

grandes obras públicas. De lá para cá, os fundos permaneceram como fontes de escândalos no uso dos recursos dos trabalhadores na jogatina financeira. Criam grandes confusões ideológicas, pois um trabalhador que tem, por meio de seu fundo de pensão, títulos da dívida pública confunde seus interesses com os banqueiros credores que impõem ao país corte de gastos, privatizações e destruição de direitos. Ao ser acionista de uma empresa, querendo alta rentabilidade, seus interesses se confundem com o patronato que impõe maior exploração, demissões e rebaixamento salarial. A ampliação dos sindicalistas na gestão dos fundos, em vez de moralizar o mercado financeiro, levou a um maior apodrecimento da burocracia sindical traidora. Concluímos que é preciso lutar unitariamente, com os métodos da luta de classes pela revogação das contrarreformas da previdência e um sistema único de previdência social, com contribuição exclusiva da burguesia e seu Estado, com garantia de pensões e aposentadorias não inferiores ao salário mínimo vital. Trata-se de uma luta anti-imperialista, pois depende da expropriação do capital financeiro.

Publicamos a seguir a parte inicial do texto de formação. A parte final trazia o histórico da criação e desmonte das estatais dos anos 1940 aos dias atuais e a luta proletária pela soberania nacional. →

Governo Lula/Alckmin dá continuidade à privatização das estatais

No dia 06 de abril, o presidente Lula, por meio de um decreto, retirou sete empresas do Programa Nacional de Desestatização (PND) e três do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Dentre as retiradas do PND estão os Correios, EBC e Dataprev. Dezenas de empresas, porém permaneceram. Destaca-se a manutenção da CBTU e da Trensurb.

No caso da CBTU, podemos dizer que o governo já fez a sua primeira privatização. A privatização do metrô de Belo Horizonte (BH) se deu entre os dias 22 de dezembro de 2022 e 24 de março de 2023. O leilão em dezembro foi vencido pela empresa Comporte, que obteve a concessão para a exploração do serviço por 30 anos. Ainda que o processo tenha sido construído por Bolsonaro e Zema (governador de Minas Gerais pelo Novo), com o desmembramento e estadualização prévios, a transação só foi possível após o aval da Casa Civil e assinatura do contrato de compra e venda pelo BNDES, o que ocorreu no dia 23 de março de 2023 e foi chancelado, no dia seguinte pelo governador. O Relatório do Grupo Técnico de Cidades do governo de transição recomendou a suspensão do leilão, Alckmin, na condição de vice eleito e coordenador da equipe de transição, encaminhou um ofício ao ministro Paulo Guedes defendendo a privatização do Metrô de BH. Essa movimentação se deu em meio à greve dos metroviários mineiros que, iludidos, deram seus votos aos novos algozes. Segundo declaração de 12 de janeiro de Rui Costa, Ministro da Casa Civil, essa foi a primeira de muitas outras privatizações: “Vamos modelar portos, aeroportos, projetos para atrair investimentos. Os que estavam prontos, como o metrô de Belo Horizonte, nós concordamos que ocorresse. Os outros, nós vamos ajustar a modelagem. Se é privatização, se é concessão, se é PPP, nós vamos identificar para cada projeto”.

A CBTU-MG, avaliada em R\$ 175 milhões foi vendida a meros R\$ 25 milhões e ainda receberá para a “modernização” e expansão R\$ 2,8 bilhões de recursos federais e R\$ 400 milhões de recursos do Estado de Minas. Ao longo dos 30 anos, a empresa deve investir apenas R\$ 400 milhões. Os trabalhadores foram negociados junto. Mesmo sendo concursados, passaram às mãos da empresa compradora, denunciada por trabalho escravo. O Ministério Público do Trabalho havia recomendado ao BNDES que não assinasse o contrato até que um plano para os 1.600 metroferroviários fosse apresentado. O governo Lula/Alckmin ignorou a recomendação. A postura de Alckmin não causa surpresa, é um quadro oriundo do abertamente privatista PSDB, com histórico de privatização e roubos nos metrôs de São Paulo, onde foi governador. Apesar do PT se valer ocasionalmente de uma retórica antiprivatista, foi precursor de privatizações nas prefeituras sob seu comando e realizou várias privatizações nos governos Lula e Dilma, inclusive em 2005 e 2015 haviam apresentado planos de privatização da CBTU.

Os trabalhadores lutaram e fizeram greves contra a privatização. Cruzaram os braços, em 2022, antes do leilão e também em 2023 pelos direitos dos trabalhadores. Ante o movimento iniciado em 14 de fevereiro, a justiça burguesa determinou 70% de funcionamento e multa de R\$ 100 mil (depois aumentada para R\$ 200 mil) para o Sindimetro em caso de descumprimen-

to. Mesmo assim, a categoria sustentou a paralisação por 34 dias. Mas o movimento, tanto em 2022 como em 2023, ficou isolado, fruto do eleitoralismo das direções dos sindicatos e centrais sindicais. Sem uma forte campanha nacional contra as privatizações e pelo direito irrestrito de greve, o judiciário aplicou duríssimas penalidades, com descontos salariais e bloqueio nas contas do sindicato.

CBTU-Recife segue os trilhos da CBTU-MG

Em 2019, o então governo do estado de Pernambuco Paulo Câmara (PSB/PCdoB) buscou o governo federal e BNDES para viabilizar o plano privatista desenhado por Bolsonaro/Guedes, o caminho era o mesmo de BH, estadualização, “saneamento” e privatização. O sucateamento, por meio do estrangulamento nos investimentos, prepara o clima de insatisfação popular com o serviço público. Dos 40 trens, apenas cerca de metade efetivamente circula. Quebras e acidentes são recorrentes. Trabalhadores da manutenção fazem o impossível para manter o sistema funcionando. Os usuários, além de sofrer nos metrôs abarrotados ou com a incerteza de poder contar com as linhas, pagam cada vez mais caro por um serviço cada vez pior. Em três anos, a tarifa subiu 180%, passou de R\$ 1,60 para R\$ 4,25. O número de passageiros por dia caiu de 400 mil para cerca de 275 mil, pois essa tarifa não cabe no orçamento das famílias trabalhadoras.

Ao não extinguir integralmente o PND, o governo Lula/Alckmin dá continuidade à política entreguista de Bolsonaro/Guedes. A CBTU envolve também os metrôs de Maceió-AL, João Pessoa-PB e Natal-RN.

Diante da manutenção da CBTU no PND, o sindicato dos metroviários de Recife (Sindmetro) convocou assembleia em 20 de abril. A categoria estava revoltada também com os prejuízos em seu plano de previdência complementar. A direção mais uma vez usou a retórica do “estado de greve permanente”. A medida foi aprovada por 30 dias, quando a categoria avaliaria a resposta do governo. De lá para cá, porém, só se vê o sindicato atuando pelas vias parlamentares, suas redes sociais estão cheias de fotos com vereadores, deputados estaduais e federais aliados da direção (PCdoB). Não se teve nenhuma demonstração coletiva de força da categoria: nenhuma paralisação, nenhuma marcha, nenhum chamado real de unidade com os trabalhadores das demais estatais. A próxima assembleia, que deveria ser chamada em 20 de maio já está atrasada. Mas, mantido esse rumo, sabemos como a direção usará a falta de mobilização, de sua responsabilidade, para dizer que não há condições de deflagrar a greve. Além de reivindicar a retirada do metrô do PND, o sindicato reivindica um Plano de Recuperação do Sistema, prometido pelo ministro das Cidades Jader Barbalho Filho.

Em 2022, o estado de greve também foi usado como blefe pela direção sindical, o governo estadual, de olho na eleição

de seu sucessor, responsabilizou Bolsonaro e não moveu uma palha para interromper a marcha privatista. A direção abortou a greve. Na submissão ao eleitoralismo, a direção também censurou o POR, que na assembleia anterior havia feito uso da fala em defesa da luta com os métodos próprios em torno das reivindicações e não das ilusões eleitorais.

No caso da Trensurb, no Rio Grande do Sul, foi convocada uma greve contra a privatização para 8 de maio de 2023, mas a direção se empenhou para impedir a paralisação. A greve acabou virando apenas um intervalo maior entre os trens e catraca livre por alguns minutos nas estações onde a bilheteria estivesse fechada. O POR atuou com o Boletim Nossa Classe, distribuído à população chamando a lutar contra a privatização como parte da luta nacional contra todas as privatizações e pela reestatização das empresas que já foram privatizadas, sob controle dos trabalhadores e usuários dos serviços. Após os protestos, deputado estadual Miguel Rosseto afirmou em 23 de maio que a Trensurb será retirada do PND, mas não há informações oficiais.

O fundamental é organizar um movimento nacional contra as privatizações e pela reestatização do que já foi privatizado. Esse movimento precisa ter como base as assembleias e comitês de base, unindo trabalhadores das estatais, das empresas privatizadas e trabalhadores em geral. É preciso exigir a aplicação imediata dos recursos disponíveis para garantir o pleno funcionamento dos serviços públicos. Essa reivindicação se choca com o novo Arcabouço Fiscal. Os trabalhadores devem exigir que as centrais e sindicatos convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas com paralisações e bloqueios em defesa dos empregos, salários, direitos e contra as privatizações. Pela

construção de uma Frente Única Anti-imperialista, contra todo entreguismo e pelo não pagamento da dívida pública.

Pela reestatização da Eletrobras

Bolsonaro e o Congresso Nacional conseguiram privatizar a Eletrobras em junho de 2022 sem que houvesse um movimento nacional de combate às privatizações. Os investidores se aposaram de um complexo energético constituído por 47 usinas hidrelétricas e 52% de toda água represada no país. A estatal, altamente lucrativa agora estará a serviço da concentração de riqueza nas mãos de um punhado de grupos capitalistas.

Os planos de privatização de Bolsonaro e Guedes eram de arrecadar R\$ 1,25 trilhão. Mas as disputas interburguesas e interoligárquicas impediram que o entreguismo tivesse a velocidade almejada. Com isso, setores do grande capital se retiraram da base de apoio de Bolsonaro. Durante as eleições, Lula criticou a privatização da Eletrobras, mas ao mesmo tempo deixou claro que não iria revertê-la. Procura agora alterar alguns dispositivos da lei de desestatização da Eletrobras, como a sub representação do Estado nas decisões da companhia, por meio de ação da Advocacia-Geral da União ao Supremo Tribunal Federal. O documento destaca que o objetivo “não é a reestatização Eletrobras, que continuará a ser uma empresa sob gestão privada”. As direções sindicais enganaram as bases com a ilusão de que bastava derrotar Bolsonaro nas urnas. Ocultaram que somente a luta das massas com seus métodos seria capaz de defender o patrimônio nacional e o direito dos trabalhadores.



Campanha dos 34 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

Os primeiros passos da construção do Partido Operário Revolucionário

Nesse número do Jornal Massas, em que iniciamos a campanha dos 34 anos de existência do POR, relatamos a fundação do partido e a aprovação do Programa, das Teses Sindicais, da Educação e Agrárias. Esses primeiros anos foram decisivos na edificação do partido marxista-leninista-trotskista no Brasil. Destacamos a origem do primeiro núcleo de militantes; a aproximação e participação nas reuniões do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e a aprovação dos documentos programáticos.

O primeiro núcleo de militantes

Os primeiros militantes se agruparam em 1989, provenientes do rompimento com a corrente Causa Operária (PCO), vinculada ao Partido Obrero (PO) da Argentina, cujo dirigente era Jorge Altamira, que rompeu com o Partido Operário Revolucionário da Bolívia, por divergir sobre a reconstrução da IV Internacional. Causa Operária, por sua vez, seguindo a orientação de PO, revisou suas formulações, substituindo a bandeira estratégica do governo operário e

camponês pela bandeira de “governo dos trabalhadores da cidade e do campo”, e deformando a tática da ação direta por meio das disputas eleitorais, que colocou os altamiristas como serviçais do PT.

Inicialmente, o agrupamento que surgiu desse rompimento foi denominado de Tendência por um Partido Operário Revolucionário (TPOR). Desde a origem, precisou travar um duro combate ao PT e a seu braço burocrático da CUT, que se embrenharam no eleitoralismo e um programa de supostas reformas ao capitalismo.

A TPOR rompeu com o PT em defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias, materializada no governo operário e camponês. Nas eleições de 1989, quando Lula disputou com Fernando Collor de Mello, a TPOR chamou o voto nulo. Levantou a bandeira de “Voto Nulo em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário”. Divulgou uma Declaração expondo a política da TPOR e chamou os operários, os camponeses, os assalariados pobres e a juventude a votarem nulo, defendendo a luta direta contra Collor, pelas reivindicações mais sentidas e pela construção do partido revolucionário. Em maio de 1990, a TPOR realizou uma Conferência extraordinária, que aprovou a ruptura com o PT, com a caracterização de que havia se integrado ao Estado burguês e pelo fato de não se sujeitar à regulamentação autoritária de funcionamento das tendências internas, que levavam às expulsões. É bom assinalar que a Causa Operária também foi ameaçada de desligamento do PT e que teve de fazer um malabarismo explicativo de sua posição para permanecer por mais algum tempo como uma tendência interna ao PT.

Desde a sua fundação, a TPOR se colocou como tarefa a penetração na classe operária, condição essencial para pôr em pé o partido da revolução e ditadura proletárias.

O vínculo internacional

No final de 1987, houve uma cisão no Partido Obrero da Argentina e a fração que rompeu se aproximou do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Organizou, assim, uma reunião, onde esteve presente Guillermo Lora. Essa reunião deliberou pela convocação de outros agrupamentos que também haviam rompido com a política de PO-Jorge Altamira. Foi na terceira reunião para a formação do CERQUI, ocorrida na Argentina, em outubro de 1989, que a TPOR, recém-formada, esteve presente. Nessa ocasião, o camarada Atílio apresentou o primeiro número do Jornal Massas e a resolução do primeiro Congresso, realizado em 1 e 2 de julho de 1989.

Tanto no Congresso, quanto no Jornal Massas, o vínculo com a estratégia da IV Internacional e com o Programa de Transição ocuparam um papel de destaque. Na resolução do 1º Congresso, o ponto IX “Superar a crise de direção revolucionária”, diz: “A Tendência POR nasce nesta difícil circunstância para organizar a vanguarda em torno da tarefa de construção do Programa e de elevação das massas no sentido da estratégia proletária. (...) Essa situação obriga a TPOR a dar a máxima atenção às formulações das bases programáticas no próximo período, sem as quais não poderá começar a existir. E elas só poderão ser alcançadas pela luta política no interior do movimento operário, no sentido de superação da crise de direção”. Essas duas passagens deixam claro as consequências do esfacelamento da IV Internacional e a profunda crise de direção, e evidenciam que a fundação de um partido marxista-leninista-trotskista só tem sentido se se colocar a tarefa de superar a crise de direção, o que implica edificar um partido-programa.

Na apresentação do Jornal Massas, o camarada ressaltou: “Este é o primeiro número do Jornal Massas. Está a serviço do combate sem trégua ao capitalismo e que tem por fundamento a revolução e ditadura proletárias. Constitui no porta-voz e no organizador da

Tendência pelo Partido Operário Revolucionário. Tem por base as experiências internacionais do proletariado e as conquistas teórico-programáticas do marxismo, materializadas

no Manifesto do Partido Comunista, nos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista e no Programa de Transição da IV Internacional. Reconhecemos e defendemos que a tarefa de construir um partido proletário no Brasil é parte da mesma e única tarefa de construir o partido internacional da revolução socialista mundial. No Brasil, esse partido ainda não existe. As correntes pseudo-trotskistas, que substituíram a luta estratégica pelas consignas eleitoralistas de “Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo” (Causa operária), “Governo Democrático Popular” (CS, DS, OT etc.), não apenas não contribuem para a sua construção como servem de obstáculo. De todo o processo de crise sofrido no intento de construção da IV Internacional (degenerescência pablista), depois da morte de Trotsky, a maior conquista foi a estruturação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR). A escolha do nome do Jornal Massas se deve ao reconhecimento da importância estratégica do POR boliviano para a revolução proletária e reconstrução da IV Internacional’.

No final de janeiro de 1990, quando a TPOR completou seis meses de existência, esteve presente na 1ª Conferência Internacional do CERQUI, quando foi incorporada como seção brasileira. Recebeu como orientação: dar atenção ao desenvolvimento programático; analisar as particularidades do capitalismo atrasado no país; ajudar as massas a fazer a experiência com o PT e estudar a fundo a origem social da classe operária.

Nesse mesmo ano, em setembro, Guillermo Lora esteve no Brasil, onde realizou várias palestras em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário. Em suas exposições, destacou a crise estrutural do capitalismo e sua refração sobre as economias mais atrasadas. Analisou o papel dos sindicatos na luta de classes e a burocratização sindical, bem como o papel do PT, como um partido burguês de defesa do capitalismo em decomposição. Nas reuniões internas, enfatizou a tarefa da TPOR de construir o programa, o que implicava conhecer a história do país e se voltar ao trabalho de penetração das ideias revolucionárias na classe operária e intervir nos movimentos sociais.

Nos anos seguintes, o esforço da TPOR foi no sentido de elaborar o programa partidário, constituir os quadros militantes, consolidar o Jornal Massas como guia para a ação e assimilar a experiência do POR boliviano, participando da edificação do CERQUI.

Aprovação do programa

O III Congresso, janeiro de 1993, ganhou enorme importância, porque aprovou os fundamentos programáticos para a construção do partido marxista-leninista-trotskista no Brasil, como parte da tarefa de reconstruir a IV Internacional. Mostrou que esse era o primeiro passo na edificação do partido-programa, portanto, na tarefa estratégica de transformar a classe operária brasileira em força revolucionária consciente, capaz de dirigir a maioria oprimida contra o capitalismo em desagregação. Dizia: “A tarefa de construir os partidos revolucionários como parte da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, concretizados no Programa de Transição e na organização da IV Internacional, condiciona o avanço da luta de classes para a revolução latino-americana e mundial. A revolução brasileira está demarcada por este laço histórico de conformação da economia mundial e de sua forma colonial-imperialista”.

Coube ao IV Congresso, em julho de 1994, a aprovação da “Plataforma Programática”. Destacamos uma passagem da apresentação: “A elaboração do programa revolucionário é uma tarefa que nunca cessa. O partido, levando o programa às massas, transforma-as, mas esse processo também obriga o partido a se transformar, avançando na elaboração das ideias revolucionárias. A partir desse IV Congresso, demos um passo, pequeno mas significativo, na direção da construção de uma direção revolucionária. Nesse Congresso, re colocamos a importância do CERQUI. Tarefa que assinala a necessidade de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, para superar a crise de direção”.

Em janeiro 2003, no 7º Congresso, o POR estava mais amadurecido, o que permitiu aperfeiçoar o programa. Suas bases foram constituídas em 1993, portanto, dez anos depois, o partido viu a necessidade de torná-lo mais conceitual, mais sintético, retirando assim as inúmeras exemplificações e explicações, para dar maior clareza às leis históricas, os fundamentos da luta de classes, as reivindicações transitórias como ponte para a revolução socialista e maior compreensão da necessidade de pôr em pé o Partido Mundial. É importante assinalar que não houve mudança de essência. A atualização do programa reflete o avanço dos quadros partidários na tarefa de penetrar as ideias revolucionárias no interior da classe operária, força motriz que levará à revolução social.

Como parte das formulações programáticas, cabe ressaltar três momentos do POR.

O primeiro, no 5º Congresso, julho de 1997, quando foram aprovadas as Teses Sindicais. As Teses Sindicais sintetizam a experiência do partido na sua intervenção nos movimentos sociais, particularmente nos sindicatos dirigidos pelo PT e na CUT. Expressam a luta contra a burocratização dos sindicatos, a política de conciliação de classes de suas direções reformistas e a tarefa de constituir as frações revolucionárias nos locais de trabalho e nos sindicatos. Reproduzimos uma de suas Teses: “O reformismo mostra-se impotente frente a ofensiva colonizadora do imperialismo. Está evidente que não pode jogar um papel progressivo. Atua de maneira contrarrevolucionária ao anular os sindicatos como organismos da luta de classes e incentivar as ilusões democráticas dos explorados nas instituições do Estado burguês. No Brasil, o PT e a burocracia cutista materializam essa política de sustentação da burguesia pró-imperialista. Desviam a classe operária dos objetivos da revolução. Bloqueiam a luta pelas reivindicações elementares, contrapõem-se à tarefa de unir o proletariado e os camponeses pobres e alimentam a política pequeno-burguesa de que as soluções contra a miséria virão do Estado capitalista”.

O segundo, quando o POR aprovou no 6º Congresso, janeiro de 2000, as Teses para a educação. Assinalam que se

trata da intervenção do partido no movimento dos professores e nos sindicatos da educação. Portanto, em um setor dominado pelos ideólogos da burguesia e por correntes reformistas e centristas. As Teses mostram que a educação, como parte de uma superestrutura da sociedade de classes, não pode ser transformada sem que ocorra a transformação da sociedade, ou seja, sem que se derrote o capitalismo e se instaure uma sociedade sem classes, o comunismo. O capitalismo levou às últimas consequências a separação entre a teoria e a prática. Essa separação impossibilita a formação integral dos estudantes e anula a base científica do conhecimento. Eis: “A escola desvinculada da produção social expressa a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre a teoria e a prática. No fundo está a divisão social do trabalho e a divisão de classes. (...) A luta pela unidade entre a teoria e prática, pela escola vinculada à produção social, coloca para os trabalhadores a superação da divisão social do trabalho capitalista”.

O terceiro, ocorreu quando da aprovação das Teses Agrárias, na 4ª Conferência, janeiro de 2001. O partido já tinha aprovado no programa de 1993 as formulações sobre o problema da terra no Brasil. No entanto, a Conferência decidiu por dar mais precisão em função da rica experiência da luta dos camponeses pobres e a submissão de suas direções à política do PT. As Teses Agrárias se opõem ao programa de reforma agrária do Movimento Sem Terra (MST), rechaçam a política de assentamentos levado a cabo pelo PT, rejeitam as desapropriações de latifúndios improdutivos com indenização e se colocam pela aliança operária e camponesa na luta contra o capitalismo. Ressaltam que a solução do problema da terra, uma tarefa democrática que a burguesia brasileira não poderá cumprir, se tornou parte imprescindível a ser cumprido pela revolução proletária. Eis uma passagem: “Trata-se de trabalhar pela aliança operária e camponesa em contraposição ao conjunto da burguesia. Sob a direção do proletariado, o campesinato potencializará a luta de classes no campo e atuará em favor do objetivo de conquistar o poder pela via revolucionária. (...) Somente a ditadura do proletariado poderá atender às reivindicações camponesas. (...) A libertação dos pobres do campo da opressão latifundiária será obra da revolução e ditadura proletárias”.

Essas formulações programáticas podem ser analisadas criticamente, diante da situação presente de desintegração do capitalismo mundial e nacional. É importante o posicionamento principista sobre o PT, que hoje se encontra completamente adaptado ao Estado burguês. Pode-se, também, verificar a diferenciação da trajetória de construção do POR em relação às demais correntes que se reivindicam do trotskismo. De nossa parte, aproveitamos os 34 anos do POR para realizar nosso balanço crítico e autocrítico. Essa é a primeira parte desse trabalho, que se limitou à exposição do esforço de pôr em pé do partido-programa.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Nesta edição:

- **Campanha em reconhecimento da obra de Guillermo Lora**
- **Atos políticos em homenagem a Lora:** São Paulo; Rondônia; Ceará; Paraíba
- **Chile:** Homenagem ao legado de Guillermo Lora
- **Entrevista:** Tributo ao Militante Marxista Revolucionário Guillermo Lora [2ª parte]
- **Bolívia:** A situação do banco FASSIL mostra o grau de decadência do sistema [...]
- **Trotsky:** A Guerra e a Internacional

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

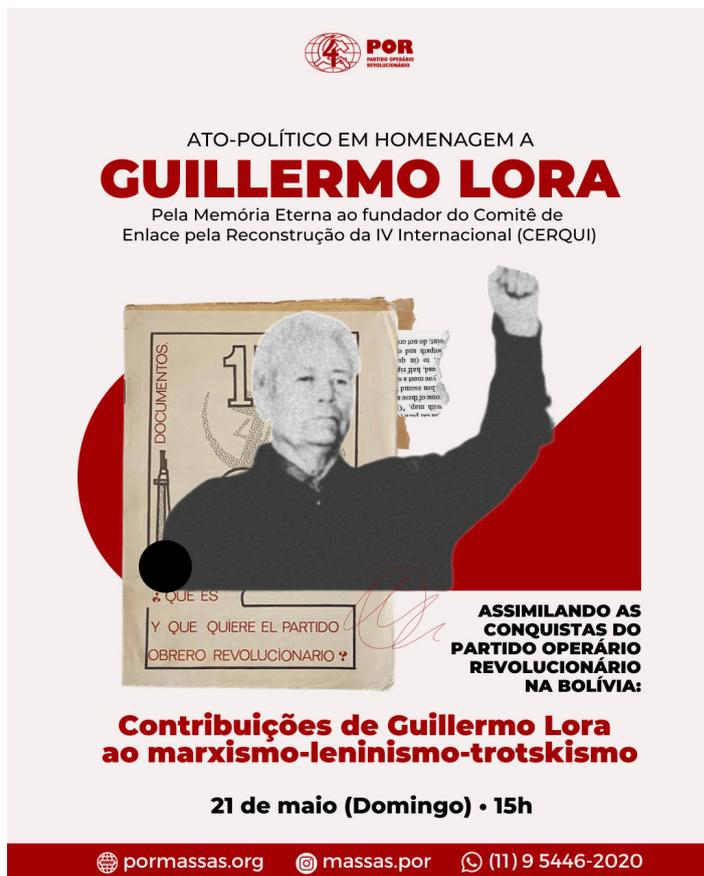


Campanha dos 14 anos em reconhecimento da obra de Guillermo Lora

Desde o falecimento do dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, sempre lembramos da grande perda física que foi para a luta do proletariado boliviano e mundial. Mas, seguimos a ordem natural da vida. O fundamental, portanto, está em que Lora teve uma existência plena de energia concentrada no objetivo histórico da revolução proletária. O que o obrigou a estudar em profundidade o marxismo-leninismo-trotskyismo, assimilando a concepção de mundo, a teoria da revolução socialista e as conquistas programáticas na base das experiências da luta de classe mundial e de seu país.

A dedicação plena à tarefa de transformar o POR em uma poderosa arma do proletariado – na Bolívia, marcadamente mineiro – e suas faculdades criadoras particulares permitiram que Lora se colocasse na linhagem dos grandes cérebros teóricos do socialismo científico. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) reconhece esse lugar na história do pensamento marxista pelo conhecimento de seus volumosos escritos, originados dos acontecimentos vivos da luta de classes na Bolívia, na América Latina e em outras partes do mundo. Os 70 tomos de suas Obras Completas, constituídos cada um de 500 páginas, é uma fonte de estudo imprescindível, como são as Obras de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, fundamentalmente.

Lora não se pôs a reinventar o marxismo-leninismo-trotskyismo. O socialismo científico se formou como um sistema teórico e programático coeso, cuja vigência se mantém como guia para as revoluções proletárias, para a construção do socialismo e para estruturação do comunismo, a sociedade sem classes. Mas, justamente por ser um sistema científico, exige constantemente incorporação de novos aspectos que surgem das mudanças incessantes da realidade. Eis por que é visível que Marx e Engels assentaram as bases do socialismo científico, da concepção comunista da sociedade, do programa da revolução social e do internacionalismo proletário. Em seu tempo, realizaram demonstrações práticas, estudando as revoluções do passado, analisando os distintos acontecimentos da luta de classe e vivendo os do presente, sendo os mais relevantes as revoltas que levaram à Comuna de Paris. Assim, Marx e Engels deram expressão organizativa, dedicando energia para construir o partido revolucionário, como se verifica no trabalho em transformar a Liga dos Justos na Liga Comunista, que se constituiu tendo como programa o Manifesto do Partido Comunista, e para edificar a Associação Internacional dos Trabalhadores, que seria a I Internacional.



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

ATO-POLÍTICO EM HOMENAGEM A
GUILLERMO LORA
Pela Memória Eterna ao fundador do Comitê de
Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

**ASSIMILANDO AS
CONQUISTAS DO
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO
NA BOLÍVIA:**

**Contribuições de Guillermo Lora
ao marxismo-leninismo-trotskyismo**

21 de maio (Domingo) • 15h

pormassas.org @massas.por (11) 9 5446-2020

É nesse processo que se revelou a materialidade de que o partido revolucionário é o programa. Lora verifica o valor desse pressuposto aplicando o Programa de Transição na Bolívia. Não como um receituário, mas como um método histórico, que somente os marxistas assumem e aprendem constituindo a vanguarda revolucionária no seio do proletariado.

Lênin, já no século XX, se ergueu com o continuador, mais preciso e mais consequente, do socialismo científico. O capitalismo passou da fase liberal, concorrencial, para a do imperialismo. Trouxe novas questões e exigências científicas, de luta de classes e de formulações político-ideológicas. Entre as grandes questões, citamos, resumidamente, a natureza do partido revolucionário, as particularidades da revolução proletária em cada país, a interrelação entre a tática e a estratégia, a teoria do

imperialismo e os fundamentos programáticos do internacionalismo marxista.

Lênin, rodeado de camaradas revolucionários, realizou a grande tarefa de demonstrar e comprovar os princípios e as teses do socialismo científico no movimento operário russo e internacional, levando o partido bolchevique a se tornar dirigente do proletariado e da maioria explorada. A Revolução Russa e a edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não apenas comprovaram a cientificidade do marxismo, como permitiu a sua elevação com as contribuições de Lênin. É nessas condições que o marxismo e reformismo travam um embate de grandes proporções. A II Internacional afunda no revisionismo em meio à Primeira Guerra Mundial, e emerge a III Internacional assentada nas mais avançadas conquistas do proletariado russo e mundial.

Lora se dedicará a analisar as conquistas teóricas e programáticas consubstanciadas na extraordinária obra de Lênin. Reconhece, na linhagem, como o continuador mais completo e rigoroso do marxismo. Encontramos do começo ao fim das Obras Completas de Lora a marcante influência do leninismo.

Trotsky tomou parte ativa em todos esses acontecimentos da Revolução Russa, destacando-se com seus escritos forjados no período da revolução e contrarrevolução de 1905. Equivocou-se quanto à natureza do partido, mas superou suas divergências com Lênin, dando-lhe inteira razão. Mas, foi com o controle de Stalin e seus aliados da direção do partido bolchevique (partido comunista) que Trotsky evidenciará sua compreensão e assimilação do marxismo-leninismo.

Durante seis anos, estará à frente de uma fração - a Oposição de Esquerda -, lutando contra o revisionismo estalinista, que gradualmente foi se impondo, a ponto de eliminar completamente o centralismo democrático, expulsar Trotsky do Comitê Central em 1927, confiná-lo, expulsá-lo da Rússia em 1929 e, finalmente, assassiná-lo em 1940.

A exemplo da luta de Lênin contra a falência da II Internacional e pela fundação da III Internacional, Trotsky organizará a Oposição de Esquerda Internacional, que impulsionará um movimento pela formação da IV Internacional, fundada em 1938. No período que concluiu com a Revolução Russa, Trotsky se mostrou um dedicado estudioso do socialismo científico e extrai importantes elementos e conclusões das leis gerais da revolução, procurando aplicá-las na particularidade da Rússia. Seu escritos sobre a revolução permanente, a lei do desenvolvimento desigual e combinado e o caráter mundial da revolução socialista serão de importância decisiva para analisar o processo de burocratização do Estado Operário, a sua degeneração em burocrático, a deformação por completo do partido bolchevique, a implantação de uma política econômica que favorecia a desigualdade social, o fortalecimento das camadas da pequena-burguesia que tendia à acumulação, a alimentação crescente dos privilégios da casta burocrática e, enfim, dos perigos que ofereciam as forças sociais tendentes à restauração capitalista.

O enfrentamento ao fenômeno do termidor soviético exigiu um longo e penoso processo de compreensão e formulação programática. A experiência histórica do termidor da Revolução Francesa serviu de base comparativa para Trotsky responder a uma manifestação até então desconhecida, como a contrarrevolução que se gestou e se desenvolveu no seio do Estado soviético. As formulações marxistas sobre a degeneração burocrática do partido bolchevique e do regime soviético levaram ao programa da revolução política, que se tornou o

guia da luta da Oposição de Esquerda e da IV Internacional contra o revisionismo estalinista. O trotskismo se firma sobre as sólidas bases do marxismo-leninismo, das experiências da Revolução Russa e dos passos dados na construção da URSS.

O desmoronamento da URSS em 1991, e com ele a derrocada histórica do estalinismo - assim como houve a derrocada histórica da socialdemocracia, em 1914-1917 - confirmou a previsão de Trotsky de que, se a vanguarda revolucionária, que perfilava na IV Internacional, não superasse a crise de direção e se não se derrubasse a burocracia estalinista do poder, a restauração triunfaria, cedo ou tarde. Aumentariam, portanto, os perigos do imperialismo em levar às últimas consequências a humanidade à barbárie.

O mesmo rigor que Lora teve com a multiplicidade de formulações de Lênin se verifica na assimilação das heranças deixadas por Trotsky. A utilização criteriosa da teoria da revolução permanente e da lei do desenvolvimento desigual e combinado indica que o construtor do POR da Bolívia identificou seu valor no trabalho de compreensão das particularidades da revolução em seu país. Esse foi o caminho seguido por Marx, Engels, Lênin e Trotsky.

Entendemos, no entanto, que a luta de Trotsky contra o revisionismo estalinista (socialismo em um só país, coexistência pacífica, revolução por etapas, frente popular, democracia e fascismo, caracterização das burguesias dos países semicolônias, o lugar do nacionalismo burguês etc.) e o processo de restauração capitalista foi a que, em última instância, conformou as posições estratégicas do POR da Bolívia. Isso porque se destacou e se conservou como o partido que encarnou, com todas as suas dificuldades e deficiências, o Programa de Transição.

Se Lora não conduzisse o POR pelo caminho da IV Internacional, não teria derrotado programática, política e ideologicamente o Partido Comunista da Bolívia e as variantes do nacionalismo burguês e pequeno-burguês. Não teria derrotado a presença forasteira do revisionismo pablista do trotskismo, que levou ao estilhaçamento da IV Internacional. Não teria combatido com as armas do marxismo o foquismo guevarista e maoísta. Sem esses embates, o POR não teria como se constituir no pilar central da reconstrução da IV Internacional - tarefa que condiciona todo o trabalho mundial pela superação da crise de direção.

Nesta homenagem a Lora, o CERQUI teve como aprofundar o conhecimento do lugar do POR na organização do proletariado mineiro, na Revolução de 1952, na edificação da Assembleia Popular e empenho na organização da frente única anti-imperialista. Não pudemos, porém, dar destaque à luta do POR, desde os rincões da Bolívia, contra os passos decisivos da restauração capitalista, que levaram ao desmoronamento da URSS. A obra de Lora *A Contrarrevolucionária Perestroika. Derrocada do Estalinismo*, escrita pouco antes da liquidação da URSS, é imprescindível para realizar a tarefa de reconstrução da IV Internacional. A relação do POR com a IV Internacional deve ser mais bem estudada, conhecida e divulgada.

O CERQUI tem pela frente a árdua tarefa de se potenciar como organização embrionária do Partido Mundial da Revolução Socialista. Essa é a principal conclusão que a seção brasileira extrai da campanha dos 14 anos da ausência física do camarada Guillermo Lora.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

Ato-Político – Homenagem a Guillermo Lora

No dia 21 de maio, a Regional de São Paulo realizou uma homenagem ao dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Guillermo Lora faleceu em 17 de maio de 2009, portanto, há 14 anos. O ato contou com três momentos: 1) uma exposição feita por Atilio de Castro; 2) os estudos de três artigos de Lora; 3) a plenária e encerramento.

Atilio iniciou fazendo uma breve biografia da vida do revolucionário. Referiu-se que Lora esteve no Brasil em 1990, onde realizou várias palestras e reuniões com os militantes do recém partido porista, fundado em 1989. Enfatizou o exemplo do militante profissional que foi Lora ao dedicar sua vida ao partido, perseguido pela repressão do Estado se refugiou nas minas, onde entrou em contato com o setor mais importante do operariado boliviano, que são os mineiros. Constituiu as células de operários mineiros e, a partir desse trabalho, desenvolveu a concepção de que a classe operária é instintivamente revolucionária. Trata-se de uma classe que vende a força de trabalho na produção social, mas sua apropriação é privada, uma contradição inerente ao capitalismo. É dessa contradição que se coloca o programa de expropriação da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Guillermo Lora fez um trabalho imenso em um país de economia capitalista profundamente atrasada. Deixou uma obra com 70 volumes. A importância está em que não se trata de uma obra escrita no gabinete por um acadêmico. Ao contrário, foi resultado do vínculo entre a consciência política e a luta de classes. A obra de Lora reúne a experiência viva do partido marxista-leninista-trotskyista de 1935 a 2008. Traz um balanço crítico e autocrítico da Revolução de 1952 e da Assembleia Popular de 1971. Mostra a importância do Congresso mineiro ter aprovado as Teses de Pulacayo, em 1946. Enfatiza o conteúdo de classe do nacionalismo burguês e os erros do foquismo, tipicamente pequeno-burguês. É nesse processo que o trotskismo se confronta com o estalinismo, como parte da luta contra o nacionalismo burguês.

Baseando-se na longa experiência de luta pela independência do proletariado e dos demais explorados diante do nacionalismo, Lora, em 2005, desenvolve uma análise de classe do governo do MAS, encarnado por Evo Morales, assinalando sua incapacidade e sua impostura de dar solução às tarefas democráticas pendentes da Bolívia atrasada, prevenindo a decomposição do MAS, que na atualidade se confirma plenamente. O que exigia do POR trabalhar no sentido de expressar fisicamente a revolta instintiva dos explorados. Sua caracterização e expo-

sição do conteúdo de classe burguês do governo do MAS e as consequências para as massas oprimidas têm sido fundamentais para o POR aplicar a tática que separa os oprimidos de seus opressores.

Lora, nas Obras Completas, faz uma análise detalhada da história do movimento operário boliviano. Rechaça as teorias reformistas para a educação e defende a concepção marxista da escola voltada à produção social. E, entre inúmeros artigos e lições da luta dos explorados, ressalta a importância da IV Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista. Em vários artigos, Lora insiste que o partido revolucionário aprende com a classe operária e se transforma no curso da luta de classes. O partido aprende não só com a rebelião das massas, mas também com a submissão à burguesia.

O POR brasileiro reconheceu desde o seu início a necessidade de assimilar as experiências do POR boliviano. Compreender as formulações de Lora contidas nas Obras Completas é uma tarefa imprescindível para a formação dos militantes profissionais. Neste ato-político, homenagearemos Guillermo Lora estudando coletivamente e extraíndo as conclusões dos artigos destacados.

Os presentes foram divididos em quatro grupos. O grupo 1, estudou o artigo “O que é e o que pretende o Partido Operário Revolucionário?”; o grupo 2, “Sobre o Programa de Transição”; os grupos 3 e 4, “Trotsky e a derrocada do estalinismo na ex-URSS e nos países do Leste Europeu”.

Após os estudos, cada grupo apresentou as formulações de Lora e as conclusões. Pontos discutidos na plenária: 1) a natureza de classe do partido; 2) como funciona o partido e qual é seu objetivo; 3) a concepção do partido de quadros e o que é o militante profissional; 4) a diferença entre centralismo democrático e centralismo burocrático; 5) as reivindicações transitórias como ponte para a luta pelo poder; 6) a consciência de classe e o partido; 7) a solução das tarefas democráticas pendentes nos países capitalistas atrasados, como parte da revolução proletária; 8) a crise de direção e a vigência do Programa de Transição; 9) o objetivo histórico de reconstruir a IV Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista.

No encerramento, os presentes se colocaram de pé e saudaram o dirigente do Partido Operário da Bolívia e fundador do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, com um VIVA a Guillermo Lora. E memória eterna ao dirigente do POR da Bolívia!

Rondônia

Ato-político da regional Norte destaca formulações programáticas de Guillermo Lora

Nos dias 21 em Rolim de Moura e 28 em Porto Velho, a Regional Norte do POR realizou atos em homenagem a Guillermo Lora, revolucionário profissional boliviano, falecido em 2009.

No início, foi feita uma apresentação da importância da campanha da homenagem ao dirigente do POR boliviano, falecido em 2009. Nesse ponto, foram destacados a importância dos POR brasileiro em mostrar aos trabalhadores e à juventude oprimida quem foi Lora, sua trajetória como militante profes-

sional que dedicou sua vida à construção do partido na Bolívia, à edificação do POR no Brasil e à edificação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, o CERQUI. O papel de Lora na organização dos mineiros bolivianos e na redação das Teses de Pulacayo, em 1946. Lora à frente do POR boliviano em inúmeros conflitos da luta de classes, em especial a Assembleia Popular de 1971. E o enorme legado deixando por Lora, contido nos 70 volumes das Obras Completas. Concluiu

ênfatisando o lugar de Lora ao lado de Marx, Engels e Trotsky na luta pelo socialismo.

Em seguida, realizou-se o estudo coletivo do folheto “A Teoria Marxista do Partido”, ressaltando as principais formulações na construção do partido marxista – o programa, a concepção de partido, o militante profissional. Os militantes e simpatizantes consideram que o estudo desse rico folheto deve continuar nos próximos cursos de formação política.

Para encerrar, foi cantado o hino da Internacional Comunista e foi dado um VIVA a Guillermo Lora, aos militantes revolucionários e à construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.



LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$40

GUERRA NA UCRÂNIA
 POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA PODE FAZER FRENTE À ESCALADA BÉLICA E À GUERRA DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Ceará

Plenária do POR discute extratos sobre ‘o militante profissional’ em homenagem a Lora

No dia 29 de abril, em Fortaleza, foi realizada uma formação política aberta do POR, que contou com a presença de companheiros de Pernambuco e Rio Grande do Norte. A primeira parte esteve voltada a discutir a situação nacional e as tarefas para o 1º de Maio. A segunda, foi dedicada a discutir extratos de Guillermo Lora sobre o militante profissional, parte da campanha em homenagem ao histórico dirigente boliviano.

A atividade promoveu uma rica discussão, iniciando com o conceito elementar de que o militante profissional é aquele que entrega sua vida à revolução (Lora foi, sob todos os aspectos, um exemplar militante profissional), que o revolucionário profissional precisa se elevar ao nível de compreender a vida da nação onde intervém e, fundamentalmente, transformar a experiência em teoria, em marxismo, que indique por onde

passará a revolução que destruirá a sociedade burguesa agonizante. Dessa forma, o militante profissional está obrigado a conhecer o proletariado, tal como as demais classes, a burguesia, suas frações e seus os partidos oligárquicos, assim como a democracia capitalista em decomposição e o papel de suas Forças Armadas. Em todos estes aspectos, Guillermo Lora foi notável pelo extraordinário nível alcançado. Os 70 volumes de suas Obras Completas expõem com uma riqueza impressionante o profundo domínio sobre vida nacional boliviana, sua história e formação social.

A discussão concluiu com o entendimento de que é preciso reivindicar a militância profissional de Lora e o manejo do método materialista. A atividade, em seguida, foi encerrada com um viva ao POR e um viva a Guillermo Lora.

Estudo do Esboço biográfico de Lora em Fortaleza

No início de abril, ocorreu na regional do Ceará, um estudo do folheto “Esboço biográfico de Guillermo Lora”, que acompanha uma publicação sobre a revolução boliviana de 9 de abril de 1952. O estudo iniciou pelas características gerais da Bolívia, o profundo atraso capitalista, a fraqueza da classe burguesa, o domínio da oligarquia do estanho (Patiño, Aramayo, Roschild), as concentrações mineiras no interior do país, a vasta classe camponesa e o problema das nações indígenas oprimidas. O estudo destacou que será neste contexto que o POR, fundado em meados da década de 1930 (no exílio argentino) se acimatará no país, mas que logo enfrentará uma dura prova

com a cisão de T. Marof e a morte de J. Gainsborg. O enquistamento do POR será superado apenas com a intervenção entre os mineiros, que começavam a ganhar fisionomia própria após o massacre de Catavi (1942). A intervenção de Lora acabou por projetar nacional e internacionalmente o partido com as Teses de Pulacayo (1946) e mais tarde com a expressiva vitória do bloco mineiro parlamentar (1947).

A segunda parte do estudo foi dedicada a analisar a revolução de 1952, a paulatina perda das ilusões das massas no nacionalismo pequeno-burguês do MNR e a experiência da Assembleia Popular de 1971.

Paraíba

Guillermo Lora e a Assembleia Popular

No dia 20 de maio foi realizada um estudo coletivo com militantes e simpatizantes. Um dos pontos foi dedicado à homenagem a Guillermo Lora, que completava 14 anos de falecimento.

Reproduzimos abaixo sua exposição:

“Neste 2023, completam-se 14 anos da ausência física de Guillermo Lora. O POR e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) realizam uma campanha de homenagem para lembrar esse que foi um exemplar militante revolucionário.

Guillermo Lora foi um revolucionário trotskista boliviano, histórico Secretário Geral do POR boliviano (e não seu fundador, como muitos pensam), conhecido por ter redigido as famosas Teses de Pulacayo em 1946 e projetado o POR como um partido-programa. Gostaria de esclarecer, antes de mais nada, que é impossível separar a vida de Guillermo Lora da história do POR boliviano e da história da própria classe operária boliviana, especialmente no momento de sua maior elevação entre os anos de 1946 e 1971.

O POR boliviano foi fundado no exílio por José Aguirre Gainsborg, em 1935. No início dos anos 1940, Lora ainda bem jovem, se vincula ao partido. A repressão sobre os trotskistas na capital, La Paz, obrigou a dispersão do grupo e Lora, refugiando-se entre os operários mineiros, descobre as imensas possibilidades de fundir o programa marxista com o instinto comunista do proletariado. A Bolívia atrasada foi um país vital para os aliados na segunda guerra mundial, pelo lugar que ocupava como fornecedor de minerais. A exploração desenfreada imposta pelos barões do estanho (Patiño, Aramayo, e Hirsch) para fornecer o mineral às potências ‘democráticas’, leva os mineiros a realizar vigorosos protestos. Frentes a estes levantes, a feudal-burguesia e seu Estado respondiam com repressões sangrentas. Lora, à frente de um pequeno destacamento militante, conseguiu o feito de penetrar no proletariado mineiro, de onde passou a acompanhar todas as lutas desta classe, suas vitórias e derrotas.

O Congresso mineiro de Pulacayo de 1946, em pleno sexênio rosqueiro, ou seja, no início da volta das oligarquias do estanho ao poder com a derrubada do governo Villaroel/MNR, constituiu um momento de extrema importância. Neste Congresso foram aprovadas as Teses de Pulacayo, apresentadas por Lora, e que não são nada além da aplicação do Programa de Transição de Leon Trotsky às

particularidades do país. Vocês fazem ideia do que significa a aprovação de um documento político que aponta a estratégia da revolução e ditadura proletária, ou seja, um governo operário-camponês, no Congresso do mais importante destacamento da classe operária do país? As Teses de Pulacayo rapidamente ganham atenção nacional e internacional. Porém, a maior importância das Teses esteve em que serviu de guia ao movimento operário boliviano nos anos seguintes. Mesmo na revolução de 1952, as massas que derrubam o governo burguês e levaram o MNR ao poder confiavam que o nacionalismo pequeno-burguês iria materializar o fundamental destas teses.

O POR boliviano travou uma batalha de morte contra o nacionalismo. O nacionalismo nos países da América Latina talvez tenha sido o mais duro adversário do marxismo, tanto que ainda hoje perdura em muitos lugares. Na própria Bolívia estamos diante de uma caricatura do nacionalismo com o governo do MAS. O POR, sob a direção de Lora, trabalhou firmemente para ajudar as massas trabalhadoras a superarem suas ilusões do nacionalismo que foi o responsável pela frustração da revolução de 1952.

Com a queda do MNR, fruto do golpe militar de Barrientos e com a retomada do movimento operário anos depois, sobre a base de maior independência de classe foi possível ao POR lutar pela transformação do comando político da COB em Assembleia Popular, em 1971. O que foi esta Assembleia Popular? Foi um típico soviete, onde estavam representados os delegados dos grandes setores de massa dos explorados. O primeiro soviete da América Latina. O POR caracterizou a Assembleia Popular como uma Frente Única Anti-imperialista. Contudo, esta experiência que não teve tempo de se generalizar pelo país, e era vista como uma ameaça pela burguesia e o imperialismo foi liquidada por meio de um golpe militar preventivo dirigido pelo general Hugo Banzer.

A vida de Lora sempre esteve ligada à luta pela construção do partido revolucionário, pela emancipação política da classe operária diante de seus inimigos de classe e pela transformação da experiência das massas em programa. Nestes 14 anos sem a presença física de Guillermo Lora, levantamos alto a bandeira da reconstrução da IV internacional (o Partido Mundial da Revolução Socialista) e da destruição do capitalismo apodrecido, por meio da revolução e ditadura proletárias! Viva o POR boliviano, Viva o camarada Guillermo Lora! ”

Chile

A 14 anos do falecimento de Guillermo Lora Escobar, o Comitê Construtor do POR do Chile rende póstuma homenagem a seu enorme legado revolucionário, encarnado nas organizações do CERQUI

Nossa militância revolucionária começou em 1968, como resultado da intervenção no sindicato de barcos pesqueiros na cidade de Talcahuano, mais especificamente numa greve por reivindicações econômicas, que foi brutalmente reprimida pelo governo de Eduardo Frei Montalva, na qual, além de ser gravemente ferido, ainda fui intimado pela justiça militar. Isto despertou o interesse de militantes do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), que me contataram. Um ano depois, o MIR se dividiu e estes militantes constituíram o MIR/FR, encabeçados por Luis Vitale e o lendário operário do salitre, o camarada Humberto Valenzuela. A divisão de deveu ao fato

da ala pequeno-burguesa, dirigida por Miguel Henriquez, defender a consigna “Não às eleições, a luta armada é o único caminho”, e os militantes pseudo trotskistas apoiarem a candidatura de Allende, participando diretamente do Comitê da Unidade Popular (CUP), dissolvendo-se, quando este foi eleito Presidente da República, método burguês utilizado em toda campanha eleitoral.

Contudo, ambas frações mantiveram seu apoio à política da Frente Popular, com o fraudulento pretexto de “apoio crítico”. Subordinaram-se a ela, arrastando a classe operária, o campesinato nacional, o mapuche e todos os oprimidos na defesa da

burguesia nacional e imperialista, o que representou um completo abandono dos métodos táticos e estratégicos revolucionários do proletariado, omitindo a necessária caracterização da frente popular, que deveria ser denunciada como contrarrevolucionária, uma vez que permite o ascenso do fascismo, último recurso utilizado pela burguesia para manter seu regime político. Deram as costas aos cordões industriais, aos quais Allende e os estalinistas de toda cor estigmatizavam, afirmando que estariam fazendo o jogo da direita, acusando os cordões de paralelismo sindical.

Entretanto, o instinto de classe nos orientava a diferenciar-nos da burguesia e da política da Frente Popular, quer dizer, para recuperar ativamente a luta pela independência política da classe operária e contra a falsificação própria do revisionismo estalinista contrarrevolucionário, do próprio Allende e da burguesia que o apoiava. Todos eles agiam contra o movimento operário e contra os outros oprimidos em nível nacional, que eram conscientes de sua luta pelas reivindicações econômicas, sociais e políticas, o que levou a agudizar a tensa luta entre a classe operária e a burguesia.

Dessa forma, desenvolveu-se um período revolucionário que dificultou o propósito do governo de prosseguir com a utopia reacionária de resolver pela “via pacífica” o anseio das massas de liquidar a exploração, submissão e vassalagem. Foi um levante contra o desprezo exercido pelo poder burguês parasitário, que submete toda a nação à prepotência do capital imperialista norte-americano.

Em meados de 1971, a chefia administrativa da Escola de Economia da Universidade de Concepción era exercida por um argentino militante de Política Operária vinculado ao POR boliviano, cuja direção estava exilada no Chile, após Hugo Banzer derrubar o governo de Juan José Torres. Graças à intervenção deste companheiro, nossa organização, principalmente a célula operária e de pescadores de Talcahuano, começou a compreender o significado e a importância de assimilar os conceitos essenciais da tática, estratégia e métodos da política revolucionária do proletariado. Que este atua diretamente contra a burguesia e seus métodos, dando um significado real e concreto à luta de classes, opondo-se à burguesia e a todas as políticas de subordinação que desprezam a luta de classes ou simplesmente a omitem.

A assimilação do método da ação direta – criação da classe operária – nos permitiu atuar nos sindicatos de barcos pesqueiros e de arrasto, formando um núcleo de pescadores e operários, onde conseguimos impor o controle operário na administração, comercialização e distribuição do produto capturado pelos barcos pesqueiros e de arrasto na empresa pesqueira “Marco-chilena-Coloso”. Esta ação teve muita importância, pois propiciou a aproximação do Sindicato de Mergulhadores, que tinham a necessidade de recuperar o Porto Pesqueiro – ocupado pela ação inescrupulosa na venda de mariscos e peixes roubados dos próprios pescadores. Em unidade com nossa célula, o sindicato de mergulhadores ocupou o Porto, criando um Conselho de Administração com os dirigentes do sindicato, exercendo o controle do trabalho e propiciando o comércio regulado pelo sindicato. Dessa forma, se conseguiu organizar e manter a higiene e a cobrança dos barcos pesqueiros industriais, que atracavam no porto para se abastecer de água potável e combustível. O dinheiro levantado era controlado pela assembleia do sindicato e destinado ao financiamento dos gastos administrativos, de pessoal e higiene do recinto.

Esta iniciativa operária se transformou num polo importante

de unidade dos operários, que ocuparam a Pesqueira Iquique, a Pesqueira El Golfo e a Pesqueira Unidas. A organização teve uma repercussão regional, atraindo estudantes secundaristas e universitários, abrindo contatos com operários industriais da Inchalan, CAP, empresas contratistas, trabalhadores do jornal El Sur e outros. Este setor operário – apesar do seu atraso político e cultural – desenvolveu uma nova atividade, organizando cursos de alfabetização, implementado por estudantes de vários cursos da Universidade de Concepción e Técnica do Estado, incentivando setores marginais à leitura e criação de poesias ambientais, como os poemas do falecido camarada conhecido como o “Moroco”. Em geral realizaram um trabalho efetivo de elevação das condições de vida e tentando superar o atraso político e cultural do setor. A realização destes projetos era à margem do MIR/FR.

A realidade descrita nos permitiu assistir ao Congresso do POR em 1972, com a absoluta convicção de que o novo caminho era congruente com o marxismo-leninismo-trotskismo, que representava fielmente a classe operária e todos os oprimidos, num país atrasado e de economia combinada, conceitos que assimilamos do representante da doutrina revolucionária proletária, o camarada Guillermo Lora Escobar. A defesa das conquistas alcançadas em tão curto intervalo de tempo nos permitiu enxergar claramente e, à luz dos fatos, os desvios que provocavam as políticas pró-burguesas do pseudotrotskismo, impossível de sustentar.

Ao final do Congresso, fizemos uma reunião com o camarada Guillermo Lora que nos recebeu e fez uma palestra sobre o materialismo histórico. Já em Talcahuano, depois, fizemos um balanço do Congresso e dos avanços no trabalho prático do ponto de vista da nova orientação adotada que estávamos incorporando como nossas, auxiliados pela extensa elaboração na teoria e na prática revolucionária que recebíamos do camarada Guillermo.

Durante todo o ano de 1972, lemos “As Teses de Pulacayo”, títulos como “Bolívia: da Assembleia Popular ao Golpe de 21 de agosto”, dois tomos da Revolução Espanhola de León Trotsky, “O último prato picante do cozinheiro Stalin”, e mais de vinte livros publicados ou no prelo que formavam um arsenal teórico e prático de muita importância. A assimilação desse arsenal exigia muita disciplina militante e responsabilidade devido à agudização da luta de classes no país e no mundo, exigia o compromisso coletivo da militância da chamada Organização Marxista Revolucionária (OMR), que difundia e agitava as edições do material teórico-prático OMR, que ainda se encontram à venda nos sebos de livros usados e feiras livres. Em 1973, passamos a denominar Partido Operário Marxista Revolucionário POMR, comprometidos em divulgar e agitar mediante a edição do material teórico-prático no jornal Trincheira e na revista Ofensiva, editadas pela OMR.

A riqueza do pensamento decorria das lutas cotidianas pela melhoria das condições materiais de vida, das que fluíam as ideias com as que se constitui a teoria, no caso, a teoria revolucionária, enriquecida pela prática revolucionária que assimilamos da rica e fecunda experiência do POR boliviano. Isto nos permitiu manter no alto e defender a política da classe operária, com seus métodos de ação direta, a greve e as ocupações, utilizados historicamente pela nossa classe e por todos os oprimidos; métodos que devemos manter opondo a dura luta contra os governos burgueses que pretendem eliminá-los, usando suas leis e pela força das armas dos seus aparatos repressivos, policiais e forças armadas. A nossa luta deve ser mantida com

a proposta de convencer esse contingente que, sendo filhos de operários, devem colocar-se no lugar dos seus pais e não a serviço dos exploradores. A tarefa consiste em convencer esse pessoal a não continuar sendo utilizados como verdugos da classe da qual provêm.

A luta por estes princípios se transformou na tarefa de reconstruir a Quarta Internacional como Partido Mundial da Revolução Socialista, que substituiu a Terceira Internacional de Lênin e Trotsky, destruída por Stalin e pelos seus sequazes. Trata-se de uma dura tarefa sustentada pelos partidos da Bolívia, Brasil, Argentina e Chile e, no plano internacional, pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional – CERQUI.

A classe operária nacional e mundial herdou dos grandes pensadores a doutrina do socialismo científico – de Marx, Engels, Lênin e Trotsky e, contemporaneamente, do camarada Guillermo Lora – e o princípio fundamental do programa revolucionário, a revolução e ditadura do proletariado, quer dizer, a tomada do poder pela classe operária, que liquidará definitivamente o poder burguês baseado na exploração do homem pelo homem e todas as formas de exploração, servidão e submissão, substituindo a democracia burguesa de uns poucos, pela das maiorias hoje oprimidas. A democracia proletária será a forma da ditadura do proletariado contra a minoria que detém a propriedade dos meios de produção. Sua luta é para transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e reconstruir a vida da maioria explorada, vítimas da fome em todo mundo.

No Chile, a influência de Guillermo Lora e do Partido Operário Revolucionário da Bolívia nos permitiu sobreviver politicamente por 52 anos. Apesar dos eventos ocorridos no país e que nos isolaram, conseguimos manter bem alto o programa revolucionário do proletariado, permitindo-nos compreender o funcionamento da política burguesa, suas ciladas e artimanhas que são o suporte de seu poder escravizador repressivo. A crise da vanguarda proletária propiciou a proliferação de partidos e grupos pequeno-burgueses democratizantes, que se transformaram em inimigos da classe operária e defensores do regime político burguês, servindo aos governos burgueses como tem sido o governo da Michele Bachelet denominado de

No Chile, a influência de Guillermo Lora e do Partido Operário Revolucionário da Bolívia nos permitiu sobreviver politicamente por 52 anos. Apesar dos eventos ocorridos no país e que nos isolaram, conseguimos manter bem alto o programa revolucionário do proletariado, permitindo-nos compreender o funcionamento da política burguesa, suas ciladas e artimanhas que são o suporte de seu poder escravizador repressivo.

Nova Maioria e hoje o de Gabriel Boric, Estalinista-Frente Amplo, governos que reforçaram e aprofundaram os projetos de criação de leis repressivas que nem o governo de Piñera – tanto em 2011 quanto em 2019 – pôde concretizar. Foi assim com a questionada Lei Hinzpeter. Porém hoje se aprova uma lei mais dura como foi a Lei Naim-Retamal de “defesa privilegiada”, com caráter retroativo para permitir livrar os altos generais e suboficiais imputados por delitos de lesa-humanidade ocorridos em 2019. E o partido de extrema direita “Republicano” se permite apresentar projeto, aprovado como lei, que prenderá os executores de qualquer ocupação, seja a recuperação de terras dos Mapuches, ocupação de terrenos pelos sem-teto, ocupações de fábricas, empresas ou de algum escritório particular, colégios, hospitais etc. Todas estas arbitrariedades devemos enfrentá-las com luta mediante a ação direta, do mesmo modo que os oprimidos usaram o método burguês do eleitoralismo para repudiar toda a politicagem burguesa ANULANDO SEU VOTO, unificando as lutas em nível regional, provincial e nacional. Dessa forma se opondo às políticas pequeno-burguesas que ultimamente tentaram desviar a intenção de luta dos operários e maiorias nacionais, e apoiaram uma reforma constitucional que nunca esteve na cabeça dos operários e oprimidos.

A rebelião popular de 2019 foi claramente contra os 30 anos de opressão dos governos ditatoriais da concertação. A rejeição de 4 de setembro de 2022 foi contra o governo e a reforma constitucional que mantinha a essência da constituição do ano 1980, ainda vigente. A retumbante rejeição aos novos constituintes é

uma virada à esquerda das massas em repúdio à politicagem burguesa e pequeno-burguesa, provocando a desintegração e afundamento de todo o espectro delirante do centrismo democratizante, do estalinismo, do anarquismo. Esse golpe não lhes permitiu levantar a cabeça, causou-lhes estresse e desalento que fica difícil de superar repetindo o mesmo esquema. A única forma de superá-lo é virar à esquerda e assimilar o projeto revolucionário do proletariado, desembaraçando-se das políticas pequeno-burguesas que capitularam diante da burguesia e do estalinismo.

Entrevista

No jornal Massas anterior, publicamos a primeira parte da entrevista promovida pelo canal @valter.ponto, no dia 12 de maio – Tributo ao Militante Marxista Revolucionário Guillermo Lora. Concluimos a transcrição neste número do Jornal Massas.

Segunda parte da intervenção

Temos de entender que a transformação do capitalismo em socialismo e seu avanço para a sociedade sem classes, o comunismo, é um processo que não evolui em linha reta. A classe operária sofreu muitas derrotas em sua história, talvez, mais derrotas do que vitórias. Mas, as grandes vitórias que a classe operária obteve comprovam as leis da história expostas por Marx e Engels, de que, inevitavelmente, o capitalismo tem de

ceder lugar a uma sociedade superior, assim como o feudalismo teve de ceder lugar a uma sociedade superior que é o capitalismo. E o capitalismo não é um sistema eterno. É um sistema que está esgotado. Mais do que nunca, constatamos e entendemos historicamente, por meio dos acontecimentos mundiais do passado e do presente, que barbárie se instalou há muito e que sofre hoje novos impulsos no mundo inteiro. Nesse exato momento, os migrantes nos Estados Unidos estão sendo reprimidos, são centenas que não podem entrar na maior potência

do mundo e são brutalmente reprimidos. Mais temeroso, no entanto, é a guerra na Ucrânia e os perigos de uma conflagração na China, acossada pela guerra comercial chefiada pelo imperialismo norte-americano.

Como estamos tratando do trabalho de Lora, portanto, da história do POR, o esmagamento da Assembleia Popular pelo golpe fascista de Banzer foi uma importante derrota da classe operária boliviana. Não se pode ocultar que as grandes derrotas provocam regressões. Regressões, evidentemente, que não são do ponto de vista do programa, são regressões do ponto de vista da organização independente da classe operária. Quando se tem regressão na luta de classes no capitalismo, o proletariado suporta regressão organizativa que se evidencia na perda de independência. Então, é claro que a contrarrevolução que acabou se impondo em 1952 resultou em uma contraofensiva dos explorados que se verifica na organização da Assembleia Popular de 1971, que não teve como levar a classe operária ao poder e superar o processo contrarrevolucionário encarnado pelo MNR. Os acontecimentos de 1952 a 1971 marcam a polarização da luta de classes na Bolívia, e, portanto, um curso de revolução e contrarrevolução, estando o POR seu epicentro. O que exigiu análise, formulações e respostas programáticas. Lora se situa à frente dessa tarefa. De forma que houve vitórias e derrotas nesse percurso, sendo que a contrarrevolução triunfou, provocando um grande retrocesso organizativo do proletariado, mas as experiências acumuladas na forma do programa, da concepção e da teoria marxista-leninista-trotskista deu um salto qualitativo à frente. É disso que estamos tratando hoje nessa comemoração dos 14 anos do falecimento de nosso camarada. Temos de aproveitar o máximo das lições dessa experiência, que afetou a luta de classe não só na Bolívia, mas também na América Latina.

Nesse mesmo sentido, é importante a derrota sofrida pela tentativa de Che Guevara de organizar a guerrilha na Bolívia e que esteve marcada pelos erros de concepção foquista. Lora nos deixou precisos escritos sobre as diferenças entre o método da guerrilha e do foquismo que não expressa a ação organizada dos próprios explorados em seu combate à ditadura de classe da burguesia. Nesse particular, não devemos esquecer o que se passou no Brasil com a luta armada no Brasil dos anos de 1970 que seguiu a linha do foquismo, em grande medida influenciada pelo que se passava na Bolívia. As derrotas impostas pela burguesia ao movimento foquista ocorreram à margem do movimento da classe operária, que se achava duramente reprimido e controlado pela ditadura militar.

Em todos esses enfrentamentos que a burguesia saiu vitoriosa, estabelece uma nova etapa na sua dominação. Então, é claro que o POR boliviano, depois da derrota da Assembleia Popular, vai vivenciar um problema que é o de como que a decadência econômica da Bolívia se expressa no fracasso da Revolução de 1952 de realizar um programa de independência nacional, de industrialização e modernização agrária que o MNR como reformista se propunha a realizar, condição essa para superar as formas atrasadas, ainda pré-capitalistas na Bolívia, que bloqueavam o desenvolvimento das forças produtivas do país. O fracasso em cumprir as tarefas próprias da revolução democrática foi o fracasso do nacionalismo burguês, foi o fracasso de uma direção democrático-burguesa, de um partido pequeno-burguês que era o MNR. Se tivesse triunfado a revolução, com o POR na direção, certamente essas transformações econômicas seriam profundas, emancipariam a Bolívia atrasada, semicolonial, do domínio imperialista e libertariam as forças produtivas das travas do pré-capitalismo, uma vez que

as tarefas da revolução democrática seriam parte da revolução proletária. Consta-se que a luta heroica, que se deu tanto em 1952 quanto em 1971, não mais se reproduziram em tal magnitude, embora a luta de classes continuasse aguda e levantes de massa ocorressem diuturnamente. Há que se concluir que os retrocessos verificados nas derrotas do período analisado resultaram em acúmulo de experiência encarnada pelo POR sob a direção de Guillermo Lora. As condições para a Revolução Proletária na Bolívia permanecem. Esse país do altiplano é o que está mais maduro na América Latina, do ponto de vista das condições subjetivas, ou seja, da existência do partido-programa. As conquistas na forma do Programa e de organização partidária marxista-leninista do POR estão de acordo com as atuais condições objetivas, para a retomada das tarefas democráticas não cumpridas pela Revolução de 1952 e da organização estabelecida pela Assembleia Popular esmagada em 1971 no âmbito da revolução proletária.

Lora, faleceu em 2009, portanto, seus últimos escritos vão, justamente, abranger a ascensão do “Movimento ao Socialismo” (MAS). O MAS ainda continua no poder, mas dividido, quebrado e enfraquecido. Lora, baseado na rica experiência da luta contra o nacionalismo pequeno-burguês, estabeleceu a linha proletária do POR em choque frontal com a caricatura de uma revolução indigenista. Ao contrário, houve uma adaptação quase generalizada das correntes de esquerda ao MAS, não só estalinistas, como era de se esperar, mas também das correntes que se reivindicam do trotskismo. A queda do governo do MAS e a fuga do presidente Evo Morales (...) confirmaram o prognóstico do POR e permitiram que interviesse no interior do levante de massas com a estratégia revolucionária e se destacasse pelo combate no campo da independência de classe e em contraposição às forças burguesas e pequeno-burguesas que acabaram por substituir um governo burguês por outro.

Nos escritos de Lora, está clara a necessidade de evidenciar que essa experiência com o MAS e seu caudilho Evo Morales têm suas raízes, já apodrecidas, nas experiências do passado que revelam a caducidade do nacionalismo burguês e pequeno-burguês. É nesse marco histórico – como se pode encontrar na vasta obra deixada por Lora, que POR na Bolívia constituiu-se como o único partido, de fato, marxista-leninista-trotskista. Praticamente, não há correntes trotskistas na Bolívia, a não ser pequenos agrupamento sem transcendência programática, que são rendados, que são alimentados de fora pelas correntes que confundem internacionalismo com formação agrupamentos serviçais, como se passa com a LIT, com a organização internacional do PTS etc. Então, vê-se que essa luta foi e tem sido profunda, do ponto de vista do programa da revolução proletária, dos seus métodos e da experiência histórica. A experiência histórica se confunde com a “teoria” em abstrato. Os últimos escritos do Lora sobre o MAS revelam que o objetivo que se encontram nas ideias indigenistas de pretender transformações no capitalismo atrasado para criar um capitalismo particular na Bolívia não passa de impostura burguesa diante do processo histórico, cujos antecedentes da revolução de 1952 e da Assembleia Popular não têm com serem apagados ou desconsiderados. O fato do proletariado mineiro se encontrar muito reduzido tem pesado muito no processo revolucionário na Bolívia. O proletariado mineiro, na sua forma mais primitiva do passado dos anos de 1940 e 1950 - a forma mais primitiva é aquela em que não está domesticado, sabe-se que a burguesia doméstica a classe operária – sofreu grandes transformações. A experiência atesta que a social-democracia alemã, para tomar o exemplo de outra realidade, traiu o proletariado contando com

a sua domesticação. Esse é o papel atribuído à camada aristocrática do proletariado. O proletariado bruto, como se constituíram os mineiros bolivianos, é que reflete melhor o instinto revolucionário. O instinto revolucionário vem exatamente daqueles que mais padecem com as agruras do capitalismo.

Então, surge a pergunta: mas o POR tem 88 anos, por que não fez a revolução? O próprio Lora procura responder, mostrando que esse é um processo histórico que não se resolve simplesmente porque o partido tem o programa correto, é preciso considerar as forças históricas. As correntes que combatem o POR nunca compreenderam - e não se esforçaram em compreender - o alcance histórico da Revolução de 1952 e da Assembleia Popular, não estudam a história do POR nas condições concretas da luta de classes, dos massacres sofridos pelos mineiros, pelos golpes militares e do peso conservador do campesinato, embora explosivo quando se levanta. É cansativa repetição de que o POR não cumpriu seu dever revolucionário em 1952, que colaborou com o MNR, e que, assim, não levantou a bandeira de todo poder à Central Operária Boliviana (COB), que no momento de sua criação se caracterizava como organização de duplo poder, como foram os soviéticos na Revolução Russa. É grosseira a repetição uníssona de que o POR a traiu a Revolução de 52, porque se negou a defender todo o poder à COB. Há pessoas que acreditam nessa versão dos revisionistas do trotskismo (pablistas e morenistas, sobretudo). Mas fazer o quê? Há pessoas que acreditam nessa falsificação da realidade, e acabam repetindo como se fosse uma lenda.

Essa ideia de que o partido é o programa não é uma ideia de Lora. É de Lênin, mas muito bem assimilada e formulada pelo dirigente do POR sobre a base da construção do partido marxista-leninista. Nota-se a influência do Que Fazer, de Lênin. O partido concentra a consciência histórica do proletariado, identificando, reconhecendo e aplicando as leis gerais das transformações na realidade particular de cada país. Agora, essa consciência histórica partidária não é nada sem o extinto comunista da classe operária. Isso é, fora do extinto da classe operária, das suas rebeldias, das suas revoltas, do seu sofrimento e das suas dores, não se forma a vanguarda com consciência de classe. Essa vanguarda revolucionária se solda profundamente com a vida da classe operária, com os seus problemas, inclusive, com os seus atrasos, principalmente, com os seus atrasos. Conhecendo muito bem os seus atrasos. Tendo o cuidado de reconhecê-los, os marxistas nunca quiseram ensinar nada para a classe operária, nunca quiseram ser professor da classe operária. Lora formula a relação da vanguarda revolucionária com os instintos da classe operária, evidenciando que não somente a ação disciplinada do partido transforma a classe, mas também a classe com seus exemplos de luta, age e transforma o partido. A Revolução Russa é o maior laboratório. A maioria que fez a revolução não era comunista. Não participava do partido bolchevique. No entanto, expressou seu instinto revolucionário por meio do partido que de fato agia com clareza e cumpria o objetivo histórico de levar o proletariado ao poder em aliança com o campesinato que formava maioria oprimida. Aí se funda a formulação marxista de que o partido é o programa. Lora insistiu. Falava: olha não tem como pôr em pé um partido revolucionário, se vocês não elaborarem o programa. A tarefa de elaborar o programa exige um trabalho sistemático de intervenção no interior da classe operária. E aí que vocês vão formular o programa. Não se elabora o programa no gabinete. Elaborar-se na luta, no enfrentamento. O POR fez esse percurso, e tem de continuar fazendo, porque o programa não é estático, não é uma fórmula acabada.

Nós, no Brasil, temos tomado o cuidado de se constituir como partido-programa. Com muita dificuldade, devido ao nosso desenvolvimento embrionário. Mas, estamos voltados para expressar política e organizativamente a luta de classes, e, no enfrentamento com a burguesia, identificar por onde passa a revolta instintiva dos explorados e aprender com a classe operária. Ver a classe operária com seus problemas, com suas virtudes e defeitos. Daí a importância de estudar a obra deixada por Lora como experiência viva do proletariado e dos demais explorados bolivianos. Dessa necessidade, deriva para os marxistas em todos os países o reconhecimento imprescindível da noção de que o partido é o programa. Para que se entenda e se pratique essa tese em toda a sua extensão, o programa que se formula tem de ser expressão da luta de classe do proletariado e do todo o processo de composição do capitalismo. Evidentemente, não se trata de transpor mecanicamente as conquistas do POR boliviano para nossa realidade. Não se trata simplesmente de que Lora, com seus escritos, esteja ensinado para nós do Brasil, da Argentina ou de qualquer lugar que o partido é o programa. Trata-se de que o POR tem uma rica experiência consubstanciada em sua longa trajetória de luta pela revolução proletária e pelo internacionalismo proletário. É o que torna obrigatório aos marxistas que constroem o partido leninista aproveitar ao máximo o legado de Lora. Na Bolívia, não vai haver uma revolução transformadora a não ser que passe pelo programa formulado pelo POR Não tem como ocorrer outra revolução que não seja proletária. Demore o que tempo que for, a revolução terá o seu momento, assentada na experiência que acumulada pelo marxismo-leninismo-trotskismo que se acha implantado historicamente no proletariado mineiro, cuja orientação fundamental se mantém vigente nas Teses de Pulacayo. Vivendo tragédias como as dos massacres em Catavi e Siglo XX e resistindo como partido do proletariado que as formulações programáticas e teóricas do POR se acham fundidas com o instinto de revolta dos explorados bolivianos. É parte desse processo da luta de classes e da intervenção do POR a perda de militantes valorosos como os mineiros César Lora e Isaac Camacho, assassinados barbaramente pelos fascistas. Esses acontecimentos se converteram em carne, sangue e nervo entranhados na história política e organizativa do POR. O sangue proletário que rega o programa porista evidencia o percurso das ideias do marxismo-leninismo-trotskismo, que não podem ser tomadas como uma teoria concebida abstratamente. São expressões da ampla experiência que o partido foi realizando no tempo. Eis por que é imperativo à construção do POR no Brasil e em outros países, principalmente na América Latina, aprender com a experiência histórica galvanizada pelo trotskismo na Bolívia.

Lora era muito cuidadoso com a experiência do presente e do passado. Ele estudou muito os clássicos, estudou muito Lênin e tinha total compreensão que não foi Trotsky a ponta de lança da revolução. Alcançou a consciência que o grande teórico, o grande formulador foi Lênin. E esse profundo conhecimento do marxismo-leninismo foi decisivo para compreender e reconhecer que o “trotskismo” se tornou a continuidade do marxismo-leninismo. Quando Trotsky chegou definitivamente ao reconhecimento da importância do bolchevismo, incorporou a experiência do processo revolucionário encarnado pelo marxismo-leninismo. Tudo que vinha construindo em favor da revolução proletária se solda em um só programa. Se funde e se torna um só programa, regido por fundamentos do socialismo científico de Marx e Engels. Se não fosse assim, Trotsky não teria como se levantar como oposição marxista-leninista ao stalinismo, à burocratização do Estado operário, do regime soviético. Não conseguiria realizar essa tarefa.

Lora vai entender esse lugar de Trotsky, não só na teoria geral da revolução permanente e da lei do desenvolvimento desigual e combinado que rege o capitalismo - desde 1905, Trotsky havia exposto a interdependência dessas duas leis da revolução socialista como essenciais para o programa - mas também vai entender profundamente o lugar de Trotsky na defesa da revolução política, diante do termidor estalinista. O programa da revolução política se tornou a pedra angular da luta da Oposição de Esquerda e da IV Internacional contra o processo de restauração capitalista. Embora o POR padecesse do isolamento internacional - afinal a Bolívia é um país insular econômica e culturalmente, como reconhece Lora para enfrentar as dificuldades daí decorrentes - e um país isolado politicamente por todas as correntes do mundo inteiro, foi de lá, desse rincão, que é a Bolívia, que o Lora respondeu, estudou e entendeu todo o processo de burocratização que levaria à destruição da União Soviética, em 1991.

Se não fosse assim, o dirigente do POR não escreveria A Contrarrevolucionária Perestroika, um posicionamento em defesa da revolução política, na hora certa, no calor dos acontecimentos. Se tomarmos o momento da glasnost e perestroika, de Mikhail Gorbachev, secretário geral do Partido Comunista, não encontraremos nenhuma corrente que tenha desenvolvido uma explicação do processo de restauração, baseada nas formulações, nos diagnósticos e prognósticos de Trotsky sobre a burocratização, a restauração e a revolução política. O partido é o programa. Está aí graficamente aplicada a tese de que sem o programa não se tem como a vanguarda revolucionária encarnar a luta de classes do proletariado, que se dirige à derrubada da burguesia do poder, e, no caso da revolução política, à derrubada da burocracia restauracionista e do estalinismo revisionista. Não se deve entender essa formulação como um dogma ou fraseologia de esquerda. É uma premissa que serve ao processo histórico de formação do partido. E isso o bolchevismo mostrou muito claramente como direção que possibilitou a classe operária expropriar a burguesia e estabelecer a sua ditadura de classe explorada aos exploradores. Pela negativa, explica o fracasso da Comuna de Paris, depois de a classe operária ter chegado ao poder. O empenho de Lora em firmar a tese do partido é o programa, baseada nas experiências históricas anteriores e nas próprias protagonizadas pelo POR na Bolívia, tem um valor inestimável para materializar o internacionalismo marxista-leninista-trotskyista.

O grande legado de Lora, como se constata, é que, na Bolívia, se deu a continuidade do marxismo-leninismo-trotskyismo. Esse é o grande legado para a superação da crise de direção. Com assassinato de Trotsky, em 1940, os quadros que herdaram a IV Internacional se mostraram ser uma direção pequeno-burguesa, que não estava à altura de enfrentar uma situação de guerra mundial. Uma direção que não foi capaz de entender o lugar que o estalinismo iria cumprir na Segunda Guerra. Ao ponto de se fazer uma revisão nos fundamentos do marxismo-leninismo-trotskyismo, que ampararam a necessidade histórica de fundação da IV Internacional. O revisionismo - não se dever confundir revisão com revisionismo, uma vez que nem toda revisão leva ao revisionismo - que emergiu no interior da direção passou a considerar que o estalinismo poderia cumprir um papel progressivo e, conseqüentemente, os trotskyistas deveriam entrar nos partidos comunistas dos diferentes países. Essa foi a tese de Michel Pablo, que desgraçou a direção, que tinha a tarefa de afirmar as bases organizativas do Partido Mundial da Revolução Socialista edificadas sobre o Programa de Transição. O prematuro revisionismo pablista evidenciou que o fato de a

IV Internacional não ter chegado a constituir os partidos (as suas seções) penetrados no proletariado em seus respectivos países permitiu um estilhamento no pós guerra.

Trotsky trazia toda a experiência da Revolução Russa, toda a sua visão marxista-leninista da crise mundial, do fascismo, do nazismo, das vitórias e derrotas do proletariado, todo esse grande universo da revolução e da contrarrevolução. Exilado, perseguido etc., com toda essa experiência, pôde nos deixar um legado extraordinário. Todas as avaliações de Trotsky de que o estalinismo ia levar à contrarrevolução, se não houvesse a revolução política, foram líquidas e certas. Esse legado tem de ter continuidade. A IV Internacional tem que ter continuidade. E onde está a continuidade? Em que partido do mundo está a continuidade se manifesta inconfundivelmente? Manifesta-se no POR da Bolívia.

Quando falamos dos 70 volumes dos escritos deixados por Lora, se trata um longo e complexo percurso, materializado na extraordinária formulação teórica e política. A vanguarda com consciência de classe pode encontrar na experiência da luta de classe na Bolívia a projeção da história do proletariado não só como projeção nacional, mas também como projeção do internacionalismo, da Revolução Mundial e, em particular, na América Latina.

A responsabilidade do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) é enorme, pois não pode haver uma ruptura desse legado. Esse legado tem que ser enriquecido. E será enriquecido no fortalecimento do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Se o POR da Bolívia continuar se potenciando, ainda que os mineiros estejam cada vez mais debilitados - o proletariado não é puramente boliviano, é mundial - a herança deixada por Lora impulsionará a luta do CERQUI no sentido de superar a crise de direção. Em qualquer país, temos de nos apoiar no proletariado mundial, com todas suas particularidades nacionais, como já expus anteriormente. Essa é a condição para valermos do legado deixado por Lora, sem o risco de interromper momentaneamente a continuidade.

A revolução russa criou a União Soviética. A União Soviética foi a maior vitória do proletariado no capitalismo da época imperialista. Não existiu nenhuma outra com essa dimensão. Isso porque a URSS não só colocou a Rússia no caminho da transição do capitalismo para o socialismo, mas agregou as nacionalidades oprimidas. Libertou as nacionalidades oprimidas, que é uma tarefa da revolução socialista. A grandeza de Lênin de compreender esse problema, da autodeterminação nacional, de compreender e mostrar como a Revolução Russa não sobreviveria sozinha, se a revolução não se estendesse para a Ucrânia, Azerbaijão, à região do Cáucaso etc. A Revolução Russa abriu caminho para a transição do capitalismo ao socialismo, que é de ordem mundial. O fato de ter caído a URSS é provisório, é transitório, pode demorar para o proletariado retomar o caminho da revolução socialista, mas inevitavelmente retomará. Às vezes, o Lora, nos seus escritos avalia que a restauração podia ser muito rápida, dada a possibilidade do proletariado entroncar seus instintos comunistas com a revolução política, mas a regressão é muito profunda e a barbárie está em passos avançados. A crise de direção tem de ser enfrentada nestas condições de regressão histórica. O legado de Lora é uma arma para essa tarefa, uma vez que encarna a continuidade do marxismo-leninismo-trotskyismo.

Sem mais, obrigado.

Viva a revolução proletária!

Memória eterna a Guilherme Lora!

Bolívia

A situação do banco FASSIL mostra o grau de decadência do sistema, o caráter criminoso da burguesia crioula, do seu Estado, governos e partidos politiquieiros

A cada dia que passa, são maiores os dados do macabro funcionamento do Banco FASSIL, recentemente sob intervenção. O desvio de mais de dois milhões de bolivianos dos poupadores não pôde ter ocorrido sem a permissividade da ASFI (Autoridade de Supervisão do Sistema Financeiro), durante o governo do MAS e o de Jeanine Añez na sua breve gestão.

No escândalo estão envolvidos grande parte das lojas empresariais da burguesia agroindustrial do Oriente, mas, também do resto do país. Há empresários vinculados à família Camacho e Marinkovich, assim como sócios do governo do MAS, entre eles os proprietários da importadora e exportadora Las Lomas, da imobiliária de Los Novillos etc. Toda a burguesia se enriqueceu com o governo do MAS, até seus inimigos políticos às custas da exploração do trabalho alheio, da destruição do meio ambiente, da subvenção dos hidrocarbonetos, dos empréstimos que lhe foi outorgado, da poupança dos trabalhadores para sua aposentadoria etc.

Agora a situação apresenta características criminosas e de extermínio por matadores, em função de ter encontrado morto o interventor do Banco FASSIL. A que ponto chega o grau de desespero dos interessados envolvidos tentando se proteger. Tudo isso assusta.

Evo, que tem vários escândalos similares em sua conta, assinala que deve se investigar esta morte, que esta situação é semelhante ao recente assassinato da testemunha chave no caso de corrupção da ABC. Masistas sedentos de poder e corruptos acusando-se uns aos outros em seu empenho politiquieiro para ganhar as eleições presidenciais de 2025.

Por outro lado, a oposição politiquieira da velha direita burguesa, muitos deles de tendência extremista, aconselhados por vários ex membros do MIR, garantem que se quer atacar a “Santa Cruz” – para as lojas empresariais vinculadas aos cívcicos cruceños, Santa Cruz são eles –, repetir as perseguições dos casos de Terrorismo I

e II contra os empresários promotores do “modelo produtivo cruceño”. Há muito cinismo dos grupos que giram em torno à classe dominante cruceña, que em nome de “Santa Cruz” querem cuidar de seus bolsos e induzir a população a proteger os delinquentes. Mas, há que reconhecer igualmente que se abre um período em que os delinquentes masistas instalados no poder judiciário e nos ministérios tentarão se enriquecer sobre a base de chantagens e fabricação de complôs.

Quem devolverá o dinheiro que levaram os mafiosos? De onde sairá a devolução aos poupadores, se for devolver? Como se pagará os funcionários que perderam os empregos? É claro que o Estado burgues e o falso governo socialista fará o povo pagar mediante os impostos e a superexploração, pois em essência, o Estado burgues é feito para defender a sacrossanta propriedade privada capitalista. Alguns poucos gerentes serão presos, mas grandes capitalistas que embolsaram o dinheiro serão libertados. Não podemos apoiar as convocações à mobilização para defender empresários.

Toda essa situação mostra que a empresa privada, que o capitalismo, além de ser incapaz de desenvolver integralmente o país e dar emprego à maioria está assentada em ações criminosas que têm o respaldo estatal dos diferentes governos que se sucedem e seus partidos politiquieiros. Mas, enquanto estes roubam, o povo padece com salários de fome e falta de empregos. Daí a necessidade de sair às ruas para lutar por pão, trabalho, saúde e educação, de modo independente desses delinquentes, pela nacionalização sem indenização dos bancos, a fim de utilizar o dinheiro na geração de indústrias estatais controladas coletivamente pelos trabalhadores, gerando empregos estáveis e que produzam em função do que a população necessita.

(Extraído do Jornal Massas, 2746, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Aplicar o marxismo-leninismo-trotskismo nas condições da guerra na Ucrânia

Publicamos a seguir o prefácio do folheto, de Leon Trotsky, “A guerra e a Internacional”, escrito em outubro de 1914. Portanto, cerca de dois meses após o início da 1ª Guerra Mundial. Como complemento destacamos uma passagem do interior do folheto em função de colocar a questão do fim da guerra e da paz sem anexação.

O folheto é muito extenso. Para se ter uma noção sobre as formulações que constam no prefácio e na passagem selecionada, apresentamos alguns trechos. “As forças produtivas que o capitalismo desenvolveu transbordou os limites da nação e do Estado. O Estado nacional, a forma política atual, é demasiado estreito para a exploração dessas forças produtivas. E por isso, a tendência natural de nosso sistema econômico busca romper os limites do Estado”. (...) “A guerra atual é no fundo uma sublevação das forças produtivas contra a forma política da nação e do Estado. E isso significa a derrocada do Estado nacional como unidade econômica independente”. (...) “O desenvolvimento futuro da economia mundial sobre bases capitalistas significa uma luta sem trégua por novos espaços de exploração capitalista, os quais surgirão da mesma fonte: a terra. Junto com a rivalidade econômica, sob a bandeira do militarismo, vão o roubo e a destruição, os quais violam os princípios mais elementares da economia humana” (...) “A guerra de 1914 é a derrubada mais grandiosa da história de um sistema econômico minado por suas próprias contradições internas”. (...) “O único caminho pelo qual o proletariado pode fazer frente ao capitalismo imperialista é opondo-se como programa prático a organização socialista da economia mundial. A guerra é o método pelo qual o capitalismo, no cume de seu desenvolvimento, procura a solução de suas contradições insalváveis. A esse método, o proletariado deve opor seu próprio método: o da revolução social.”

Esperamos que essas formulações ajudem a vanguarda com consciência de classe e que luta pela superação da crise de direção, nas difíceis condições atuais, marcadas pelo processo de restauração capitalista e destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a combater com convicção pelo fim da guerra na Ucrânia e por uma paz sem anexação.

A Guerra e a Internacional

(Leon Trotsky, 1914 - Os bolcheviques e a paz mundial)

Prefácio do autor

As forças produtivas que o capitalismo desenvolveu já ultrapassaram os limites da nação e do Estado. O Estado nacional, a forma política atual, é demasiada estreita para a exploração dessas forças produtivas. Por isso, a tendência natural do nosso sistema econômico busca romper os limites do Estado. O planeta inteiro, a terra e o mar, bem como a superfície e a plataforma submarinha, se transformaram em uma grande oficina econômica, cujas diversas partes estão reunidas inseparavelmente entre si.

Esse trabalho foi realizado pelo capitalismo. Para realizá-lo, os estados capitalistas foram arrastados à luta pelo domínio do mundo, empreendida pelo sistema econômico capitalista em proveito dos interesses da burguesia de cada país. O que a política imperialista demonstrou, antes de mais nada, é que o velho estado nacional, criado pelas revoluções e guerras de 1785-1815, 1864-1866 e 1870, sobreviveu, e é hoje um obstáculo intolerável para o desenvolvimento econômico.

A presente guerra é, no fundo, uma sublevação das forças produtivas contra a forma política de nação e Estado. E isto significa a derrubada do Estado nacional como unidade econômica independente. A nação deve continuar existindo como um fato cultural, ideológico e psicológico, mas, foi privada de suas bases econômicas. Quem afirma que o atual choque sangrento ocorre devido à defesa nacional, ou é hipócrita ou cego. Pelo contrário, o significado real e objetivo da guerra é o de aniquilamento dos atuais centros nacionais econômicos e de substituição por uma economia mundial. Mas o caminho que os governos propõem para resolver o problema do imperialismo não é por meio da inteligente e organizada cooperação de todos os produtores da humanidade, mas sim pela exploração do sistema econômico mundial imposta pela classe capitalista do país vitorioso, a qual será assim transformada de grande poder nacional em potência mundial.

A guerra proclama a queda do Estado nacional e, ao mesmo tempo, do sistema capitalista. Por meio do Estado nacional, o capitalismo revolucionou completamente o sistema econômico do mundo. Dividiu toda a terra entre as oligarquias dos grandes poderes, em torno aos quais estavam agrupados os estados satélites e as pequenas nações que viviam à margem das rivalidades dos mais poderosos. O desenvolvimento futuro da economia mundial sobre a base capitalista significa uma luta sem trégua por novos campos de exploração capitalista, os quais devem ser conseguidos de uma mesma fonte: a terra. A rivalidade econômica, sob a bandeira do militarismo, é acompanhada pelo roubo e destruição, violando os princípios mais elementares da economia humana. A produção mundial se insurge não apenas contra a confusão provocada pelas divisões nacionais e de estados, mas também contra a organização econômica capitalista, transformada hoje em um grande caos e desorganização.

A guerra de 1914 é a mais colossal queda de um sistema econômico na história, destruído pelas suas contradições internas. Todas as forças históricas - cuja ação foi a de conduzir à sociedade burguesa, de falar em seu nome e de explorar - reconheceram sua bancarrota histórica nesta guerra. Essas forças defendiam o sistema capitalista como se fosse um sistema de civilização humana, e a catástrofe deste sistema é principal-

mente sua catástrofe. A primeira onda de acontecimentos elevou os governos nacionais e seus exércitos a um nível jamais alcançado. Por ora, as nações se posicionaram em torno a eles. Porém, mais terrível será o esmagamento dos governos, quando os povos, hoje ensurdecidos pelo tronar dos canhões, perceberam, em toda sua verdade e horror, os acontecimentos que se desenvolvem neste momento. A reação revolucionária das massas será mais poderosa quanto maior for o cataclisma que a história descarregue sobre elas.

O capitalismo criou as condições materiais de um novo sistema econômico socialista. O imperialismo levou as nações capitalistas a esse caos histórico. A guerra de 1914 mostra o caminho para sair desse caos, impulsionando poderosamente o proletariado para o caminho da revolução.

Para os países economicamente atrasados da Europa, a guerra traz também, em primeiro lugar, problemas primários de origem histórico, problemas de democracia e unidade nacional. Isto é o que ocorre em grande medida no caso do povo russo, da Áustria-Hungria e da península balcânica. Mas, essas tardias questões históricas, as que foram herdadas pela época atual como um legado do passado, não alteram o caráter essencial dos acontecimentos. Não são as aspirações dos sérvios, poloneses, romenos ou finlandeses que mobilizaram 25 milhões de soldados e que os levaram aos campos de batalha, mas sim, os interesses imperialistas da burguesia das grandes potências. É o imperialismo que transformou completamente o status quo europeu mantido durante 45 anos, e que levantou velhos problemas, que a revolução burguesa demonstrou não poder resolver.

No entanto, na época atual é totalmente impossível tratar as questões entre as potências em si mesmas. Sua natureza não tem caráter independente. A criação de relações normais de vida nacional e de desenvolvimento econômico na península balcânica é inadmissível se o czarismo e Áustria-Hungria continuarem existindo. O czarismo é agora a indispensável reserva militar do imperialismo financeiro da França e o poder colonial conservador da Inglaterra. Áustria-Hungria é o principal apoio do imperialismo alemão. A guerra, embora originada pelo choque entre grupos privados, entre os nacionalistas e terroristas sérvios e a polícia política dos Habsburgos, logo revelou seu verdadeiro e fundamental caráter: uma luta de vida ou morte entre Alemanha e Inglaterra. Enquanto os idiotas e hipócritas falam da defesa, da liberdade nacional e da independência, a guerra anglo-alemã ocorre na verdade, de um lado, para a liberdade de exploração imperialista dos povos da Índia e do Egito e, de outro, da divisão imperialista dos povos do planeta.

Alemanha começou seu desenvolvimento capitalista sobre uma base nacional quando a França perdia sua hegemonia continental no ano 1870-1871. Agora que o desenvolvimento da indústria alemã sobre uma base nacional a transformou na primeira potência capitalista do mundo, se choca com a hegemonia da Inglaterra no curso de seu desenvolvimento. A completa e ilimitada dominação do continente europeu é para Alemanha o indispensável requisito para derrubar a sua inimiga mundial. Por isso, a primeira intenção que a Alemanha imperialista inscreve em seu programa é a criação de uma Liga de Nações da Europa central; Alemanha, Áustria-Hungria, a península balcânica e Turquia, Holanda, os países escandinavos, Suíça, Itália

e, se fosse possível, as enfraquecidas França, Espanha e Portugal, servirão para constituir uma união econômica e militar, uma grande Europa sob a hegemonia do atual Estado alemão.

Este programa, minuciosamente elaborado pelos economistas, estudiosos da política, juristas e diplomatas do imperialismo alemão, e traduzido na realidade pelos seus estrategistas, é a prova mais contundente e a expressão mais eloquente do fato de que o capitalismo se expandiu para além dos limites do Estado nacional e sente-se intoleravelmente limitado dentro de suas fronteiras. A grande potência nacional deve desaparecer e em seu lugar deve se edificar a potência mundial imperialista.

Nestas circunstâncias históricas, a classe operária, o proletariado, não pode ter nenhum interesse em defender a “pátria” ultrapassada e antiquada, que se tornou o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico. A tarefa do proletariado é a de criar uma pátria muito mais poderosa, com muito maior poder de resistência – os Estados Unidos Republicanos da Europa como base dos Estados Unidos do Mundo.

A única maneira pela qual o proletariado pode enfrentar o capitalismo imperialista é opondo-se com um programa prático de organização socialista da economia mundial. A guerra é o método pelo qual o capitalismo, no clímax de seu desenvolvimento, busca resolver suas contradições insolúveis. A esse método, o proletariado deve opor seu próprio método, o método da revolução social.

A questão dos Balcãs e a questão da derrubada do czarismo, que nos é proposta pela Europa de ontem, só pode ser resolvida de forma revolucionária em ligação com o problema da Europa unida de amanhã. A tarefa imediata e urgente da social-democracia russa, à qual pertence o autor, é a luta contra o czarismo. O que o czarismo busca principalmente na Áustria-Hungria e nos Balcãs é um mercado para seus métodos políticos de pilhagem, roubo e atos de violência. A burguesia russa, prosseguindo o caminho dos seus intelectuais radicais, ficou completamente desmoralizada pelo tremendo crescimento da indústria nos últimos cinco anos e entrou em uma aliança sangrenta com a dinastia, que teve de garantir aos impacientes capitalistas russos sua parte do espólio mundial por novos roubos de territórios. Enquanto o czarismo assolava e devastava a Galícia, privando-a até dos trapos e farrapos da liberdade que os Habsburgos lhe concederam, enquanto desmembrava a infeliz Pérsia e, desde o Bósforo, se esforçava para lançar o laço no pescoço dos povos balcânicos, deixou para o liberalismo que tanto desprezava a tarefa de ocultar seu roubo, enquanto se entretinha com repugnantes declamações sobre a defesa da Bélgica e da França. O ano de 1914 assinala a falência completa do liberalismo russo e faz do proletariado russo a única força voltada à guerra de libertação. O que torna a Revolução Russa definitivamente em parte integrante da revolução social do proletariado europeu.

Em nossa guerra contra o czarismo, na qual nunca fizemos uma trégua “nacional”, nunca buscamos ajuda do militarismo dos Habsburgos ou dos Hohenzollern, e não a buscamos agora. Preservamos uma visão revolucionária suficientemente clara como para saber que a ideia de destruir o czarismo repugnava o imperialismo alemão. O czarismo tem sido seu melhor aliado na fronteira oriental. Está unida a ela por laços estreitos de estrutura social e objetivos históricos. No entanto, mesmo que fosse de outra forma, mesmo que se pudesse supor que - em obediência à lógica das operações militares - desferiria um golpe destrutivo ao czarismo, desafiando a lógica de seus próprios interesses políticos – mesmo em uma situação tão altamente improvável –, deveríamos nos recusar a considerar os

Hohenzollerns como aliado por simpatia, ou mesmo por identidade de objetivos imediatos. O destino da Revolução Russa está tão inseparavelmente ligado ao destino do socialismo europeu, e nós, socialistas russos, estamos tão firmes no terreno do internacionalismo que não podemos, não devemos nem por um momento, cogitar a ideia de comprar a duvidosa libertação da Rússia pela destruição certa da liberdade da Bélgica e da França, e – o que é ainda mais importante – infectando assim o proletariado alemão e austríaco com o vírus do imperialismo.

Estamos unidos por muitos laços com a socialdemocracia alemã. Todos nós passamos pela escola socialista alemã e aprendemos lições tanto com seus sucessos quanto com seus fracassos. A social-democracia alemã era para nós não apenas um partido da Internacional, era o partido por excelência. Sempre preservamos e fortalecemos o vínculo fraterno que nos uniu à social-democracia austro-húngara. Por outro lado, sempre nos orgulhamos de ter feito nossa modesta contribuição para ganhar o direito de voto na Áustria e despertar tendências revolucionárias na classe operária alemã. Custou mais de uma gota de sangue para fazê-lo. Aceitamos sem hesitação o apoio moral e material de nosso irmão mais velho, que lutou pelos mesmos fins que nós do outro lado da fronteira ocidental.

No entanto, é justamente por esse respeito ao passado, e ainda mais pelo respeito ao futuro, que se deve unir as classes trabalhadoras da Rússia com as classes trabalhadoras da Alemanha e da Áustria, que rejeitamos com indignação a ajuda “libertadora” que o imperialismo alemão nos oferece em uma caixa de munições Krupp, com a bênção – infelizmente! – do socialismo alemão. E esperamos que o protesto indignado do socialismo russo seja alto o suficiente para ser ouvido em Berlim e em Viena.

O colapso da Segunda Internacional é um fato trágico. Seria cegueira ou covardia fechar os olhos a esse fato. A posição tomada pelos franceses e pela maioria do socialismo inglês é parte desse colapso, tanto quanto a posição da socialdemocracia alemã e austríaca. Se este presente trabalho se dirige principalmente à social-democracia alemã, é apenas porque o partido alemão era o mais forte, o mais influente e, em princípio, o membro mais básico do mundo socialista. Sua capitulação histórica revela mais claramente as causas da queda da Segunda Internacional.

À primeira vista, pode parecer que as perspectivas revolucionárias sociais do futuro são totalmente ilusórias. A insolvência dos velhos partidos socialistas tornou-se catastroficamente evidente. Por que devemos ter fé no futuro do movimento socialista? Tal ceticismo, embora natural, não deixa de levar a uma conclusão bastante errônea. Deixa de lado as leis da história, assim como muitas vezes tendemos a ignorar sua manifestação, que agora se revelou tão cruelmente no destino que se abateu sobre a Internacional.

A presente guerra sinaliza o colapso dos Estados nacionais. Os partidos socialistas da época agora concluída eram partidos nacionais. Eles ficaram presos nas engrenagens dos estados nacionais com todos os diferentes ramos de suas organizações, com todas as suas atividades e com sua psicologia. Em oposição às solenes declarações dos seus congressos, levantaram-se em defesa do Estado conservador, quando o imperialismo, engrandecido em solo nacional, começou a demolir as antiquadas barreiras nacionais. E, em seu colapso histórico, os estados nacionais derrubaram também os partidos socialistas nacionais.

Não é o socialismo que caiu, mas sua temporária forma externa histórica. A ideia revolucionária começa a viver novamente, desfazendo-se de sua velha e rígida casca. Essa casca é

feita de seres humanos, de toda uma geração de socialistas que se fossilizou no trabalho abnegado de agitação e organização durante um período de várias décadas de reação política, e caiu nos hábitos e visões de oportunismo nacional ou reformismo. Todos os esforços para salvar a Segunda Internacional sobre a velha base, por métodos diplomáticos, pessoais e concessões mútuas, são totalmente inúteis. A antiga toupeira da história agora está cavando muito bem suas passagens e ninguém tem o poder de detê-la.

Assim como os Estados nacionais se tornaram um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, os velhos partidos socialistas se tornaram o principal obstáculo ao movimento revolucionário da classe operária. Era necessário que eles demonstrassem ao máximo seu extremo atraso, que desacreditassem seus métodos totalmente inadequados e estreitos, e trouxessem a vergonha e o horror da discórdia nacional sobre o proletariado, para que a classe operária pudesse se emancipar, por meio dessas terríveis desilusões, dos preconceitos e hábitos servís do período de preparação, e se tornar finalmente aquilo

que a voz da história agora está proclamando: a de ser a classe revolucionária lutando pelo poder.

A Segunda Internacional não viveu em vão. Realizou um grande trabalho cultural. Não houve nada parecido na história antes. Ela educou e unificou as classes oprimidas. O proletariado não precisa agora começar do começo. Ingressa no novo caminho, mas não de mãos vazias. A época passada legou-lhe um rico arsenal de ideias. Deixou-lhe as armas da crítica. A nova época ensinará ao proletariado combinar as velhas armas da crítica com as novas críticas das armas.

Este livro foi escrito com extrema pressa, em condições nada favoráveis ao trabalho sistemático. Grande parte dele é dedicada à velha Internacional que caiu. Mas todo o livro, da primeira à última página, foi escrito com a ideia da Nova Internacional constantemente em mente. A Nova Internacional que deve surgir do atual cataclismo mundial será a Internacional do último conflito e da vitória final.

(Leon Trotsky)

Extratos sobre a guerra, a revolução social e a paz sem anexação

(...)

A guerra com seus exércitos de milhões de homens e suas diabólicas armas de destruição, pode consumir não só os recursos materiais da sociedade, mas também as forças morais do proletariado. Se não encontra resistência interna, esta guerra pode continuar por vários anos, com êxitos provisórios para um ou outro bando, até que os principais beligerantes fiquem completamente esgotados. Toda a energia combativa do proletariado pode extinguir-se nesse horrível embate de aniquilamento mútuo. O resultado será o retrocesso de nossa civilização por muitas décadas. Uma paz que não surja da vontade dos povos em guerra, mas do esgotamento mútuo dos contendores, será uma paz como a que pôs fim à guerra Balcânica; uma paz de Bucarest estendida a toda a Europa. A única coisa que alcançaria é voltar a reconstituir as mesmas contradições, os mesmos antagonismo e as mesmas fontes de conflito. O trabalho de duas gerações de socialistas se afogaria em um mar de sangue sem deixar rastros.

Qual das perspectivas é a mais provável? É algo que não se pode determinar teoricamente a priori. A solução depende inteiramente da atividade das forças vitais da sociedade e sobretudo da socialdemocracia revolucionária.

Fim imediato da guerra! é a consigna sob a qual a socialdemocracia pode reunir suas fileiras dispersas, tanto dentro dos partidos nacionais como em toda a Internacional. O proletariado não pode submeter sua vontade de paz às considerações estratégicas dos Estados maiores. Ao contrário, deve opor seu desejo de paz a essas considerações militares. O que os governos em guerra chamam de uma luta pela própria conservação nacional, na realidade é um aniquilamento mútuo. A única autodefesa nacional autêntica é agora a luta pela paz. Para nós, não é só uma luta para salvar o patrimônio cultural e material da humanidade, mas acima de tudo, para conservar a energia revolucionária do proletariado. Reagrupar as forças da classe

operária em uma luta pela paz significa concentrar as forças do socialismo revolucionário frente a frente com o imperialismo. As condições sob as quais deve firmar a paz – a paz dos povos, não a reconciliação dos diplomatas – têm de ser as mesmas para toda a Internacional.

Nenhuma anexação!

Nenhuma indenização!

Direito à autodeterminação para todas as nações!

Pelos Estados Unidos da Europa, sem monarquias, sem exércitos permanentes, sem castas feudais governantes, sem diplomacia secreta!

A agitação pela paz deve levar-se a cabo simultaneamente com todos os meios a disposição da socialdemocracia não só para arrancar os trabalhadores da hipnose nacionalista, mas também para facilitar o trabalho necessário de depuração interna dos partidos operários oficiais. É preciso jogar ao campo do inimigo os revisionistas e os socialpatriotas da II Internacional, que exploraram a influência que conquistou o socialismo entre as massas trabalhadoras para fins militaristas. A socialdemocracia revolucionária não deve ter medo de permanecer isolada. Ao contrário! A guerra está provocando uma enorme agitação contra si mesma. Se nossa bandeira é o estandarte honesto da paz e da democracia, a cada dia atrairá novas massas que se agruparão sob ela. Com a consigna de paz, isolaremos a reação militarista na Europa e a obrigaremos a passar à defensiva.

Nós, revolucionários marxistas, não temos nenhum motivo para perder as esperanças. A época na qual estamos entrando agora será nossa época. O marxismo não foi derrotado. Ao contrário, ainda que o estampido da artilharia em todos os campos de batalha da Europa significou a bancarrota das organizações históricas do proletariado, também proclama a vitória teórica do marxismo. (...)

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**